



## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF nº 33.352.394/0001-04 NIRE nº 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.br

GOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

## 1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados senhores acionistas e demais interessados, Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE de 2020 em cumprimento às disposições legais e estatutárias. O ano de 2020 foi atípico para todos. A pandemia da Covid-19 impôs uma série de desafios que exigiram da sociedade – e das empresas, em particular – grande capacidade de adaptação e rapidez de resposta para adequarem-se à nova realidade da crise sanitária. Apesar das dificuldades impostas pelo agravamento da pandemia no Brasil, a CEDAE foi capaz de dar continuidade aos serviços prestados à população dos 64 municípios atendidos pela Companhia. Ainda assim, os efeitos da pandemia no resultado financeiro das empresas foram inevitáveis, e com a CEDAE não foi diferente. Diante do agravamento da pandemia, medidas que impactaram na receita da Companhia foram adotadas, como a suspensão de faturas para clientes de tarifa social, de março a outubro de 2020, e para comércio de pequeno porte, de março a julho de 2020; paralisação do serviço de corte de abastecimento; e suspensão da negativação para todos os clientes durante o período de pandemia. Cabe destacar que durante o ano de 2020 não houve reajuste tarifário para os serviços da empresa. O resultado financeiro também sofreu grande impacto pelo aumento da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), em decorrência da atualização das normas contábeis (CPC 48), que representou uma redução de 28,5% do referido resultado. O reajuste médio das tarifas da Light e Enel em 6,21% e 3,38%, respectivamente, também influenciou nos resultados da empresa, que é uma das maiores consumidoras de energia elétrica do Estado. Tal reajuste acarretou aumento do custo de energia elétrica em 2,7%. Outras despesas registradas em 2020 foram a aquisição de materiais que não eram utilizados anteriormente, como carvão ativado e argila lantânica. Além da compra de hidrômetros, que faz parte do plano estratégico de modernização e instalação dos aparelhos. Houve também crescimento das despesas com pessoal, principalmente em função do Plano de Demissão Voluntária (PDV), aderido por 640 empregados. Em 2020 ocorreu ainda a redução dos rendimentos das aplicações financeiras decorrente da queda da taxa de juros, entre outros fatores.

## Ações de combate à Covid-19

Com a pandemia da Covid-19, a CEDAE tomou uma série de medidas – internas e externas – para se adaptar às exigências de distanciamento social sem, contudo, comprometer os serviços prestados à população. Em alguns casos, a Companhia chegou a reforçar determinados serviços, principalmente em comunidades carentes, áreas mais vulneráveis à disseminação do vírus.

A CEDAE elaborou o “Plano de Retomada das Atividades” e o “Guia de Prevenção à Covid-19 no Ambiente de Trabalho”, com todas as diretrizes adotadas pela Companhia, como respeito ao distanciamento social, reforço à higiene pessoal, instalação de dispositivos de álcool em gel em pontos estratégicos, aquisição de medidores de temperatura e sanitização periódica dos ambientes de trabalho.

Dentre as medidas adotadas internamente, destacam-se a redução da jornada de trabalho; a suspensão da participação de empregados em eventos, congressos, palestras e treinamentos; e o cancelamento de viagens a trabalho, reuniões presenciais e visitas a unidades da Companhia. Também foram decretadas férias antecipadas a estagiários e jovens aprendizes – e liberados aqueles aprendizes com deficiência (PcD).

Cerca de 125 mil máscaras de proteção individual foram distribuídas nas unidades da CEDAE de abril a dezembro de 2020. Também foram realizadas adaptações às agências comerciais para atendimento ao público e ações permanentes de sanitização, com mais de 2.500 intervenções e 412 endereços atendidos de maio a dezembro do ano passado, totalizando mais de 3.200.000 metros quadrados sanitizados. Além disso, mais de 2 mil testes de Covid-19 foram aplicados internamente com o apoio da CEDAE Saúde.

De 14 de abril a 19 de setembro de 2020, a CEDAE realizou ações de sanitização em 314 comunidades e complexos no Rio de Janeiro. A sanitização é uma ação complementar ao saneamento nas comunidades, realizada por empresa especializada contratada pela Companhia.

Outra ação adotada foi a instalação de sistemas alternativos de abastecimento em comunidades localizadas em regiões de crescimento desordenado com abastecimento precário e moradias sem meios de receber e reservar água. No total, foram instaladas 50 caixas d'água para reforço do abastecimento em 34 localidades no Rio desde o dia 08 de abril de 2020, atendendo a mais de 80,8 mil pessoas nestas comunidades.

Também no início da pandemia, a CEDAE contratou, em caráter emergencial, caminhões-pipa para atender a Região Metropolitana do Rio. Com a medida, a Companhia visou dar celeridade ao atendimento de localidades que apresentaram solicitações de reforço no abastecimento.

Na área Comercial, a CEDAE adotou medidas, desde o início da pandemia, para reduzir o impacto nos orçamentos dos consumidores. Com isso, ofereceu inicialmente prazo de 60 dias para pagamento das contas de março a agosto de 2020 (Decreto 47.178) a todos os clientes, sem cobrança de multas e com parcelamento sem ônus. Outra ação adotada foi a de suspender serviços de corte de abastecimento e negativação para todos os clientes da empresa. As duas medidas são válidas até o fim do período da pandemia.

A Companhia também suspendeu em março a cobrança das faturas para clientes de tarifa social (até outubro de 2020) e para comércio de pequeno porte (até julho de 2020). Tal medida permitiu a esses consumidores priorizarem e reorganizarem suas despesas.

Ainda em relação à Covid-19, a CEDAE firmou parceria com a Secretaria de Estado de Saúde (SES), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – seção Rio de Janeiro (ABES-Rio), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (POLI/UFRJ) para monitorar a concentração de SARS-COV-2 (o novo coronavírus) nos esgotos da Região Metropolitana do Rio. A coleta de amostras de esgotos foi iniciada em setembro em dez pontos: as ETEs Alegria, Barra da Tijuca, Penha, Pavuna, Sarapuá, São Gonçalo, Ilha do Governador e Vargem Grande e as elevatórias Leblon e André Azevedo. O trabalho dos pesquisadores servirá de base para tomadas de decisão dos órgãos de saúde para conter a pandemia do coronavírus.

## Obras

As obras do Programa de Abastecimento de Água da Baixada Fluminense e Novo Guandu seguem avançando. Trata-se do maior pacote de obras de infraestrutura do Estado do Rio de Janeiro, com valor total previsto de investimentos de R\$ 3,4 bilhões. Com previsão de conclusão em 2025, as obras irão atender a cerca de 3 milhões de pessoas em toda a Região Metropolitana.

O programa prevê a construção de uma nova estação de tratamento de água em Nova Iguaçu com capacidade de produção de mais de 1 bilhão de litros por dia, o Novo Guandu. O projeto também inclui: reservatório de 57 milhões de litros de água; assentamento de 109 km de adutora; implantação de 30 elevatórias, além da reforma de quatro; construção de 23 reservatórios e a reforma de nove; assentamento de 1,5 mil km de troncos de adução e distribuição. As obras vão beneficiar diretamente os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Belford Roxo, Queimados, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Rio de Janeiro, Japeri, Seropédica e Itaguaí.

Também na Baixada Fluminense estão em andamento as obras de ampliação do sistema de abastecimento de água de Campos Eliseos, com uma nova estação de tratamento de água com capacidade de 17 milhões de litros por dia, no valor de R\$ 27,8 milhões; e a ampliação do abastecimento em Belford Roxo, com investimento de R\$ 86,9 milhões, entre outras.

O ano de 2020 marcou ainda o início das obras de terraplanagem, drenagem e vias de acesso para o reservatório Novo Marapicú, em Nova Iguaçu, no valor de R\$ 25 milhões; e a complementação do sistema de abastecimento de água de Japeri, com uma nova estação de tratamento de água com capacidade de 13 milhões de litros por dia, investimento de R\$ 21,1 milhões.

A Cedae também iniciou, em 2020, as obras do Programa Comunidade Cidade, na Rocinha, uma parceria da Companhia com o Governo do Estado, que prevê investimentos em serviços de infraestrutura (água, esgoto, drenagem e pavimentação). A primeira etapa das obras se concentrou na localidade de Vila Cruzado, onde estão sendo assentados troncos coletores de esgoto, redes de distribuição de água, redes de drenagem pluvial e pavimentação de becos, vielas, escadarias e vias de concreto. Também estão previstas as reformas do Reservatório do Navio e do próprio núcleo da Cedae na comunidade.

Em São Gonçalo, destacam-se as obras de complementação do abastecimento de água do município, com a construção de reservatórios, tronco alimentador e distribuidor no bairro Monjolos, com investimento de R\$ 14,2 milhões e que irá beneficiar 5.500 habitantes. Na mesma cidade, seguem as obras de construção do booster e reforma do reservatório de Trindade, com investimento total de mais de R\$ 8,5 milhões. Já em Magé, as intervenções complementares no abastecimento estão orçadas em R\$ 8,8 milhões. E em Rio Bonito, as obras irão atender a cerca de 7 mil moradores das localidades de Boa Esperança e Parque Andréa, com investimento de R\$ 2,9 milhões. Além disso, a Companhia investiu cerca de R\$ 3,2 milhões na reforma de 28 estações de tratamento de água no interior do estado.

No setor comercial, a Companhia inaugurou três agências em 2020: Gávea, São Gonçalo (Alcântara) e Seropédica, alcançando total de 76 unidades comerciais em todo o Estado do Rio. Além disso, deu prosseguimento ao projeto-piloto de redução de perdas por furto, imprecisão dos equipamentos e atualização cadastral em seis cidades da Região Serrana: Cantagalo, Cordeiro, Macuco, Sapucaia, Sumidouro e Teresópolis. A iniciativa fechou o ano com a atualização de mais de 2,6 mil cadastros e a substituição de 21.183 hidrômetros, entre outros resultados.

Durante o ano, apesar das restrições impostas pela pandemia, a CEDAE manteve o foco no combate a ligações clandestinas. No total, foram realizadas 3.143 atuações, com a eliminação de 261 irregularidades. As operações resultaram em 964 autos de infração que geraram mais de R\$ 560 mil em multas aplicadas. Além disso, fechou 2020 com a instalação de 240 mil novos hidrômetros de um total de 470 mil aparelhos comprados pela Companhia.

## Iniciativas socioambientais

Em 2020, apesar do avanço da pandemia, a CEDAE manteve suas ações de cunho social e ambiental. A Companhia é uma das que mais emprega mão de obra carcerária no Brasil e, por meio de convênio com a Fundação Santa Cabrini, encerrou o ano passado com 599 apenados distribuídos em 146 setores da Companhia, em 48 municípios. São homens e mulheres que realizam serviços como limpeza e conservação de prédios e recuperação ambiental de mananciais hídricos.

A ação faz parte do Replantando Vida, programa socioambiental da Companhia que, além de dar oportunidade de trabalho, geração de renda e capacitação a apenados, também traz benefícios para o Estado do Rio. A cada três dias de trabalho, o beneficiado com o programa tem redução de um dia em sua pena. Eles recebem remuneração pelo serviço prestado, auxílio para transporte e alimentação. A economia para os cofres públicos chega a R\$ 15 milhões.

O Programa Replantando Vida fechou 2020 tendo doado mais de 117 mil mudas de 121 espécies nativas da Mata Atlântica para atividades de reflorestamento de matas ciliares e/ou recuperação de nascentes em 34 municípios do Estado do Rio, além de Guaratinguetá, no interior de São Paulo.

As mudas são mantidas em sete viveiros, com capacidade total de produção de 1,8 milhão de mudas por ano. Além de suprir as demandas dos projetos internos, os viveiros da CEDAE apoiam projetos de Educação Ambiental em todo o Estado e cumprem a função de núcleo de educação ambiental, com atividades nos centros de visitação da Companhia.

Na área ambiental, a Companhia também está atuando junto à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) para verificar a viabilidade de reutilização do lodo que sobra da operação das Estações de Tratamento de Água como ingrediente para a produção de blocos de cimento. E ainda mantém parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) no uso do lodo das Estações de Tratamento de Esgoto como adubo em ações de reflorestamento.

## Outros fatos que marcaram 2020

Para além do enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, outros três acontecimentos marcaram o ano de 2020 para a Cedae:

- No início do ano, a Cedae enfrentou uma crise relacionada a gosto e odor na água tratada na ETA Guandu. A alteração foi proveniente de uma substância conhecida como geosmina e MIB e oriunda de algumas espécies de algas existentes na lagoa próxima à captação de água no Rio Guandu. Diante deste evento, a Cedae atuou emergencialmente na causa do problema com a aplicação de argila lantânica na lagoa, com o objetivo de diminuir a presença de fósforo na água e a consequente redução de algas na lagoa. Da mesma forma, a Companhia providenciou a instalação do sistema de dosagem de carvão ativado para reduzir a concentração de geosmina na água tratada.
- Em novembro de 2020, houve redução de 25% da capacidade de bombeamento da elevatória do Lameirão, ocasionada pela queima de motores da unidade. A Cedae enviou todos os esforços necessários para a redução do tempo de reparo e conseguiu restabelecer a normalidade do abastecimento em 38 dias. Durante esse período, foi necessária a criação de comitê de crise e a elaboração de plano de manobras emergencial para diminuir as consequências da redução do fornecimento de água, que impactou o abastecimento nos municípios do Rio de Janeiro e Nilópolis.
- Considerando as implicações relacionadas ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) do Rio de Janeiro e à edição do Novo Marco Legal do Saneamento Básico por meio da Lei 14.026 de 15 de julho de 2020, foi dada sequência ao modelo de concessão elaborado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O Governo do Estado publicou em 29 de dezembro de 2020 o edital de concorrência internacional para a Concessão da Prestação Regionalizada dos Serviços Públicos de Fornecimento de Água e Esgotamento Sanitário e dos Serviços Complementares dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro. Neste modelo, a Cedae permanecerá prestando os serviços apenas de produção de água potável na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, por meio dos quatro grandes sistemas de produção (Guandu, Imunana-Laranjal, Ribeirão das Lajes e Acari), e de toda a cadeia de água e esgoto fora da Região Metropolitana do Rio para os municípios que não aderiram ao modelo de concessão.

## Expectativas para 2021

Para 2021, a CEDAE mantém o foco em concluir todas as obras iniciadas para abastecimento de água e esgotamento sanitário; reestruturar a empresa diante do processo de concessão de parte de seus serviços; e elaborar novo planejamento estratégico.

Também está em curso o portfólio de obras de modernização e melhorias operacionais no sistema de produção do Guandu, além de implantação de estação de tratamento para os sistemas Ribeirão das Lajes e Acari.

Na área de esgotamento sanitário, a Companhia deverá concluir a reforma dos decantadores da ETE Barra e da elevatória de esgoto de Olavo Bilac, em Duque de Caxias. E ainda dar prosseguimento à complementação e interligação do sistema de esgotamento Paqueta-ETE São Gonçalo e às obras de complementação das redes de esgotos sanitários dos sistemas Sarapuá e Pavuna.

O prolongamento da pandemia exigirá de todos um trabalho redobrado para garantir a continuidade dos serviços prestados à população e, ao mesmo tempo, manter em segurança os nossos clientes e o quadro de empregados. O momento que vivemos pede a união e a solidariedade de todos, afinal, são muitos os desafios que temos pela frente em 2021.

Cordialmente,  
Edes Fernandes de Oliveira  
Diretor-Presidente

## 2. PAINEL DE INFORMAÇÕES

Descrição	Unidade	2020	2019	Var. %
<b>Informações Financeiras</b>				
Ativo Total	R\$/Milhares	14.669.628	14.648.547	0,20%
Patrimônio Líquido	R\$/Milhares	7.089.254	7.277.650	-2,6%
Receita Operacional Líquida	R\$/Milhares	5.919.057	6.123.007	-3,30%
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	R\$/Milhares	(204.213)	1.050.592	-119,40%
Resultado Financeiro Líquido	R\$/Milhares	(55.177)	76.402	-172,20%
EBITDA	R\$/Milhares	72.816	1.327.101	-94,50%
Lucro/Prejuízo Líquido	R\$/Milhares	(247.150)	1.022.934	-124,20%
<b>Estrutura do Endividamento</b>				
Empréstimos e Financiamentos	R\$/Milhares	498.029	640.026	-22,20%
Passivo Atuarial <sup>1</sup>	R\$/Milhares	655.883	636.791	3,00%
Total da Dívida Bruta	R\$/Milhares	1.153.912	1.276.817	-9,60%
Disponibilidade	R\$/Milhares	1.290.157	799.491	61,40%
Total da Dívida Líquida	R\$/Milhares	(136.245)	477.326	-128,50%
Dívida Líquida/EBITDA	Múltiplo	(1,90)	0,40	-575,00%
Dívida Líquida/PL	Múltiplo	(0,02)	0,07	-128,60%
<b>Indicadores Operacionais<sup>2</sup></b>				
Índice de Atendimento de Água	Percentual	86,89	86,67	0,25%
Índice de Atendimento de Esgoto	Percentual	42,42	39,15	8,35%
População Atendida com Abastecimento de Água	Milhões de hab.	12,38	12,28	0,81%
População Atendida com Coleta de Esgoto	Milhões de hab.	6,46	5,55	16,4%
Hidrometração	Percentual	52,98	54,43	-2,66%

## Notas:

(1) Refere-se à Dívida da Prece – Previdência Complementar, conforme nota 19 das notas explicativas.

(2) Conforme orientações do Manual de Melhores Práticas do SNIS do Projeto Acertar, a Companhia vem atualizando desde 2020 a metodologia empregada para informar suas informações operacionais ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Assim, com o objetivo de se adequar as boas práticas aplicadas e uniformizar as informações do Relatório da Administração com as do SNIS, a Companhia passará a informar as informações operacionais do SNIS no Relatório de Administração. Por esse motivo, existe diferença entre os indicadores operacionais referentes ao ano de 2019 apresentados no Relatório de Administração do ano passado e a apresentada agora no Relatório de 2020.

## 3. CENÁRIO ECONÔMICO

A economia mundial sofreu um severo abalo. Segundo *World Economic Outlook Update* do Fundo Monetário Internacional (FMI), a expectativa é que a economia global tenha encolhido 3,5% em 2020. Já no que tange ao Brasil, o ano de 2020 registrou uma queda de 4,1% no Produto Interno Bruto (PIB) segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, o ano de 2020 foi marcado pela pandemia do COVID-19, que além de impactar a saúde e a vida das pessoas, afetou negativamente a atividade econômica.

Existe grande incerteza sobre a situação econômica em 2021. Além da dúvida sobre o arrefecimento da pandemia, outros fatores como a relação mercantil entre China e EUA e as consequências do BREXIT representam risco para a recuperação mundial. No entanto, a expectativa do FMI é que ocorra uma retomada, com crescimento projetado da economia global de 5,5% e 4,2% em 2021 e 2022, respectivamente. O Brasil deve voltar a crescer também em 2021, segundo o boletim Focus do Banco Central de 19 de fevereiro de 2021 a mediana das expectativas de mercado para o crescimento percentual do PIB encontra-se em 3,29% para 2021 e 2,50% para 2022. A velocidade da recuperação do PIB depende do andamento das medidas de mitigação dos impactos da crise a serem implantadas pelo governo.

Um fator que pode influenciar positivamente a economia brasileira são os juros baixos, no qual a meta da taxa Selic atualmente está definida em apenas 2% a.a. Entretanto, segundo as projeções do mercado, relatadas no já citado Boletim Focus, as projeções são de elevação para a meta da Taxa Selic (fim de período), a mediana das expectativas dos agentes é de 4,00% a.a. para 2021 e 5,00% a.a. para 2022.

O aumento da inflação é um dos fatores que explicam as projeções de elevação na taxa de juros. A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2020 em 4,52% e a projeção dos economistas para 2021, 3,82%, já supera o centro da meta 3,75%.

Quanto ao desemprego, a taxa de desocupação média para o ano de 2020 chegou a 13,5% - maior marca desde 2012 - atingindo 13,4 milhões de brasileiros. Quanto ao Estado do Rio de Janeiro, área de atuação da CEDAE, a taxa de desocupação do terceiro trimestre foi de 19,1%, ficando abaixo apenas dos Estados da Bahia (20,7%), Sergipe (20,3%) e Alagoas (20,0%). Segundo a Firjan foram perdidos liquidamente mais de 127 mil empregos formais no Estado do Rio de Janeiro em 2020.

Continua

Continuação



**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**

Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
 Companhia Aberta www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

Dados sobre endividamento e inadimplência do consumidor da cidade do Rio de Janeiro divulgados pelo Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises com dados da Confederação Nacional do Comércio (CNC) demonstram a difícil situação das famílias cariocas no ano de 2020. Houve um crescimento anual de 10,1 pontos percentuais no percentual de famílias endividadadas, crescendo de 61,5% em dezembro de 2019 para 71,6% em dezembro de 2020. Já o percentual de famílias que não terão condições de pagar suas dívidas aumentou 1,7 ponto percentual durante o ano de 2020, abrangendo 15,2% das famílias cariocas em dezembro de 2020. Além disso, o total de famílias cariocas com conta atrasada no mês de dezembro de 2020 foi de 27,9%, representando um aumento 8,5% em relação ao mesmo mês de 2019.

Enfim, após um ano excepcionalmente ruim para a economia brasileira, mesmo diante das incertezas, é esperada uma melhora na situação econômica do país em 2021 em paralelo ao enfrentamento e adaptação à pandemia.

**4. SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO**

O panorama do setor de saneamento não pode ser entendido sem ressaltar a influência do PLANASA (Plano Nacional de Saneamento Básico) instituído no início da década de 70 e que durou até meados dos anos 80. O plano era sustentado pelo Sistema Financeiro do Saneamento (SFS) e operado pelas Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESBs) cuja criação foi estimulada em todos os Estados da federação.

As CESBs, como a CEDAE, têm área de abrangência regional e são formadas para atender a diversos municípios. Elas contrastam com as empresas locais, que são serviços municipais (públicos ou privados) que atendem a apenas um município, mas que eventualmente podem atender a municípios próximos. Ainda hoje as CESBs são as principais prestadoras dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos.

Com o fim do PLANASA, as décadas de 90 e 2000 foram marcadas por intensos debates sobre a criação de uma estrutura regulatória para o setor. As discussões culminaram na lei 11.445 de 2007, Lei Nacional do Saneamento Básico com objetivo principal a universalização dos serviços de abastecimento de água potável e coleta e tratamento de esgotos.

Com o objetivo de atualizar o marco legal do saneamento básico, recentemente foi sancionada a lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Assim, foi definido que os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão conter metas de universalização que garantam o atendimento de 99% (noventa e nove por cento) da população com água potável e de 90% (noventa por cento) da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033. Os contratos em vigor que não possuem metas terão até 31 de março de 2022 para viabilizar a inclusão.

Outra novidade da lei nº 14.026 foi a transformação da Agência Nacional de Águas em Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Agora, a ANA tem como atribuição de fixar normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, o que compreende, por exemplo, a padronização de contratos e a contabilidade regulatória.

Os investimentos no setor possuem duas fontes principais de recursos: i) Recursos Onerosos: provenientes dos fundos financiadores - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), gerido pela Caixa Econômica Federal, e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), gerido pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e ii) Recursos Não Onerosos: oriundos do Orçamento Geral da União (OGU), e de orçamentos dos Estados e Municípios. De acordo com a atualização do marco regulatório, os recursos não onerosos da União priorizarão os investimentos de capital que viabilizem a prestação de serviços regionalizada, por meio de blocos regionais.

Além das fontes tradicionais citadas, as Companhias do setor vêm acessando o mercado de capitais para obter uma maior captação de recursos. Desde 2007 a CEDAE vem captando recursos junto ao mercado de capitais por meio da emissão de debêntures. Destaca-se ainda que, ao final de 2014, a Companhia estruturou duas novas operações: a emissão de Cédulas de Crédito Bancário junto à CAIXA, cujos recursos serão voltados para investimentos na ampliação da capacidade de abastecimento de água para a Baixada Fluminense; e a captação por meio de debêntures de infraestrutura junto ao BNDES, direcionada a investimentos na renovação da rede e redução de perdas.

No Rio de Janeiro, área de atuação da Companhia, a CEDAE se destacou por uma opção espontânea e acordada com o Governo do Estado para a firmação de protocolo com vistas ao estabelecimento de convênio com a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA no final do ano de 2012. A firmação representa importante avanço na direção da implantação de um marco regulatório para o setor de saneamento básico no Estado.

O principal desafio a ser enfrentado pelo setor de saneamento se refere à coleta e o tratamento de esgoto. Segundo os dados do Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS), em 2019 apenas 54,1% dos esgotos gerados foram coletados e destes, 78,5% foram tratados.

Outra característica relevante do setor são as elevadas perdas de água na distribuição que, segundo o SNIS em 2019, atingiram 39,2% no Brasil. Apesar das perdas sempre acontecerem em qualquer sistema de abastecimento de água, o índice ainda é bastante elevado e deve ser diminuído por meio de melhor gestão por parte das operadoras.

**5. SITUAÇÃO HÍDRICA NO RIO DE JANEIRO**

No início ano de 2020, a curva de armazenamento de água do volume equivalente do início do ano (período úmido) foi maior do que de 2019. Contudo, ao final do ano de 2020 (início do período úmido), o volume dos reservatórios estava abaixo do observado em 2019. Com isso foi aumentado o acompanhamento dos dados no GTAOH (Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica do rio Paraíba do Sul) para a evolução da previsão de chuva para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2021.

Mesmo com esse comportamento, podemos dizer que o ano de 2020 não apresentou ameaças de crise hídrica e observou-se a perfeita manutenção da produção cujos sistemas têm como fonte o rio Paraíba do Sul e o rio Guandu. Salienta-se que ao longo de todo o ano de 2020 não houve redução na defluência na transposição para o rio Guandu e consequentemente o sistema de produção de água do Guandu não foi afetado por diminuição da oferta hídrica.

Os outros sistemas de abastecimento como o Imunana-Laranjal, cuja fonte de água provém das bacias dos rios Macacu e Guapiáçu, por não haver reservatórios de regularização sempre são afetados no período de estiagem. Contudo em 2020 esta estiagem foi mais branda, implicando uma redução de vazão captada na ordem de 300 l/s por 17 (dezessete) dias entre os meses de agosto e setembro.

No interior do Estado, os sistemas cujas captações estão instaladas no rio Paraíba do Sul não sofreram impactos significativos em 2020. Cabe salientar que o município de São João da Barra, localizado próximo à foz do rio Paraíba do Sul requer uma atenção especial, por ser influenciado pelos rios Pomba e Muriaé, que ficam no Estado de Minas Gerais e contribuem para o rio Paraíba do Sul após a barragem de Santa Cecília. Vale ressaltar que os sistemas de Maricá e Paty do Alferes que estão em outras bacias sofreram impactos importantes na produção de água devido à estiagem.

A CEDAE continua a participar ativamente dos Comitês de Bacias Hidrográficas em todo o Estado, além de fazer parte do GTAOH. Outrossim, vem atuando para reduzir perdas e fazendo campanhas de educação ambiental e conscientização para o uso racional da água com o objetivo de garantir a segurança operacional e se preparar para eventuais déficits hídricos no futuro. Além disso, contribuiu também ao participar de reuniões e discussões com a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade para o fortalecimento das políticas públicas no que tange à Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro.

**6. PERFIL DA COMPANHIA E ÁREA DE ATUAÇÃO**

A CEDAE é uma empresa de economia mista, sediada no município do Rio de Janeiro, tem como acionista majoritário o Governo do Estado do Rio de Janeiro e presta serviços de fornecimento de água potável, coleta, tratamento e disposição final de esgotos. Responsável por aproximadamente 77% de nossa Receita Bruta, o município do Rio de Janeiro, é o 2º maior PIB do Brasil, conforme dados mais recentes do IBGE.

Mapa do Estado do Rio de Janeiro



**7. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA**

Atualmente temos 695 acionistas minoritários com 0,0004% da totalidade das ações, e o Estado do Rio de Janeiro como acionista majoritário possui 99,9996%.

**COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA**



**8. DESEMPENHO FINANCEIRO**

**8.1. RECEITA LÍQUIDA**

A receita líquida de 2020 totalizou R\$ 5.919.057 mil, 3,3% inferior ao ano de 2019, conforme gráfico apresentado abaixo:



A seguir, a Companhia apresenta os comentários sobre os principais fatores que influenciaram a queda da receita líquida nos períodos comparativos:

- i. A pandemia causada pela COVID-19 exigiu em março/2020, o fechamento da grande maioria dos estabelecimentos provocando uma expressiva redução no consumo de água; e
- ii. Não houve reposicionamento tarifário, aplicado pro rata para consumos registrados no exercício de 2020.

**8.2. CUSTOS E DESPESAS**

Em 2020, os custos e despesas, que correspondem ao somatório dos custos dos serviços vendidos, despesas com vendas, despesas administrativas e outras despesas decorrentes da exploração dos serviços de água e esgoto, totalizaram R\$ 6.123.270 mil, contra R\$ 5.072.415 mil no ano de 2019, incremento de 20,7%. A tabela a seguir demonstra os custos e despesas nos períodos comparativos:

Descrição (R\$ Milhares)	2020	2019	Var. %
1. Pessoal	1.267.681	1.104.258	14,8%
2. Material	190.860	120.478	58,4%
3. Serviços de Terceiros	1.454.473	1.261.977	15,3%
4. Despesas Gerais	64.390	106.367	-39,5%
5. Depreciações e Amortizações	277.029	276.509	0,2%
6. Provisão para Devedores Duvidosos	1.897.491	1.476.304	28,5%
7. Provisões Contingências	750.983	538.122	39,6%
8. Provisão Atuarial	249.351	209.567	19,0%
9. Outras despesas/receitas operacionais	(28.988)	(21.167)	36,9%
<b>Despesas e Custos Operacionais</b>	<b>6.123.270</b>	<b>5.072.415</b>	<b>20,7%</b>

A seguir, a Companhia apresenta os comentários sobre os itens que compõem os custos das vendas e dos serviços prestados, despesas com vendas e administrativas que apresentaram variações mais significativas:

- i. **Pessoal:** Os gastos com Pessoal em 2020 apresentaram elevação de 14,8% em relação ao ano de 2019, principalmente em função do desligamento de 640 colaboradores através do PDV e participação nos lucros em 2019.
- ii. **Material:** Os gastos com material em 2020 apresentaram elevação de 58,4% em relação ao ano de 2019, principalmente com produtos químicos nas estações de tratamento.
- iii. **Serviços de Terceiros:** Os gastos com serviços de terceiros apresentaram elevação de 15,3% em relação ao ano 2019, principalmente em função dos gastos com serviços de conservação e manutenção de bens e sistemas, decorrentes de maior demanda por serviços corretivos e manutenção preventiva nos sistemas de água e esgotos e o aumento dos gastos com energia elétrica.
- iv. **Provisão para devedores duvidosos:** O aumento de 28,5%, se deu em função do estudo realizado no exercício de 2020, com o objetivo de avaliar todo saldo em aberto do contas a receber, tendo em vista a expectativa do recebimento futuro, tendo por base no histórico recente de recebimentos. Com base no referido estudo, efetuou-se uma provisão adicional para refletir a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2020. A provisão adicional foi realizada tendo como base a inadimplência média observada nos últimos 24 meses, por faixa de vencimento, além de estimar a recuperação de créditos vencidos acima de 360 dias, com base nos anos de 2018 e 2019. Sob o novo modelo de perdas de crédito esperadas, as empresas tendem a registrar provisões para perdas mais cedo, em montantes maiores e mais voláteis em relação às que eram reconhecidas anteriormente.
- v. **Provisões Contingências:** O aumento de 39,6% se deu em função das execuções cíveis de valores expressivos (processos objeto "tarifa mínima por economias" e processo movido pelo Ministério Público RJ envolvendo ação ambiental no sistema de esgotamento sanitário Leme/São Gonçalo).
- vi. **Provisão Atuarial:** O aumento de 19% nas despesas atuariais no exercício de 2020 em relação ao exercício anterior ocorreu devido a uma menor rentabilidade dos ativos dos planos de previdências. Além disso, especificamente no plano de saúde (CEDAE Saúde), ocorreram ajustes no Aging Factor (Fator de Idade) e na inflação médica.

**8.3. RESULTADO FINANCEIRO**

O Resultado financeiro líquido foi negativo em R\$55.177 mil em 2020, contra um valor positivo de R\$76.402 mil no ano anterior, conforme tabela a seguir:

Composição do Resultado Financeiro Líquido (R\$ Milhares)	Exercício		
	2020	2019	Var. %
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>142.213</b>	<b>204.358</b>	<b>-30,4%</b>
Atualização monetária	68.413	114.003	-40,0%
Rendimentos de aplicações financeiras	29.465	45.688	-35,5%
Juros auferidos	24.523	18.691	31,2%
Multas por impontualidade	15.935	19.165	-16,9%
Descontos obtidos e bonificações	3.877	6.811	-43,1%
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(197.390)</b>	<b>(127.956)</b>	<b>54,3%</b>
Juros passivos s/parcelamentos tributários	(149.719)	(67.675)	121,2%
Juros e variações monetárias s/empréstimos e financiamentos	(46.079)	(58.353)	-21,0%
Multas, juros e acréscimos moratórios s/pagamentos em atraso das obrigações tributárias	(840)	(589)	42,6%
Outras	(752)	(1.339)	-43,8
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(55.177)</b>	<b>76.402</b>	<b>-172,2%</b>

Continuação



**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO

- i. **Receitas Financeiras:** A queda de 30,4% nas receitas financeiras, comparando-se ao ano anterior é decorrente, principalmente, do menor ganho em variações monetárias e da redução no ganho real em aplicações financeiras.
- ii. **Despesas Financeiras:** O aumento de 54,3%, comparando-se ao ano anterior, é resultado, principalmente, do aumento dos juros sobre equacionamento da Previdência Complementar- plano Prece I, II e CV.

**8.4. RESULTADO LÍQUIDO**

A CEDAE registrou prejuízo líquido de R\$ 247.150 mil em 2020, representando um decréscimo de 124,2% em relação ao lucro de R\$ 1.022.934 mil registrado em 2019. Esse decréscimo decorre principalmente da redução nas receitas e aumentos dos custos e despesas operacionais.

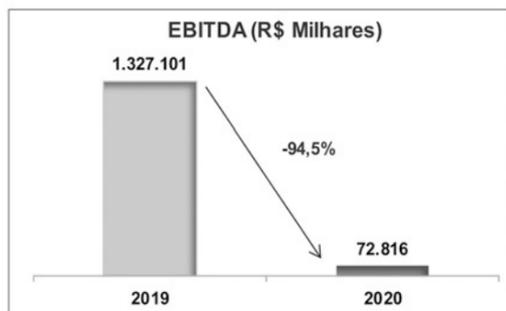
Composição do Lucro Líquido (R\$ Milhares)	Exercício		
	2020	2019	Var. %
(+) Resultado antes do resultado financeiro	(204.213)	1.050.592	-119,4 %
(+/-) Resultado financeiro	(55.177)	76.402	-172,2%
(-) Contribuição Social e Imposto de Renda	12.240	(104.060)	-111,8 %
(=) Lucro/Prejuízo Líquido	(247.150)	1.022.934	-124,2 %



**8.5. GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA (EBITDA)**

Em 2020, a CEDAE apresentou geração operacional consolidada de caixa de R\$ 72.816 mil contra R\$ 1.327.101 mil em 2019, ou seja, uma redução de 94,5% (ou R\$ 1.254.285 mil) ocorrida em função do decréscimo do resultado operacional. O EBITDA é uma medida não contábil adotada pela Companhia, calculada de acordo com a Instrução CVM 527/2012, consistindo no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações.

Descrição (R\$ Milhares)	Exercício		
	2020	2019	Var. %
(=) EBIT	(204.213)	1.050.592	-119,4 %
Margem EBIT (%)	-3,5%	17,2%	-120,3%
(+) Depreciação e amortização	277.029	276.509	0,2%
(=) EBITDA	72.816	1.327.101	-94,5 %
Margem EBITDA (%)	1,2 %	21,7 %	-94,5 %



**8.6. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS**

No Exercício Social de 2020, a Companhia obteve Prejuízo Líquido de R\$ 247.150 mil. Baseada no Estatuto Social da Companhia e na Lei Federal 6.404/76, e com base nos resultados do ano de 2020, a Companhia não efetuou o cálculo da Reserva Legal, do Lucro Líquido Ajustado e do Dividendo Obrigatório.

**8.7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Ao longo de 2020, a Companhia realizou pagamentos mensais dos Empréstimos e Financiamentos contratados. Em dezembro de 2020, a Companhia realizou o último pagamento mensal da 6ª Emissão de Debêntures e da Cédula de Crédito Bancário (CCB) nº 449.982-71 (CCB FINISA), realizando assim a liquidação das referidas operações dentro do prazo previsto.

Os Empréstimos e Financiamentos vigentes são a 5ª Emissão de Debêntures, cujos credores são o BNDES e o BNDESPar, e as Cédulas de Crédito Bancário nº 433.257-52 (CCB FGTS 1ª tranche), nº 441.050-71 (CCB FGTS 2ª tranche) e nº 441.054-75 (CCB FGTS 3ª tranche). As CCBs referem-se às três tranches da operação de crédito de R\$ 3 bilhões captada junto à Caixa Econômica Federal, sendo utilizada na ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense e na construção do Complexo Guandu 2. Cabe salientar que todas as tranches estão em fase de desembolso.

Segue abaixo uma breve descrição dos Empréstimos e Financiamentos da Companhia:

Empréstimos e Financiamentos	Credor	Objeto	Taxa Remuneratória	Saldo Devidor em 31/12/2020 (R\$ Milhares)	Vencimento
5ª Emissão de Debêntures	BNDES e BNDESPar	Financiar o projeto de implantação de novas redes de abastecimento de água na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro	1ª Série: TJLP + 2,75% a.a. e 2ª Série: Selic x 2,75% a.a.	58.794	2025
CCB FGTS 1ª Tranche		Financiamento para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense/RJ	TR + 8,5% a.a.	406.665	2038
CCB FGTS 2ª Tranche	Caixa Econômica Federal	Financiamento para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense/RJ, com a construção de nova Estação de Tratamento de Água (ETA Novo Guandu)	TR + 8,5% a.a.	29.478	2039
CCB FGTS 3ª Tranche		Financiamento para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense/RJ, para ampliação da produção e distribuição de água no município de Duque de Caxias/RJ e distribuição no município Queimados	TR + 8,7% a.a.	3.092	2041

**9. GOVERNANÇA CORPORATIVA**

A pandemia declarada pela OMS em 03/2020 do Novo Coronavírus chamada COVID-19 trouxe enorme desafios para o mundo.

Na empresa, sob a perspectiva da governança corporativa, os protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e Governo do Rio de Janeiro afetaram a dinâmica do trabalho diante da necessidade de distanciamento e/ou isolamento social para evitar a propagação do vírus e resguardar a saúde dos colaboradores, sem afetar o cumprimento das atividades e a missão da Companhia de atender a população com excelência e qualidade.

Tais ações para contenção da propagação do vírus possibilitaram experiências inéditas para a Companhia, como adoção do trabalho Home Office, treinamentos e reuniões virtuais.

A Companhia adotou medidas de prevenção à COVID-19, em parceria com a CEDAE Saúde.

Foi um ano desafiador que exigiu tomada de decisão de medidas firmes, tempestivas, estratégicas e inovadoras.

Neste contexto, a Alta Administração estabeleceu a Comissão de Crise da COVID-19 para dar celeridade a tomada de decisões emergenciais para enfrentamento da pandemia, e dar subsídios às áreas que respondem aos órgãos de controle externo.

Com o devido planejamento foi possível a retomada das atividades presenciais após o momento mais crítico da crise sanitária. Sempre em cumprimento aos protocolos dos órgãos de saúde, decretos do governo e decisões da Comissão de Crise.

Neste contexto, mas sempre utilizando-se das melhores práticas e referenciais de mercado e na melhoria contínua dos padrões exigidos pela Lei nº 13.303/2016 e Decreto Estadual nº 46.188/2017, a CEDAE está em constante processo de crescimento para tornar-se uma empresa qualificada, transparente, ágil e moderna, capaz de fornecer subsídios às tomadas de decisões e atender com eficiência às crescentes demandas dos usuários, do mercado e do governo.

Dentre as principais medidas adotadas em 2020, destacam-se:

- Realização de treinamento voltado aos Administradores, Conselheiros e Diretores;
- Verificação de integridade dos licitantes vencedores de certames da Companhia e de outros contratados;
- Análise de conformidade dos atos submetidos à Diretoria Executiva, como ênfase na prevenção de fraudes;
- Atuação no Grupo de Trabalho na Implementação da LGPD na CEDAE;
- Realização de Benchmarking com empresas do setor de saneamento, através de reuniões virtuais, referente às melhores práticas de LGPD;
- Início da implantação de sistema GRC para apoio à tomada de decisão dos gestores, com foco na gestão de riscos e conformidade;
- Readequação do Plano de Comunicação do Programa de Compliance e Canal de Ética; e
- Monitoramento dos riscos relacionados à pandemia de COVID-19 nas operações da CEDAE.

**Programa de Compliance**

O Programa de Compliance da CEDAE, implantado em julho/2018, está em constante melhoria, aumentando gradativamente seu nível de maturidade. Em 2020, o enfoque no Pilar Prevenção, colaborou na sensibilização da importância da integridade corporativa nos diversos setores da Companhia e culminou na criação do Departamento de Prevenção a Fraudes e Corrupção.

A atuação integrada com gestão de riscos, controles internos e auditoria interna, foi iniciada, fato que já possibilitou a realização de testes de Compliance com o objetivo de mitigar riscos de fraude e corrupção, principalmente nas contratações realizadas pela Companhia.

Além disso, deu-se andamento ao desenvolvimento de diversos trabalhos voltados para o fortalecimento de diretrizes da Alta Administração, principalmente o desenvolvimento de normativos e procedimentos internos, bem como iniciou-se a revisão das Políticas Institucionais.

No Pilar Detecção, também houve avanços. O estabelecimento do Sistema Correcional da Companhia, sob a responsabilidade da Gerência de Compliance, definiu os fluxos de apurações internas, propôs a criação da Política de Consequência e de norma de apuração interna.

O início da remodelagem do monitoramento da efetividade do Programa de Compliance da CEDAE, em função da aquisição da Suite Integrada RSA Archer, de Governança, Risco e Compliance, que possibilitará a Companhia avançar na sua governança corporativa.

**Canal de Ética**

Criado em novembro de 2018, o Canal de Ética é importante fonte de informação para a identificação de desvios em relação à legislação vigente, ao Código de Ética e Conduta, como também às Políticas e Procedimentos da Companhia.

O uso do Canal de Ética deve ser feito sob o princípio da boa-fé, ou seja, não se tolera o uso do canal para fazer intrigas, calúnias, relatar mentiras proposadamente ou retaliação de qualquer natureza.

Assim, todos os administradores, colaboradores e parceiros de negócio devem utilizá-lo, sempre que suspeitarem ou souberem de algo contrário aos princípios da ética e integridade.

O recebimento e classificação das denúncias é realizado por um canal externo denominado Contato Seguro, o qual assegura o anonimato dos denunciadores, denunciados e eventuais testemunhas, bem como o sigilo do conteúdo denunciado.

Já as atividades de estruturação e supervisão do Canal de Ética são realizadas pela Comissão de Ética, um órgão autônomo da Companhia, composta por empregados, que tem por missão analisar e tomar decisões, sobre as situações investigadas.

As denúncias sobre transgressão ao Código de Ética, ocorrências de fraude, corrupção, atos ilícitos, ou sobre outras questões que possam acarretar prejuízos aos princípios e interesses da nossa Companhia, podem ser realizadas por qualquer interessado, por meio do canal de ética:

- <https://www.cedae.com.br/canaldeetica>
- <https://contatoseguro.com.br/pl/cedae>
- Telefone: 0800 600 2675

**Gestão de Riscos e Controles Internos**

A Companhia realiza, de forma alinhada com a cadeia de valor e os objetivos estratégicos, a identificação dos principais riscos que está exposta, levando em consideração a continuidade da execução das atividades fins, classificando-os quanto ao impacto e probabilidade. As informações levantadas são apresentadas através de Mapa de Riscos e em um portfólio de fatores de riscos com o objetivo de dar suporte à Alta Administração para tomada de decisão quanto à priorização ou ao tratamento.

Nossa Política tem por finalidade orientar o planejamento empresarial, disseminar a cultura de controles para garantir o cumprimento das Leis, regulamentos e demais normas internas, bem como mitigar riscos existentes e/ou que possam se manifestar no futuro. Para a realização das atividades adotamos como referência os padrões e princípios estabelecidos no framework COSO-ERM de 2017, ABNT NBR ISO 31000:2018. Os fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento estão expressos no item 4.1 do Formulário de Referência.

Em 2020, diante deste panorama de incertezas e de superação, destaca-se o papel integrado da área de Assessoria de Controles Internos e Gestão de Riscos junto às Diretorias da Companhia no levantamento dos riscos associados à nova realidade, na elaboração de um plano de contingência que teve por objetivo estabelecer a forma de tratamento das ocorrências, bem como estabelecer ações mitigatórias para evitar a materialização dos riscos apontados, sempre buscando aprimorar a gestão e garantir um maior nível de segurança para atingir os objetivos e metas da Companhia.

**Auditoria Interna**

A Auditoria Interna, órgão estatutário vinculado ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, é responsável por avaliações independentes, além de consultorias orientadas para agregar valor e melhorar as operações da Companhia, auxiliando-a no alcance de seus objetivos estratégicos e na melhoria da eficiência e eficácia dos controles, da gestão de riscos, da performance dos processos e da governança corporativa.

A Auditoria Interna atua de forma coordenada com os gestores diretamente responsáveis pelos processos auditados e com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Compliance e Governança de TI, em consonância com o modelo de governança proposto pelo IIA – The Institute of Internal Auditors e em conformidade com a Lei 13.303/2016. Os trabalhos são realizados com comunicações regulares, a fim de garantir o alinhamento com os objetivos, às necessidades estratégicas e operacionais da Organização, além de evitar a duplicação de esforços.

Os trabalhos de auditoria em 2020 consistiram na avaliação de riscos e controles internos por meio de: Auditorias de Processos, pautadas na Matriz de Riscos Estratégica 2019-2020 e no Planejamento Estratégico 2017-2021; Auditorias Regulatórias demandadas pelos Órgãos de Controle TCE-RJ e CGE-RJ e determinações legais; e Auditorias Especiais demandadas pela Alta Administração (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) e pela Comissão de Ética.

Os resultados dos trabalhos foram apresentados ao Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento do Conselho de Administração, e à Presidência, resultando na identificação de oportunidades de melhoria nos processos e em planos de ação correspondentes, que são acompanhados até sua efetiva implementação.

**10. AÇÕES, PROGRAMAS E PROJETOS IMPLEMENTADOS**

**10.1. AÇÕES VOLTADAS PARA A MELHORIA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE**

**TRATAMENTO E COLETA DE ESGOTO**

- Obras para ampliar produção na ETA Porto das Caixas

A CEDAE realizou no dia 14/10/20 obras de adequação da estação de tratamento de água Porto das Caixas, em Itaboraí, que ampliou a capacidade de produção da unidade em 70 litros por segundo, chegando à capacidade máxima de 330 l/s.

- CEDAE amplia abastecimento em Teresópolis

Durante os meses de setembro e outubro, a CEDAE realizou obras de assentamento e renovação na rede de distribuição de água e abastecimento na cidade de Teresópolis. As obras de assentamento ocorreram nos bairros Jardim Salaco e Rosário, sendo instalados 330 e 400 metros de tubulações de 50 milímetros respectivamente. No bairro Pimenteiras, foram substituídos 300 metros de tubulações para a renovação da rede de distribuição de água e melhoria do abastecimento no bairro. Como um todo, as obras realizadas entre setembro e outubro beneficiaram mais de 320 moradores da cidade de Teresópolis.

- Ampliação do abastecimento em Natividade

Na semana de 21 de outubro de 2020, a CEDAE realizou a substituição de 2.500 metros de tubulações no bairro de Dr. Pedro Gomes, em Natividade, noroeste do Estado do Rio de Janeiro, além de ter trocado 800 metros de ramais domiciliares, ligando os imóveis ao novo sistema. A modernização da rede de distribuição

Continua

Continuação



**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.br



permitiu o aumento da pressão do abastecimento de água da região, com a substituição de tubulações de 25 milímetros por estruturas de 60 a 100 milímetros, beneficiando 1.250 moradores da região.

**- Inauguração de novo sistema de abastecimento em Maricá**  
No dia 1º de julho foi inaugurado o novo sistema de abastecimento de água tratada de Ponta Negra, que contou com investimento de mais de 5 milhões de reais. Em uma parceria da companhia com o governo do Estado e a prefeitura municipal de Maricá. O sistema vai garantir a melhoria do fornecimento de água para as localidades de Ponta Negra, Bananal e Cordeirinho, beneficiando diretamente uma população de 18 mil habitantes no município de Maricá.

O sistema é composto pela estação metálica de tratamento de água com capacidade de produzir 36 litros de água por segundo, além de elevatórios de água bruta e de água tratada, adutora de água tratada com 190 metros de extensão, reservatório com capacidade de armazenar um milhão de litros de água, tronco distribuidor de 313 metros de extensão e implantação de 1.050 novas ligações hidrométricas.

**- Melhoria operacional em elevatório em São João de Meriti**  
Foi realizado em 27/07/2020 pela CEDAE intervenções nas instalações elétricas para melhoria operacional em elevatória de água na Rua Mariana Mageli de Medeiros, bairro Jardim Meriti. Foram instaladas no local dispositivos elétricos que vão garantir melhor eficiência da unidade.

**- Reforço no abastecimento na comunidade de Rio das Pedras**  
A Companhia colocou em operação um sistema alternativo de abastecimento em comunidades em Rio das Pedras, Jacarepaguá. O programa da Companhia – visando auxiliar no combate à pandemia de Covid-19 – consistiu na instalação de caixas d'água com capacidade para armazenar até 10 mil litros em áreas de ocupação irregular e sem rede de distribuição de água. As caixas d'água são abastecidas diariamente por um dos 64 caminhões pipa que atuam na Região Metropolitana.

**- Modernização da rede de abastecimento em Itaperuna**  
Na semana de 5/10/2020 foram substituídos 740 metros de tubulações de água no bairro Aeroporto, em Itaperuna. O objetivo foi modernizar a rede local e aumentar a pressão do abastecimento de água, com a duplicação do diâmetro das redes de 25,4 milímetros por estruturas de 60 milímetros. As obras beneficiaram cerca de 100 imóveis na região.

**- Contratação de 40 novos caminhões pipa para atender comunidades**  
A CEDAE alugou 40 caminhões pipa no mês de março, em caráter emergencial, para atender prioritariamente comunidades da região metropolitana do Rio de Janeiro. A medida buscou atender com mais celeridade localidades que apresentassem solicitações de abastecimento e maior demanda por água, em decorrência da necessidade de controle da expansão do novo Corona vírus.

**10.2. AÇÕES VOLTADAS PARA O MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE SOCIAL**

**- CEDAE doa 3 mil mudas para Itaocara**  
Por meio do programa "Replantando Vida", que visa ações de reflorestamento no interior do Estado do Rio, foram doadas pela CEDAE no dia 6 de outubro mais de 3 mil mudas para o município de Itaocara, no noroeste fluminense.

São mudas de mais de 30 espécies da Mata Atlântica para a restauração de áreas do município que sofreram queimadas nos meses anteriores à ação. As plantas foram cultivadas nos sete viveiros mantidos pela Companhia, que conta com a mão de obra de apenados do regime semiaberto. Eles integram o programa Replantando Vida, fruto do convênio entre a CEDAE e a Fundação Santa Cabrini (FSC). Com a doação em Itaocara, chegou a 73,7 mil o número de mudas distribuídas pela CEDAE a 25 municípios em 2020.

**- CEDAE leva programa de sanitização a mais de 200 comunidades**  
Visando combater a pandemia de Covid-19, a CEDAE começou em 24 de abril a realizar ações de sanitização em comunidades, ultrapassando a marca de 200 ações no final de semana do dia 6 de junho. A ação é considerada complementar ao saneamento nas comunidades do Rio de Janeiro e é realizada por empresa especializada contratada pela Companhia. A desinfecção é conduzida por agentes especializados, com equipamentos de proteção individual (EPIs), que utilizam nebulizador a frio para borrifar produto com efeito desinfetante (quaternário de amônia de quinta geração e biguanida polimérica - phmb) nas vias e equipamentos públicos das localidades.

**11. PROGRAMA DE OBRAS**

INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO	SALDO EM 2021 (R\$)
REGIÃO METROPOLITANA	R\$ 645.282.484,49
BAIXADA FLUMINENSE	R\$ 3.037.078.303,57
LESTE FLUMINENSE	R\$ 466.178.339,98
INTERIOR	R\$ 293.669.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 4.442.208.128,04</b>

Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo dos Investimentos em R\$
<b>RIO DE JANEIRO</b>			
Ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Paquetá	24.500	Obra em andamento	R\$ 8.600.039,28
Obra de Reforma do Reservatório de São Carlos – Estácio - RJ	Não aplicável	Aguardando ordem de início	R\$ 750.021,00
Obras para Ampliação do Sistema de Abastecimento de Águas do Sistema Zona Oeste – Guaratiba I	322.080	Aguardando Homologação	R\$ 76.418.195,92
Aquisição de 2 reservatórios em chapa de aço parafusado com revestimento em aço vitrificado com capacidade de 5000 m3 cada, para atender a ampliação do Sistema de abastecimento de Água da Zona Oeste – Setor Guaratiba I		Licitação em andamento	R\$ 7.731.027,84
Obras para Ampliação do Sistema de Abastecimento de Águas do Sistema Zona Oeste – Guaratiba II	213.642	Aguardando Homologação	R\$ 54.433.303,25
Aquisição de 2 reservatórios em chapa de aço parafusado com revestimento em aço vitrificado com capacidade de 5000 m3 cada, para atender a ampliação do Sistema de abastecimento de Água da Zona Oeste – Setor Guaratiba II		Licitação em andamento	R\$ 7.731.027,84
Ampliação do sistema de abastecimento de água tratada da Barra da Tijuca, Recreio, Jacarepaguá, Vargem Grande e Vargem Pequena	872.533	Obra em andamento	R\$ 79.401.668,05
Serviços de reforma dos decantadores da ETE Barra	Não aplicável	Obra em andamento	R\$ 4.534.200,36
Obra de esgotamento sanitário da Bacia Aroazes	24.811	Obra em andamento	R\$ 6.176.194,51
Projeto básico de esgotamento sanitário para reuso dos sistemas de tratamento da região hidrográfica do Guandu	Não aplicável	Obra em andamento	R\$ 4.488.832,00
Obras de rede de interligações da Bacia do Anil - Jacarepaguá	5.746	Obra em andamento	R\$ 3.677.034,67

Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo dos Investimentos em R\$
<b>RIO DE JANEIRO</b>			
Obra de Recuperação a ser realizada no Açude de Camorim - Jacarepaguá	Não aplicável	Licitação em andamento	R\$ 914.578,25
Contratação de Serviços Especializados para Digitalização, Vetorização, Georreferenciamento, Padronização e Verificação dos Dados Cadastrais para Aprimoramento do Cadastro Técnico	Não aplicável	Aguardando homologação	R\$ 10.785.474,41
Modernização do Sistema de Automação do Reservatório de Marapicu	Não aplicável	Licitação em andamento	R\$ 4.343.517,14
Obras de Redes de Interligação da Freguesia e Adjacências - Jacarepaguá	2.096	Obra em andamento	R\$ 5.302.404,48
Complementação de Rede para Atendimento do Museu Nacional e entorno – São Cristóvão – Rio de Janeiro	Não aplicável -	Obra em andamento	R\$ 1.898.001,47
Etapa 2ª Comunidade Cidade Rocinha	70.000	Em licitação	R\$ 29.615.968,88
Obras Programa Comunidade Cidade Rocinha 1ª Etapa		Em andamento	R\$ 13.180.995,14
<b>SISTEMA ALEGRIA</b>			
Complementação do tronco coletor Faria Timbó	456.000	Obra será realizada pelo PSAM	R\$ 134.000.000,00
Complementação do tronco coletor Manguinhos e saneamento da Maré	900.000	Obra será realizada pelo PSAM	R\$ 111.600.000,00
Complementação do tratamento secundário da ETE Alegria	1.500.000	Aguardando definição de recursos	R\$ 79.700.000,00
<b>REGIÃO METROPOLITANA - TOTAL</b>			<b>R\$ 645.282.484,49</b>

Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo dos Investimentos em R\$
<b>BELFORD ROXO</b>			
Ampliação do sistema de abastecimento de água de diversas localidades do município de Belford Roxo	120.000	Previsão de término SET/2021	R\$ 42.728.622,62
Recuperação da rede coletora e reforma da elevatória de esgotamento sanitário do Lote XV	32.000	Atendendo TCE para atualizar orçamento	R\$ 34.291.000,00
Melhoria na rede de distribuição de água em diversas localidades do município de Belford Roxo	16.457	Aguardando homologação das empresas	R\$ 24.958.000,00
Ampliação do sistema de abastecimento de água de Miguel Couto	156.902	Aguardando homologação das empresas	R\$ 83.838.383,00
<b>DUQUE DE CAXIAS</b>			
Ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água tratada da localidade de Campos Elíseos	58.000	Previsão de término abril /2021	R\$ 4.212.305,71
Ampliação do sistema de abastecimento de água de diversas localidades do município de Duque de Caxias	278.126	Previsão de término mar/24	R\$ 654.496.000,00
Serviços de reforma das elevatórias de esgotos Olavo Bilac, Vila Centenário e Jardim Leal	55.380	Previsão de término DEZ/21	R\$ 2.166.605,60
Melhoria na rede de distribuição de água em diversas localidades do município de Duque de Caxias	34.029	Em fase de licitação	R\$ 55.841.000,00
<b>ITAGUAÍ / SEROPÉDICA</b>			
Obras para complementação do abastecimento de água no Município de Itaguaí	255.983	Aguardando resultado de recurso	R\$ 18.035.300,00
<b>JAPERI</b>			
Complementação das obras do sistema de abastecimento de água da Japeri	106.349	Obra em andamento	R\$ 15.165.140,06
<b>MAGÉ</b>			
Ampliação do sistema de água tratada da cidade de Magé - Mauá e Suruí	95.814	Saldo da obra sendo relicitado	R\$ 33.500,00
<b>NOVA IGUAÇU</b>			
Melhoria do abastecimento para a localidade de Grão Pará	102.000	Obra em andamento	R\$ 4.330.000,00
Complementação da rede distribuidora de água na área de abrangência dos reservatórios Cabuçu Alto e Baixo	24.409	Aguardando homologação da empresa	R\$ 63.793.353,75
Esgotamento Sanitário dos bairros Juscelino, Centro (parte), Caonze, em Nova Iguaçu	13.192	Sendo elaborada a licitação	R\$ 20.125.515,77
Aquisição de tubos para a complementação da rede distribuidora de água na área de abrangência dos reservatórios Cabuçu Baixo e Alto	Não aplicável	Licitação adiada	R\$ 1.870.500,00
<b>QUEIMADOS</b>			
Complementação do sistema de abastecimento de água no município de Queimados	93.231	Atendendo TCE para atualizar orçamento	R\$ 53.887.000,00



documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br. Assinado digitalmente em Quarta-feira, 24 de Março de 2021 às 23:48:30 -0300.

A assinatura não possui validade quando impresso.

Continuação



**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

SÃO JOÃO DE MERITI			
Ampliação do sistema de abastecimento de água de diversas localidades do município de São João Meriti-1ª etapa	267.455	Aguardando homologação das empresas	R\$ 74.444.444,00
Fornec. e instalação do reservatório em chapa de aço parafusado ou no sistema de dobra dupla para água potável, com capacidade de 2.500 m³ p/ Abastec. De água Jardim Meriti - S. J. Meriti		Aguardando homologação da empresa	R\$ 1.556.000,00
DIVERSOS MUNICÍPIOS			
Recuperação do sistema de coleta e transporte de esgotos sanitários da Pavuna	288.000	Obra em andamento	R\$ 16.469.026,55
Sistema de coleta e transporte de esgotos sanitários de Sarapuí	127.200	Obra em andamento	R\$ 19.001.202,99
Sistema integrado de abastecimento de água de Jardim Esplanada, Jardim Alvorada, Brasília, Posse e JK nos municípios de Nova Iguaçu e Mesquita	957.402	Contrato sendo rescindido em 2020, saldo sendo relicitado	R\$ 71.296.378,23
Proteção da tomada d'água do Guandu	15.000.000	Elaboração de edital de licitação	R\$ 120.000.000,00
Reforço no sistema de abastecimento de água de Nilópolis e outros	102.161	Contrato sendo rescindido em 2020, saldo sendo relicitado	R\$ 43.169.314,83
Contratação de terraplanagem para o Reservatório Novo Marapicu e construção das estruturas de drenagem para águas pluviais e vias de acesso ao Reservatório Novo Marapicu - Parte integrante do sistema Novo Guandu - Etapa 01 - Fase 01 -	3 milhões	Em andamento	R\$ 23.753.481,37
Implantação Básica, Terraplanagem e Macrodrenagem da Estação de Tratamento de Água do Novo Guandu - Etapa 02 Fase 01 - do Sistema de Produção ETA Novo Guandu		Licitação adiada	R\$ 148.286.100,00
Implantação do Novo Guandu - Sistema de Produção		Sendo elaborada a licitação	1.348.276.129,09
Gerenciamento da obra do Sistema de Produção ETA Novo Guandu - Parte 01 - 12 m³/s e do Novo Reservatório do Marapicu - 57.000 m³ - Parte 01		Aguardando resultado de recurso	R\$ 40.086.300,00
Aquisição de tubos de aço para troncos, travessias e extravasor-Sistema de Produção ETA Novo Guandu		Sendo elaborada a licitação	R\$ 17.497.200,00
<b>BAIXADA FLUMINENSE - TOTAL</b>			<b>R\$ 3.037.078.303,57</b>

Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo dos Investimentos em R\$
ITABORAÍ			
Novo sistema de produção de água tratada de Itaboraí	332.927	Aguardando recursos	R\$ 448.958.000,00

Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo dos Investimentos em R\$
RIO BONITO			
Ampliação do sistema de abastecimento de água de Rio Bonito	10.000	Obra em andamento	R\$ 2.930.000,00
SÃO GONÇALO			
Ampliação do sistema de abastecimento de água com a construção de reservatórios, tronco alimentador e tronco distribuidor no bairro de Monjolos	66.247	Obra em andamento	R\$ 14.290.339,98
<b>LESTE FLUMINENSE - TOTAL</b>			<b>R\$ 466.178.339,98</b>

Descrição do Projeto de Investimento	População Atendida	Situação	Saldo dos Investimentos em R\$
BARRA DO PIRAI			
Ampliação do sistema de abastecimento de água na Sede do município de Barra do Pirai	95.000	Licitação sobrestado	R\$ 16.160.000,00
ITAPERUNA			
Sistema de abastecimento de água do município de Itaperuna	82.500	Saldo da obra sendo relicitado	R\$ 19.040.000,00
Implantação de sistema de esgotamento sanitário do município de Itaperuna	82.500	Saldo da obra sendo relicitado	R\$ 49.060.000,00
MACAÉ			
Ampliação do sistema de produção de água tratada para o município de Macaé	243.967	Aguardando recurso	R\$ 209.409.000,00
<b>INTERIOR DO ESTADO - TOTAL</b>			<b>R\$ 293.669.000,00</b>

12. SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE  
Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos auditores independentes, esclarecemos que nossa política de relacionamento com os auditores independentes, relativa à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está substanciada nos princípios que preservam a independência do auditor.  
A Ernst & Young Auditores Independentes S/s foi contratada para os serviços de auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Destacamos que em 2020 a Ernst & Young auditores Independentes S/s não prestou outros serviços além da auditoria das demonstrações financeiras.

13. AGRADECIMENTOS  
A Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), por meio de sua Diretoria Executiva, dedica seus agradecimentos ao acionista controlador desta empresa, o Estado do Rio de Janeiro, aqui representado na figura do Excelentíssimo Senhor Governador em exercício do Estado, Cláudio Castro. Aos senhores acionistas minoritários, representados nos colegiados pelos seus representantes legais, agradecemos a confiança depositada nesta Diretoria na condução da administração dos negócios da Companhia.  
O reconhecimento pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal da CEDAE do trabalho realizado por esta Diretoria nos estimula a avançar sempre. A todos, o nosso muito obrigado. Aos entes financiadores da Companhia e do Governo do Estado do Rio de Janeiro, ressaltamos que os recursos aportados nos projetos desta Companhia tornaram possível a realização de investimentos e obras fundamentais para a expansão contínua dos serviços de saneamento prestados pela CEDAE. Portanto, também devemos nossa reverência às instituições aqui citadas: Caixa Econômica Federal (CAIXA) e BNDES.  
Gostaríamos também de agradecer a colaboração da Secretaria de Estado de Saúde (SES), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – seção Rio de Janeiro (ABES-Rio), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (POLI/UFRJ) na realização do estudo "Monitoramento espaço-temporal da concentração de SARS-COV-2 nos esgotos sanitários da Região Metropolitana do Rio de Janeiro como estratégia de apoio de ações de vigilância epidemiológica da COVID-19".  
Agradecemos a todos os colaboradores que, neste momento de pandemia, mantêm suas atividades a despeito de todas as adversidades com o objetivo de garantir a qualidade dos serviços prestados à sociedade. E, finalmente, gostaríamos de reforçar o nosso compromisso com a população do Estado do Rio de Janeiro. Mesmo diante de tantos desafios – nas esferas social, ambiental e econômica – estamos nos adaptando constantemente para oferecer aos nossos clientes serviços cada vez melhores de água e esgoto. Esta é a missão que guia o nosso quadro de quase 5 mil empregados.

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019	2020	2019
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1.290.157	799.491	56.745	173.841
Contas a receber de clientes (Nota 8)	965.171	1.275.441	87.846	65.648
Estoques	22.977	8.362	1.786	1.260
Tributos a recuperar (Nota 14)	65.312	166.571	74.469	120.969
Outros	11.827	7.537	49.177	52.644
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>2.355.444</b>	<b>2.257.402</b>	<b>41.580</b>	<b>40.937</b>
<b>Não circulante</b>				
Realizável a longo prazo				
Depósitos e bloqueios judiciais (Nota 16)	1.843.858	1.660.411	1	31.167
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	61.899	88.371	2	35.332
Contas a receber de clientes (Nota 8)	182.217	293.687	66.117	77.279
Contribuição social correntes e diferidos (Nota 17)	94.970	19.012	223.533	200.769
Transações com partes relacionadas (Nota 10)	294.144	295.620	79.719	61.095
Outros (Nota 9)	40.314	42.410	29.025	28.145
	<b>2.517.402</b>	<b>2.399.511</b>	<b>710.000</b>	<b>889.086</b>
<b>Intangível (Nota 11)</b>	<b>9.718.542</b>	<b>9.911.445</b>		
<b>Imobilizado (Nota 12)</b>	<b>78.240</b>	<b>80.189</b>		
	<b>9.796.782</b>	<b>9.991.634</b>		
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>12.314.184</b>	<b>12.391.145</b>		
<b>Total do ativo</b>	<b>14.669.628</b>	<b>14.648.547</b>		
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>				
<b>Circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)			441.284	466.185
Empreiteiros e fornecedores			153.137	191.805
Salários a pagar			107.775	102.207
Passivo atuarial (Nota 19)			2.829.497	2.359.685
Tributos a recuperar e a recolher (Nota 14)			3.164.746	3.148.635
Parcelamentos tributários (Nota 15)			26.944	26.944
Juros sobre capital próprio			146.991	186.350
Dividendos a pagar (Nota 21.c)			6.870.374	6.481.811
Outros parcelamentos (Nota 20)				
Provisões de encargos trabalhistas				
Agência Reguladora - Agenersa				
Outras contas a pagar				
<b>Total do passivo circulante</b>			<b>710.000</b>	<b>889.086</b>
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)				
Parcelamentos tributários (Nota 15)				
Outros parcelamentos (Nota 20)				
Provisão para contingências (Nota 16)				
Passivo atuarial (Nota 19)				
Adiantamentos para futuro aumento de capital (Nota 10)				
Outras contas a pagar (Nota 18)				
<b>Total do passivo não circulante</b>				
<b>Patrimônio líquido (Nota 21)</b>				
Capital social			3.015.828	2.586.987
Reserva de capital			13.964	13.964
Reservas de lucros			1.230.168	1.790.942
Outros resultados abrangentes			2.829.294	2.885.757
<b>Total do patrimônio líquido</b>			<b>7.089.254</b>	<b>7.277.650</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>			<b>14.669.628</b>	<b>14.648.547</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua

Continuação

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**
 Companhia Aberta  
 Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
 www.cedae.com.br
GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020	2019
Receita operacional líquida (Nota 22)	5.919.057	6.123.007
Custo dos serviços prestados (Nota 23.a)	(2.581.932)	(2.267.306)
Lucro bruto	3.337.125	3.855.701
Receitas (despesas) operacionais	(2.081.781)	(1.606.326)
Despesas comerciais (Nota 23.b)	(488.211)	(472.261)
Despesas gerais e administrativas (Nota 23.c)	(971.346)	(726.522)
Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 25)		
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(204.213)	1.050.592
Receitas financeiras (Nota 24.b)	142.213	204.358
Despesas financeiras (Nota 24.a)	(197.390)	(127.956)
Lucro antes da contribuição social	(259.390)	1.126.994
Contribuição social (Nota 17.a)	12.240	(104.060)
Lucro líquido do exercício	(247.150)	1.022.934
Quantidade de lotes de mil ações preferenciais e ordinárias no fim do exercício	629.071.608	629.071.608
Lucro líquido básico e diluído por ação (em reais) (Nota 21.b)	(0,39)	1,63

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	(247.150)	1.022.934
Outros resultados abrangentes		
Ajuste de ganhos e perdas atuariais - PRECE (Nota 19)	32.529	(102.678)
Ajuste de ganhos e perdas atuariais - Cedae Saúde (Nota 19)	102.275	(1.350.290)
Prêmio de aposentadoria (Nota 19)	(10.213)	(3.385)
Contribuição social diferidos (Nota 19)	(11.213)	131.071
	113.378	(1.325.282)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	(133.772)	(302.348)

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes da contribuição social	(259.390)	1.126.994
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	277.029	276.509
Juros e variação monetária de empréstimos e financiamentos	46.079	58.353
Juros sobre parcelamentos	140.816	67.675
Juros e atualizações monetárias sobre outras obrigações	8.903	1.928
Provisão para contingências	746.811	538.122
Passivo atuarial	249.351	209.567
Atualização monetária das contas a receber	(36.550)	(41.042)
Recuperação de despesas	204	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 23.b)	1.897.491	1.476.304
Rendimentos de títulos e valores mobiliários não realizados	(2.557)	(1.584)
Atualizações monetárias de depósitos judiciais	(31.860)	(72.139)
	3.036.327	3.640.687
Diminuição (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	(1.443.203)	(1.306.666)
Estoques	(14.615)	(1.129)
Tributos a recuperar	101.259	69.771
Depósitos e bloqueios judiciais	(151.587)	20.633
Contas a receber de partes relacionadas	1.476	(40.707)
Outros	(2.194)	22.744

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020	2019
Receitas		
Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto	6.149.392	6.361.777
Outras receitas	31.991	62.317
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.897.491)	(1.476.305)
	4.283.892	4.947.789
Insumos adquiridos de terceiros		
Material aplicado	(147.288)	(106.344)
Materiais, força e luz, serviços de terceiros e outros	(1.496.612)	(1.303.783)
Perda e recuperação de valores ativos	(922.264)	(487.857)
	(2.566.164)	(1.897.984)
Valor adicionado bruto	1.717.728	3.049.805
Depreciações e amortizações		
Depreciações e amortizações	(279.109)	(278.589)
Valor adicionado líquido produzido	1.438.619	2.771.216
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	142.213	204.358
Valor adicionado total a distribuir	1.580.832	2.975.574
Pessoal e encargos	1.109.307	1.187.897
Remuneração direta	905.631	1.060.589
Benefícios	141.460	73.231
FGTS	62.216	54.077
Impostos, taxas e contribuições	455.435	553.860
Federais	453.954	545.721
Estaduais	648	1.139
Municipais	833	7.000
Remuneração de capitais de terceiros	263.240	210.884
Juros e variações cambiais	200.016	155.663
Aluguéis	63.224	55.221
Remuneração de capitais próprios	54.624	242.947
Dividendos	-	35.332
Juros sobre capital próprio	54.624	207.615
Lucros retidos	(301.774)	779.986
Distribuição do valor adicionado	1.580.832	2.975.574

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes		
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1.993.917	13.964	132.754	1.301.430	4.380.880	-	7.822.945
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-
Perdas atuariais	-	-	-	-	(1.325.282)	-	(1.325.282)
Mutações internas do patrimônio líquido							
Aumento de capital (Nota 21.a)	593.070	-	-	(593.070)	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação (Nota 21.f)	-	-	-	169.841	(169.841)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.022.934	1.022.934
Distribuição proposta	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal (Nota 21.c)	-	-	51.147	-	-	(51.147)	-
Dividendos propostos (Nota 21.c)	-	-	-	-	-	(35.332)	(35.332)
Juros s/capital próprio	-	-	-	-	-	(207.615)	(207.615)
Constituição da reserva de retenção de lucros (Nota 21.a)	-	-	-	728.840	-	(728.840)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.586.987	13.964	183.901	1.607.041	2.885.757	-	7.277.650
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-
Perdas atuariais	-	-	-	-	113.378	-	113.378
Mutações internas do patrimônio líquido							
Aumento de capital (Nota 21.a)	428.841	-	-	(428.841)	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação (Nota 21.f)	-	-	-	169.841	(169.841)	-	-
Efeito imunidade (Nota 17)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	(247.150)	(247.150)
Distribuição proposta	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal (Nota 21.c)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos (Nota 21.c)	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio (Nota 21.c)	-	-	-	(54.624)	-	-	(54.624)
Constituição da reserva de retenção de lucros (Nota 21.c)	-	-	-	(247.150)	-	247.150	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.015.828	13.964	183.901	1.046.267	2.829.294	-	7.089.254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Continua

Continuação



**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional**

A Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE ("CEDAE" ou "Companhia") foi constituída em 1º de agosto de 1975 como sociedade anônima de economia mista domiciliada no Brasil, através da incorporação das entidades controladas pelo Estado do Rio de Janeiro: Empresa de Águas do Estado da Guanabara ("Cedag"), Empresa de Saneamento da Guanabara ("Esag") e Companhia de Saneamento do Estado do Rio de Janeiro ("Sanerj"). Atualmente, sediada na Cidade do Rio de Janeiro na Avenida Presidente Vargas, nº 2.655, Cidade Nova, a Companhia é vinculada atualmente à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança (SECCG) e tem como acionista controlador o Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia atua no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, mediante delegação do Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Estado do Rio de Janeiro") e nos municípios através de convênios, sendo suas principais atividades:

- (i) Captação, tratamento, adução e distribuição da água;
- (ii) Coleta, tratamento e destinação de esgotos sanitários;
- (iii) Realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes;
- (iv) Execução do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara ("PDBG") que é um programa do Estado do Rio de Janeiro, envolvendo diversos órgãos estaduais, cabendo à CEDAE o papel de executora das obras de esgotamento sanitário com recursos financeiros do Estado do Rio de Janeiro, de fontes externas ou internas; e
- (v) Execução do Programa de Saneamento da Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes ("PSBJ") com recursos provenientes de diversos programas financeiros do Estado do Rio de Janeiro, como Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano ("Fecam") e Fundo Estadual de Saúde ("FES"), ou com recursos da CEDAE.

Dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia opera os serviços de abastecimento de água em 64 municípios, dentre esses com contrato para prestação de serviços de esgotamento sanitário em 31 municípios. Na maioria desses municípios, as operações decorrem de contratos firmados por 30 anos, com renovação automática por mais 30 anos.

A Administração prevê que os serviços prestados a municípios que não possuem contratos de concessão vigentes terão essa situação regularizada, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgotos nessas localidades municipais. A assinatura de tais contratos de concessão depende da implementação por parte dos municípios do Plano Municipal de Saneamento Básico, instrumento que estabelece as diretrizes para a prestação dos serviços públicos de saneamento tais quais requerido pela Lei Federal nº 11.445/2007 e das respectivas aprovações à Lei Autorizativa em âmbito municipal do referido plano. Em 31 de dezembro de 2020, apresentam-se vencidas as concessões relacionadas a seguir e que estão em fase de negociação com os municípios, sendo que os serviços não sofreram interrupção (Nota 2.7.2).

Município	Serviços
Angra dos Reis	Água
Cachoeiras de Macacu	Água
Cambuci	Água
Miracema	Água
Porciúncula	Água e esgoto
Quissamã	Água e esgoto
São João da Barra	Água e esgoto
Teresópolis	Água e esgoto

Em 31 de dezembro de 2020, o valor contábil do intangível utilizado nos oito municípios em negociação totalizava R\$197.995 (R\$204.057 em 2019), tendo gerado receita de R\$119.778 (R\$115.271 em de 2019) (Nota 11).

Os contratos de concessão estipulam um direito de cobrar dos clientes os serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo estabelecido nestes. A Companhia possui, na maior parte dos seus contratos, um direito de receber caixa ao final da concessão como forma de indenização pela devolução dos ativos ou de prorrogar o contrato até a efetiva quitação da indenização por parte dos municípios.

Nos contratos em que não está prevista tal indenização (cinco contratos na totalidade), existe a obrigatoriedade do Poder Concedente prorrogar o prazo de concessão pelo tempo necessário para que a Companhia recupere o investimento efetuado. No caso do contrato firmado com o Município do Rio de Janeiro, não existe previsão de indenização. Contudo, o contrato possui validade de 50 anos, prazo inferior à vida útil dos bens relacionados à concessão e prevê renovação automática pelo mesmo período, a qual a opção de não exercer renovação deve ser manifestada até dois anos antes do fim da vigência do contrato.

As concessões em termos de número de economias (\*) são:

Município	Concessões de água e esgotamento sanitário		
	Número de economias (*)	Início	Término
1 Rio de Janeiro	2.364.098	2007	2057
2 São Gonçalo	258.445	2008	2028
3 Nova Iguaçu	182.889	2004	2034
4 Duque de Caxias	169.635	2008	2038
5 São João de Meriti	121.243	2011	2041
6 Belford Roxo	89.286	2009	2039
7 Macaé	76.611	2011	2041
8 Rio das Ostras	55.023	2011	2061
9 Nilópolis	52.507	2008	2038
10 Mesquita	40.735	2008	2038
11 Itaperuna	34.044	2008	2038
12 Itaguaí	32.221	2011	2041
13 Queimados	31.031	2009	2039
14 Marica	30.616	2008	2028
15 Valença	27.164	2009	2039
16 Itaboraí	25.023	2012	2042
17 Magé	22.274	2000	2030
18 Paraiba do Sul	16.684	2008	2038
19 Vassouras	16.008	2008	2048
20 Seropédica	14.711	2009	2039
21 Mangaratiba	14.363	2013	2043
22 Japeri	13.351	2009	2039
23 São Fidelis	11.986	2008	2038
24 Rio Bonito	11.879	2011	2031
25 Bom Jesus do Itabapoana	11.293	2011	2041
26 Pirai	10.901	2009	2029
27 Miguel Pereira	9.854	2009	2039
28 Itaocara	9.371	2010	2035
29 Cordeiro	8.900	2001	2031
30 Pinheiral	8.786	2008	2048
31 Paracambi	8.750	2008	2038
32 São Francisco do Itabapoana	8.599	2002	2032
33 Paty do Alferes	8.155	2008	2038
34 Casimiro de Abreu (**)	7.797	2008	2038
35 Bom Jardim	7.498	2001	2031
36 Sapucaia	7.103	2010	2035
37 Cantagalo	6.375	2009	2039
38 Natividade	5.311	2008	2038
39 Rio Claro	4.955	2008	2038
40 Aperibé	4.700	2010	2040
41 Italva	4.240	2012	2042
42 Cardoso Moreira	4.037	2002	2027
43 Duas Barras	3.636	2001	2031
44 Eng. Paulo de Frontin	3.473	2008	2048
45 Macuco	3.174	2002	2032
46 Tanguá	3.115	2008	2033
47 Barra do Pirai	2.970	2006	2036

**Concessões de água e esgotamento sanitário**

Município	Número de economias (*)	Início	Término
48 Laje do Muriaé	2.527	2013	2043
49 Saquarema (***)	2.056	2008	2048
50 Sumidouro	2.026	2009	2039
51 Santa Maria Madalena	1.849	2009	2039
52 São Sebastião do Alto	1.810	2002	2032
53 São José de Ubá	1.720	2009	2039
54 Carapebus	1.527	2008	2038
55 Trajano de Moraes	1.376	2000	2030
56 Varre-Sai	1.226	2009	2039

(\*) Economia é uma unidade predial, caracterizada segundo o artigo 96 do Decreto Estadual do Rio de Janeiro nº 553/1976, para efeito de cobrança (informação não auditada).

(\*\*) No Município de Casimiro de Abreu, a Companhia mantém contrato apenas com o Distrito de Barra e São João.

(\*\*\*) No Município de Saquarema, a Companhia mantém contrato apenas com o Distrito de Jacomé.

Em 5 de janeiro de 2007, foi sancionada a Lei Federal nº 11.445/2007, estabelecendo as diretrizes nacionais e princípios fundamentais à prestação dos serviços, como o controle social, a transparência, o comando de integração das infraestruturas de saneamento básico na gestão de recursos hídricos, bem como o comando para a articulação do setor com as políticas públicas de desenvolvimento urbano e regional, habitação, combate e erradicação da pobreza, promoção da saúde e proteção ambiental, dentre outras correlatas. Essas diretrizes visam, também, à melhoria da qualidade de vida com eficiência e a sustentabilidade econômica, possibilitando a adoção de soluções graduais e progressivas, coerentes à capacidade de pagamento dos clientes.

No dia 26 de janeiro de 2017, o Estado do Rio de Janeiro assinou o Termo de Compromisso com o Governo Federal que envolve, entre outros assuntos, a possibilidade da obtenção de empréstimos bancários por parte do Controlador, oferecendo como garantia ações da Companhia por ele detidas.

Em novembro de 2017, o banco BNP Paribas foi o vencedor do leilão para emprestar R\$2,9 bilhões ao Estado do Rio de Janeiro, que ofereceu como garantia até 50% das ações da Companhia. Salientamos que tal evento não alterou as operações da Companhia ou seu controle até o momento.

Em 19 de junho de 2018, transitou em julgado junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Cível Ordinária nº 2757/RJ, de autoria da Companhia. Nessa ação a CEDAE requereu imunidade tributária nos termos do artigo 150, VI "a" da Constituição Federal, por ser entendimento de seus Administradores e consultores jurídicos e legais que a Companhia, por ter como único acionista o Governo do Estado do Rio de Janeiro e prestar serviços de utilidade pública, estava imune a impostos por se equiparar a um ente público. O êxito obtido pela Companhia lhe assegurou a imunidade a impostos e, a partir da data do trânsito em julgado, a Administração deixou de apurar e recolher os impostos federais; baixando os valores a eles relacionados, sejam impostos a recuperar, recolher ou diferidos, uma vez que não existirá base de cálculo para apuração e realização desses impostos. Deve-se observar que a imunidade foi concedida à CEDAE no pressuposto desta ter como único acionista o Estado do Rio de Janeiro e que tal imunidade poderá ser revista, e perdida, caso terceiros passem a deter participação no capital da Companhia.

**1.1. Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos**

Em 01 de julho de 2020, ocorreu na sede da Companhia uma operação conjunta da Polícia Civil, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ e do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE. A operação, denominada "Águas Claras", investiga alegações de fraude em licitações e contratações emergenciais nos anos de 2015 a 2020 e deu cumprimento a medidas de busca e apreensão de documentos envolvendo a Companhia, a empresa contratada Chison Empreendimentos Imobiliários Ltda e determinados colaboradores (atuais e passados) da CEDAE.

A Companhia está acompanhando a investigação em andamento e vem prestando todas as informações solicitadas pelas autoridades. Os documentos pertinentes a investigação (mandado de busca e apreensão e termos de solicitação de informação do TCE) não mencionam valores e até a presente data nenhum colaborador ou ex-colaborador da Companhia foi indiciado.

Em 22 de julho de 2020 a Administração da Companhia designou uma Comissão Permanente de Sindicância para realização de investigação interna e independente, sendo executada por colaboradores da Companhia, com o objetivo de averiguar possíveis irregularidades no âmbito da operação "Águas Claras".

A investigação interna está em andamento, com supervisão e monitoramento contínuo pela Comissão de Ética da CEDAE e acompanhamento pelo Comitê de Auditoria Estatutária.

Em continuidade a seus serviços a Companhia determinou a contratação de consultoria especializada em procedimentos forenses que possa com ferramentas e recursos adicionais complementar o trabalho até aqui efetuado pela Comissão de Sindicância. Neste contexto em 10 de março de 2021 foi realizado o pregão eletrônico visando a contratação destes consultores especializados. A Administração acredita que este processo de contratação estará concluído até o final do mês de abril e que ao término do segundo semestre de 2021 já estejam disponíveis ao menos os resultados preliminares do trabalho que será efetuado.

Embora até o presente momento não se possa concluir sobre a existência ou não de supostas irregularidades a Administração da Companhia acredita que as iniciativas implementadas e em curso a saber: acompanhamento processual, colaboração com as autoridades, investigação independente pela Comissão Permanente de Sindicância e contratação de consultores especializados em análises forense; são apropriadas para o adequado esclarecimento dos fatos e proteção dos interesses da Companhia.

Em 30/04/2021 acontece a licitação das áreas de distribuição da Cedae, que serão divididas em 4 blocos. Após a assinatura dos contratos com os vencedores de cada um dos blocos, inicia-se a gestão compartilhada, com prazo inicial de 6 meses, podendo ser prorrogado por mais 3 meses.

Ao final desse período de 6 meses, prorrogáveis por mais 3 meses, a Cedae passa a ser responsável apenas e tão somente pela captação, tratamento e adução das águas que serão entregues aos vencedores da referida licitação.

**2. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

**2.1. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras**

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 24 de março 2021 aprovou a emissão dessas demonstrações financeiras.

**2.2. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários**

Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação, enquanto que aquelas com vencimento superior a três meses são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários.

**2.3. Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos e determina a classificação no reconhecimento inicial.

**a) Ativos financeiros**

**2.3.1. Classificação**

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado (Nota 5.5).

Continua

Continuação

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.br

GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

**2.3.2. Mensuração subsequente**

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumento de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumento de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

**a) Ativos financeiros ao custo amortizado**

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

**b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumento de dívida)**  
A Companhia avalia os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se forem atendidas ambas as condições a seguir:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

**c) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)**

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente.

Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando a Companhia se beneficia desses proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

**d) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou compra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

**2.3.3. Desreconhecimento**

Um ativo financeiro é desreconhecido quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; (ii) a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativos a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento continuado sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

**2.3.4. Impairment de ativos financeiros**

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor.
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal.
- A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria.
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
  - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira; ou
  - O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em valor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será registrada na demonstração do resultado.

**b) Passivos financeiros****2.3.5. Classificação**

Os passivos financeiros são empréstimos e financiamentos e debêntures, empreiteiros e fornecedores, outros parcelamentos e outras contas a pagar. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

**2.3.6. Mensuração subsequente**

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito nos tópicos abaixo:

**2.3.7. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 - Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem

ser separados, e também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Ao passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

**2.3.8. Empréstimos e financiamentos**

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 13.

**2.3.9. Desreconhecimento**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

**2.3.10. Compensação de instrumentos financeiros**

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

**2.4. Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. A Companhia também classifica os créditos a receber do controlador como ativo não circulante, em decorrência de acordo firmado com o acionista controlador para liquidação desses créditos através de dação de bens intangíveis.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

**2.5. Estoques**

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de águas e esgotos são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor de realização e estão classificados no ativo circulante. Os estoques consumidos são baixados ao resultado pelo custo médio das aquisições.

**2.6. Depósitos judiciais**

Os depósitos judiciais são contabilizados no ativo não circulante e atualizados monetariamente para fazer face às contingências da Companhia.

**2.7. Intangível**

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a LCP 01 (R1) - Contratos de Concessão.

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, ajustado por reavaliação efetuada em 2006, que foi incorporada ao custo do intangível quando da adoção inicial dos novos CPCs em 2010 para os casos de ativos qualificáveis. Ativo qualificável é um ativo que demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para utilização ou venda. A CEDAE estabeleceu que esse período deve ser superior a 12 meses. Esse período foi definido considerando o prazo de término das obras, pois a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, o que equivale a um ano fiscal da Companhia.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada a partir do momento que este é disponibilizado para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são amortizadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado, conforme os critérios mencionados na Nota 11.

As doações recebidas de órgãos públicos para permitir à Companhia a prestação dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto são registradas no intangível em contrapartida à receita. Em 2020, a Companhia não recebeu doações de intangíveis.

Os projetos de obras em andamento são registrados pelo valor de custo e estão principalmente relacionados com projetos de construção contratados junto a terceiros, que são executados pela Secretaria de Estado do Ambiente - SEA com responsabilidade financeira do Estado do Rio de Janeiro.

A infraestrutura utilizada pela CEDAE relacionada aos contratos de concessão é considerada controlada pelo Município quando:

- O Município controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer com a infraestrutura, a quem deve fornecê-los e a que preço;
- O Município controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomar a infraestrutura no final da concessão;
- Os direitos da CEDAE sobre a infraestrutura operada em conformidade com contratos são contabilizados como intangível como bens afetos a concessão, uma vez que a CEDAE tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os consumidores devem pagar pelos serviços da CEDAE; ou
- A Companhia ainda considera como intangível, bens não afetos (bens que são utilizados em conjunto por mais de um município, não sendo individualmente afetos a nenhum município) a concessão, a captação e as estações de tratamento, bem como suas respectivas adutoras de água.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura representa o custo do ativo intangível, desde que se espere que esse trabalho gere benefícios econômicos futuros.

A grande maioria dos contratos de concessão de serviços da Companhia firmados com os municípios é regulada por acordos de concessão de serviço, nos quais a Companhia tem o direito de receber, ao fim do contrato, um pagamento equivalente ao saldo residual dos ativos intangíveis de concessão (que historicamente se opera através de renovação das concessões), que nesse caso é amortizado de acordo com a vida útil dos respectivos bens tangíveis definida pela Administração, quais sejam: infraestruturas de água e esgoto 2%; equipamentos 10%; equipamentos de transportes 20%; móveis e utensílios 10% e outros ativos 4%.

No entanto, o direito de receber caixa previsto nos contratos de concessão não é incondicional, pois, em todos os contratos, existe a opção de prorrogação do prazo ao final da concessão por parte dos municípios. Dessa forma, a Companhia não reconhece em seu balanço patrimonial qualquer ativo financeiro relacionado às indenizações futuras.

Ativos intangíveis de concessão, em que não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil, o que ocorrer primeiro.

**2.7.2. Contratos em processo de renovação**

A Companhia possui oito contratos em processo de renovação com os municípios, dos quais quatro deles (Miracema, Porciúncula, São João da Barra e Teresópolis) apresentam previsão de recebimento de indenização ao final do contrato, conforme composição abaixo apresentada:

	2020	2019
Teresópolis	156.597	161.475
São João da Barra	1.782	1.847
Miracema	934	938
Porciúncula	166	179
	<b>159.479</b>	<b>164.439</b>

A Companhia vem prestando serviços aos outros quatro municípios (Angra dos Reis, Cachoeiras de Macacu, Cambuci e Quissamã) ao longo dos anos, apesar desses serviços não estarem suportados por contratos. A Companhia não tem expectativa de interrupção dos serviços que estão sendo prestados para estes municípios. Os ativos intangíveis relacionados a prestação desses serviços estão sendo amortizados pelo prazo de vida útil dos bens. O montante de tais ativos é apresentado da seguinte forma (Nota 11.1):

	2020	2019
Cachoeiras de Macacu	26.780	27.532
Angra dos Reis	7.701	7.922
Cambuci	2.628	2.717
Quissamã	1.407	1.447
	<b>38.516</b>	<b>39.618</b>

Continuação



## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.brGOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO

A Companhia tem a expectativa de que os referidos contratos sejam renovados a partir de 1º de janeiro de 2021 e vem recorrentemente trabalhando para esse propósito.

2.7.3. **Licenças de uso de software**  
As licenças de uso de software e de sistemas de gestão empresarial adquiridas quando há existência de saldo são capitalizadas e amortizadas ao longo da vida útil, e as despesas associadas são reconhecidas no resultado quando incorridas.

2.8. **Imobilizado**  
Demonstrado ao custo corrigido até 31 de dezembro de 1995, reduzido das depreciações de bens do imobilizado calculadas pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 12.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela diferença entre a contraprestação recebida e a receita denominada na venda com o valor contábil e são incluídos no resultado.

2.9. **Impairment de ativos não financeiros**  
Os ativos não financeiros que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente, denominados de Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

A Companhia considera sua operação pela interligação das redes como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), dado que a Companhia realiza subsídio cruzado conforme previsto pela Lei Federal nº 11.445/2007, e em sua avaliação não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através de operações futuras.

2.10. **Empreiteiros e fornecedores**  
As contas a pagar aos empreiteiros e aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante.

2.11. **Salários e encargos sociais**  
Representado, substancialmente, pelos valores de salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes são derivados de apropriação por competência (*accruals*) e são divulgados como parte das contas a pagar.

2.12. **Provisões**  
As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

2.13. **Contribuição social corrente e diferida**  
As despesas de contribuição social compreendem as parcelas correntes e diferidas desse tributo.

Os tributos sobre renda que se encontram dentro do escopo do pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro são: o Imposto de Renda sobre Pessoas Jurídicas ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") que estão reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesses casos, os tributos também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de contribuição social corrente e diferida são calculados com base nas Leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas declarações de contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável oferece margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

A contribuição social corrente é apresentada líquida, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. A contribuição social diferida é reconhecida sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

A contribuição social diferida ativa é reconhecida somente na proporção em que for provável que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

A contribuição social diferida ativa e passiva é compensada quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável, e pretender liquidar em bases líquidas ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.14. **Benefícios a empregados**

a) **Obrigações de aposentadoria**  
Os custos com planos de pensão Prece I, Prece II, Prece III e Prece CV são administrados pela Previdência Complementar ("Prece"), o plano de assistência médica Caixa de Assistência dos Empregados da CEDAE ("Cedae Saúde") e prêmio de aposentadoria são registrados com base em modelos atuariais em consonância com os requerimentos estabelecidos nas práticas contábeis. A Companhia reconhece de forma imediata em outros resultados abrangentes os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mutações das premissas atuariais.

a.1) **Plano de Benefício Definido ("BD")**  
O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido (Prece I, II e Prece CV - optantes por renda vitalícia) utiliza modelos com atribuição que geralmente desdobra eventos individuais ao longo da vida estimada dos funcionários no plano. A política da Companhia é de financiar seus planos de aposentadoria com base em recomendações atuariais e em consonância com a legislação e os regulamentos aplicáveis.

As receitas ou despesas líquidas de aposentadoria são calculadas utilizando-se as premissas do início de cada exercício. Essas premissas são definidas ao final do exercício anterior e incluem as taxas de retorno de longo prazo esperadas nos ativos do plano, taxas de desconto e aumentos de taxas salariais. Um conjunto de taxas históricas reais, taxas esperadas e dados externos são utilizados pela Companhia para determinar as premissas usadas nos modelos atuariais. Quando os cálculos resultam em benefícios para a Companhia, o reconhecimento do ativo fica limitado ao total líquido de qualquer serviço passado não reconhecido e ao valor presente de qualquer reembolso do plano ou reduções das contribuições futuras do plano.

a.2) **Plano de Contribuição Definida ("CD")**  
Para o plano de contribuição definida (Prece III e CV), a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do exercício em que são devidas e, assim, são incluídas nos benefícios a empregados (Nota 19).

a.2.1) **Plano de Contribuição Variável ("CV")**  
O Plano Prece CV surgiu da necessidade de se equacionar o Plano Prece I, de caráter de benefício definido que apresentava déficits contínuos. Nesse plano, a contribuição é definida previamente e o benefício é calculado de acordo com a reserva acumulada até a aposentadoria do participante. Esse plano foi desenvolvido com base nas últimas tendências do mercado de previdência com características mais seguras e exposição a menos riscos.

No Plano Prece CV, o benefício é desvinculado do plano do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), o que significa que a renda de aposentadoria e os critérios para elegibilidade aos benefícios independem das mudanças da previdência oficial.

A renda de aposentadoria será resultante do saldo acumulado das contribuições do participante e da patrocinadora, creditadas em contas individuais em nome de cada participante. O participante ativo poderá realizar contribuições adicionais e esporádicas com o objetivo de aumentar a sua reserva individual e, consequentemente, sua renda futura de aposentadoria.

O plano oferece, ainda, diferentes modalidades de percepção dos benefícios de aposentadoria que poderão ser resgatados nos modelos de renda vitalícia, por prazo determinado ou ainda por prazo indeterminado com ou sem pensão, à escolha do participante no momento de sua aposentadoria.

a.3) **Plano de assistência médica**  
A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido quando o funcionário permanece trabalhando até a idade de aposentadoria e cumpre um período de trabalho mínimo de 35 anos. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários qualificados.

a.4) **Prêmio de aposentadoria**  
A Companhia, conforme Acordo Coletivo de Trabalho, pagará aos empregados que venham preencher os pré-requisitos para aposentadoria, requerendo-a no prazo máximo de 90 dias da data de aquisição do direito por motivo de aposentadoria e respectivo desligamento, um prêmio de aposentadoria no valor correspondente à proporção de tempo de serviço prestado à CEDAE, considerando a data de admissão existente no registro do empregado. De acordo com os critérios estabelecidos no referido acordo, o valor do prêmio para o empregado beneficiado será equiparado ao seu piso salarial nas seguintes proporções de tempo de serviço trabalhado, efetivamente, na Companhia e antecessoras:

(i) 10 pisos salariais àquele que possua 30 ou mais anos de serviço;  
(ii) Aquele que possua 10 ou mais anos e menos de 30 anos de serviço será computado 0,33 pisos salariais, para cada ano completo de serviço.

2.15. **Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**  
O Valor de distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica "dividendos a pagar e juros sobre o capital próprio", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado ou pago, o que ocorrer primeiro.

2.16. **Gastos ambientais**  
Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do

exercício na medida em que ocorra. Os programas contínuos, tais como os promovidos pelo Instituto Estadual do Ambiente ("Inea"), são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

2.17. **Reconhecimento da receita**  
a) **Prestação de serviços de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto**  
As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou pela coleta de esgoto. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos incidentes sobre elas, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi mensurado e faturado até o final de cada período. São reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) os serviços são fornecidos; (ii) a receita pode ser mensurada com segurança; (iii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (iv) é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas ou custos, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados, e estão refletidas no resultado do exercício em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

b) **Tributos sobre receitas**  
As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à incidência do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público ("Pasep") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("Cofins") de forma cumulativa, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente. O faturamento dos órgãos e empresas governamentais são tributáveis quando da liquidação das faturas.

c) **Receita financeira**  
A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.18. **Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**  
Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

Os ativos e passivos decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

2.19. **Apresentação de informações por segmento**  
Dada a peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial, as decisões de investimentos tomadas pela Administração estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Dessa forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto, uma vez que o controle gerencial da Companhia é o conjunto das atividades de água e de esgoto. Outro fator considerado é a venda a uma base de clientes geograficamente dispersa, o que não permite uma análise segmentada dessa natureza. A mensuração de desempenho e apuração das informações por um único segmento está consistente com as práticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras, uma vez que a Administração utiliza essas informações para analisar o desempenho da Companhia.

2.20. **Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA")**  
Estas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de seu conjunto de demonstrações financeiras.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos considerados no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.21. **Demonstrações dos fluxos de caixa**  
As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As demonstrações dos fluxos de caixa estão sendo apresentadas separando as seguintes atividades:  
• Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;  
• Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalente de caixa; e  
• Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

3. **Novos pronunciamentos e interpretações**  
3.1. **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020**

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda estejam vigentes.

**Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios**

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis da Concessionária, mas podem impactar períodos futuros caso a Concessionária ingresse em quaisquer combinações de negócios.

**Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência**

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações contábeis da Concessionária uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

**Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material**

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações contábeis. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis da Companhia, nem se espera que haja algum impacto futuro.

**Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento**

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

**Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**

Continua

Continuação



**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

O pronunciamento, fornece definições atualizadas, critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

**3.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Concessionária avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Ativos intangíveis de concessão, em que não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil.

**4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

**4.1. Estimativas e premissas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

**a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise da rubrica "Contas a receber de clientes", e de acordo com a prática contábil estabelecida na Nota 8.

A Companhia objetivando estimar os valores de provisão para perdas esperadas em seu contas a receber que serão reconhecidas no período, realiza análises de seus créditos considerando a expectativa de perda esperada sobre os montantes a vencer e sobre montantes vencidos, tendo como base a inadimplência média observada nos dois últimos exercícios anteriores, por faixa de vencimento, além de estimar a recuperação de créditos vencidos acima de 360 dias.

**b) Ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão**

A Companhia registra ativos intangíveis decorrentes de contrato de concessão de acordo com o CPC 04 (R1) - Ativo Intangível e com a ICPC 01 (R1). A Companhia estima o valor de mercado das construções e outros trabalhos de infraestrutura para reconhecer o custo dos ativos intangíveis, sendo reconhecido quando a infraestrutura é construída e é provável que tal ativo gere benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis de concessão, em que não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil. Informações adicionais sobre a contabilização dos ativos intangíveis estão demonstradas na Nota 11. Adicionalmente, a Companhia não registra ativo financeiro de potencial indenização futura pelo retorno dos ativos de infraestrutura ao Poder Concedente ao final dos contratos, uma vez que entende que tais contratos serão renegociados para períodos futuros e a Companhia não terá direito aos valores de indenização.

O reconhecimento do valor de mercado dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas. O uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. A estimativa de vida útil dos ativos intangíveis também requer um significativo nível de premissas e estimativas, e o uso de diferentes premissas, estimativas e mudanças futuras pode afetar a vida útil dos ativos intangíveis e pode ter um impacto relevante no resultado das operações.

**c) Provisão para redução ao valor recuperável**

A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

A Companhia revisa anualmente os ativos não financeiros para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável. Esses ativos incluem os ativos imobilizados e os intangíveis resultantes de contratos de concessão relacionados aos sistemas de água e esgoto.

A avaliação do *impairment* dos ativos imobilizado e intangível exige o uso de premissas e estimativas significativas, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxos de caixa futuros, que não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste, taxas de crescimento futuro, para fins de extrapolação, vida útil remanescente dos ativos e/ou prazo de duração do contrato de concessão, entre outros fatores.

Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável. A Companhia também utiliza como premissa uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) para fins de avaliação de *impairment* (Nota 2.9).

Caso a taxa de desconto utilizada pela Companhia (9,45%) tivesse um incremento ou um decréscimo de um ponto percentual, teríamos a seguinte situação, conforme demonstrado a seguir:

	Cenário WACC -	
	8,45%	10,45%
Valor contábil dos ativos imobilizado e intangível	8.228.168	8.228.168
Fluxo de caixa descontado	13.218.018	8.374.082
Provisão de perda ( <i>impairment</i> )	-	-

Não foram identificadas evidências de necessidade de reconhecimento de *impairment* no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

**d) Benefícios pós-emprego**

O valor atual de obrigações pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido(a) para os planos de pensão, estão a taxa de desconto, a taxa de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

A taxa de desconto deve ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, além de ser utilizada para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade como por exemplo debêntures emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional sendo esses mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações dos planos de pensão.

Adicionalmente, a Companhia avalia os ativos existentes para cobertura das obrigações atuariais a valor justo ao fim de cada exercício quando da preparação da sua avaliação atuarial.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. A Companhia utilizou para o cálculo atuarial em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as tábuas de mortalidade, específica por sexo, descritas na Nota 19.

**e) Provisões**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas, cíveis e previdenciárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as

jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos nossos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia constitui provisão para processos cuja probabilidade de perda é provável e o valor possa ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros, cujos resultados podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados.

**f) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O registro de imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperado.

A Companhia reconhece, quando aplicável, provisão para perda nos casos em que acredita que créditos fiscais não sejam totalmente recuperáveis no futuro.

**g) Receitas não faturadas**

As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil, tendo por base o consumo médio dos três últimos meses, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

**5. Gestão de risco financeiro**

**5.1. Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

**a) Risco de mercado**

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía empréstimos e financiamentos captados a taxas variáveis de juros, sendo esses valores projetados.

A tabela abaixo mostra os empréstimos, financiamentos e outros parcelamentos mantidos pela Companhia sujeitos à taxa de juros variável:

	2020	2019
Taxa Referencial ("TR")	438.234	452.082
Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP")	45.400	58.489
Sistema Especial de Liquidação e de Custódia ("SELIC")	13.395	13.395
Certificado de Depósitos Interbancários ("CDI")	-	116.060
Índice Nacional de Preço ao Consumidor ("INPC")	655.884	636.791

**b) Risco de crédito**

De acordo com a Legislação Estadual de Saneamento, o devedor é o imóvel ocupado e, portanto, todos os valores devidos são atrelados aos imóveis correspondentes e, caso essas dívidas não sejam liquidadas, ficam imputadas em suas matrículas. A Companhia só pode proceder à baixa da dívida após a constatação da inexistência do imóvel por meio de vistoria no local. O cadastro de clientes da Companhia é permanentemente atualizado através de vistorias realizadas pelas lojas comerciais e o setor de cadastro acompanha diariamente todas as alterações efetuadas em seu banco de dados. O risco de crédito decorre de contas correntes, aplicações financeiras e depósitos judiciais mantidos em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os riscos de crédito são monitorados pela Companhia da seguinte forma:

(b.1) A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com a expectativa de perda esperada, utilizando como base a inadimplência média e a recuperação de créditos históricas.

**(b.2) Exposição ao risco de crédito**

Em 31 de dezembro de 2020, a exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação dessas demonstrações financeiras é de R\$2.499.444, (R\$2.456.990 em 2019) composto pelo valor contábil dos títulos de dívida classificados como equivalentes de caixa, depósitos em instituições financeiras e contas a receber de clientes na data do balanço representando 18% do total do ativo e 37% do patrimônio líquido (Notas 6 a 8).

**c) Risco de liquidez**

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, dos empréstimos de instituições financeiras do Governo Federal e dos financiamentos nos mercados locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender as suas despesas de capital e operacionais. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)	Total
Em 31 de dezembro de 2020 (i)					
Empréstimos e financiamentos	157.724	217.749	675.016	2.682.491	3.732.980
Parcelamentos judiciais e extrajudiciais	58.105	60.312	126.720	586.067	831.204
Empreiteiros e fornecedores	87.846	-	-	-	87.846
Outras contas a pagar e Agenersa	108.744	-	-	8.639	117.383
Em 31 de dezembro de 2019 (i)					
Empréstimos e financiamentos	248.118	256.922	959.229	4.197.036	5.661.305
Parcelamentos judiciais e extrajudiciais	113.284	58.373	126.941	652.487	951.085
Empreiteiros e fornecedores	65.648	-	-	-	65.648
Outras contas a pagar	89.240	-	-	7.711	96.951

(i) Como os valores incluídos na tabela são fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos financiamentos e parcelamentos.

(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em convenção da Administração da Companhia, de modo a garantir uma análise adequada dos fluxos de pagamentos das principais obrigações ao longo do tempo.

Conforme demonstrado na tabela acima e detalhado na Nota 13, a Companhia vem buscando alinhar a sua geração de caixa às suas necessidades de desembolso e, ações concretas vêm sendo adotadas pela Administração, como a captação de recursos através de diversas operações financeiras, e que resultou em uma redução nas taxas de juros e consequente alongamento dos prazos de pagamento.

**5.2. Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a CEDAE monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (considerando os de curto e os de longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Continua

Continuação



**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os índices de alavancagem financeira são calculados da seguinte forma:

	2020	2019
Total dos empréstimos (Nota 13)	498.029	640.026
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(1.290.157)	(799.491)
Dívida líquida	(792.128)	(159.465)
Total do patrimônio líquido	7.089.254	7.277.650
Capitalização total	6.297.126	7.118.185
Índice de alavancagem financeira (dívida líquida/patrimônio líquido)	-11%	-2%

**5.3. Classificação dos níveis hierárquicos de mensuração do valor justo**

A Companhia mensura instrumentos financeiros, a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na

informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado.

A Nota 5.5 apresenta a definição da classificação dos níveis hierárquicos de mensuração do valor justo para os principais ativos e passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

**5.4. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros**

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado estão apresentados a seguir:

**Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários**

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos e aplicações financeiras têm seus valores de mercado idênticos ou muito próximos aos saldos contábeis.

**Empréstimos e recebíveis**

Incluem recebíveis, depósitos judiciais, saldos com fornecedores, bem como empréstimos e financiamentos e debêntures, ambos em moeda nacional.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. A gestão desses instrumentos é efetuada pela Administração por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicação de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

**5.5. Definição da classificação dos níveis hierárquicos dos instrumentos financeiros**

Em dezembro de 2020

Ativos conforme balanço patrimonial  
Caixa e equivalentes de caixa (NE 6)  
Títulos e valores mobiliários (NE 7)  
Contas a receber de clientes (NE 8)  
Depósitos judiciais (NE 16)  
Outros créditos

Passivos financeiros  
Empréstimos e financiamentos e debêntures (NE 13)  
Empreiteiros e fornecedores  
Outros parcelamentos (NE 20)  
Outros contas a pagar (NE 18)

Nível hierárquico	Ativos ao valor justo por meio do resultado	%	Mensurado pelo custo amortizado	%	Valor justo	%
	1.352.056	9%	3.043.387	21%	4.395.443	30%
Nível 2	1.290.157	9%	-	-	1.290.157	9%
Nível 2	61.899	-	-	-	61.899	-
Nível 2	-	-	1.147.388	8%	1.147.388	8%
Nível 2	-	-	1.843.858	13%	1.843.858	13%
Nível 2	-	-	52.141	-	52.141	-
			906.758	6%	906.758	6%
Nível 2	-	-	498.029	3%	498.029	3%
Nível 2	-	-	87.846	1%	87.846	1%
Nível 2	-	-	173.892	1%	173.892	1%
Nível 2	-	-	146.991	1%	146.991	1%

Em dezembro de 2019

Ativos conforme balanço patrimonial  
Caixa e equivalentes de caixa (NE 6)  
Títulos e valores mobiliários (NE 7)  
Contas a receber de clientes (NE 8)  
Depósitos judiciais (NE 16)  
Outros créditos

Passivos financeiros  
Empréstimos e financiamentos e debêntures (NE 13)  
Empreiteiros e fornecedores  
Outros parcelamentos (NE 20)  
Outros contas a pagar (NE 18)

Nível hierárquico	Ativos ao valor justo por meio do resultado	%	Mensurado pelo custo amortizado	%	Valor justo	%
	887.862	6%	3.279.486	22%	4.167.348	28%
Nível 2	799.491	5%	-	-	799.491	5%
Nível 2	88.371	1%	-	-	88.371	1%
Nível 2	-	-	1.569.128	11%	1.569.128	11%
Nível 2	-	-	1.660.411	11%	1.660.411	11%
Nível 2	-	-	49.947	-	49.947	-
			1.071.510	6%	1.071.510	6%
Nível 2	-	-	640.026	4%	640.026	4%
Nível 2	-	-	65.648	-	65.648	-
Nível 2	-	-	179.486	1%	179.486	1%
Nível 2	-	-	186.350	1%	186.350	1%

**5.6. Qualidade de crédito dos ativos financeiros**

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou sujeitos à provisão para deterioração pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de rating (Moody's, Fitch Ratings e Standard & Poor's), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	2020	2019
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (Nota 6)	1.290.157	799.491
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	61.899	88.371
	1.352.056	887.862
Depósitos e bloqueios judiciais (brAAA) (Nota 16)	1.843.858	1.660.411

O risco de crédito das contas a receber da Companhia encontra-se detalhado na Nota 5.1.b.

A avaliação de rating das instituições financeiras custodiantes dos ativos de conta corrente, depósitos bancários e depósitos judiciais, é assim apresentada:

	Fitch Ratings	Moody's	Standard & Poor's
Bradesco	AAA	Ba2	BB-
Banco do Brasil S.A.	AA	Ba2	BB-
Caixa Econômica Federal	AA	Ba2	BB-
Itaú Unibanco S.A.	AAA	Ba2	BB-
Banco Santander	-	Ba1	BB-

**5.7. Análise de sensibilidade**

Cenário I

Instrumentos financeiros	Indexador	Projetada para 31 de março de 2021		
		Valor de risco provável	Taxa maior em 25%	Taxa maior em 50%
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras	CDI	1.339.415	1.341.679	1.343.942
Total		1.339.415	1.341.679	1.343.942
Passivo financeiro				
Debêntures (5ª emissão - 1ª série)	TJLP	45.890	46.012	46.135
Debêntures (5ª emissão - 2ª série)	Selic	13.502	13.529	13.556
Debêntures (6ª emissão)	CDI	-	-	-
CCB - Finisa	CDI	-	-	-
CCB - Subcréditos	TR	439.234	439.234	439.234
Prece	INPC	661.293	662.645	663.932
Total		1.159.919	1.161.420	1.162.857

A seguir é apresentado o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Companhia. São apresentados dois cenários nos termos da Instrução da CVM nº 475/2008, a fim de demonstrar os saldos dos ativos e passivos financeiros convertidos a uma taxa projetada para 31 de março de 2021 com apreciação de 25% e 50% no Cenário I e 25% e 50% de deterioração no Cenário II, conforme tabela abaixo.

Referências para passivos financeiros - Cenário I	Taxa projetada para 31 de março de 2021		
	2021	Aumento da taxa em 25%	Aumento da taxa em 50%
CDI - trimestral	0,68%	0,85%	1,02%
TR - trimestral	0,00%	0,00%	0,00%
IPCA - trimestral	0,82%	1,03%	1,23%
INPC - trimestral	0,82%	1,03%	1,23%
TJLP - trimestral	1,08%	1,35%	1,62%
Selic - trimestral	0,80%	1,00%	1,20%

Cenário II

Instrumentos financeiros	Indexador	Projetada para 31 de março de 2021		
		Valor de risco provável	Taxa menor em 25%	Taxa menor em 50%
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras	CDI	1.339.415	1.337.152	1.334.889
Total		1.339.415	1.337.152	1.334.889
Passivo financeiro				
Debêntures (5ª emissão - 1ª série)	TJLP	45.890	45.767	45.645
Debêntures (5ª emissão - 2ª série)	Selic	13.502	13.475	13.448
Debêntures (6ª emissão)	CDI	-	-	-
CCB - Finisa	CDI	-	-	-
CCB - Subcréditos	TR	439.234	439.234	439.234
Prece	INPC	661.293	659.941	658.588
Total		1.159.919	1.158.417	1.156.915

Referências para passivos financeiros - Cenário II	Taxa projetada para 31 de março de 2021		
	2021	Redução da taxa em 25%	Redução da taxa em 50%
CDI - trimestral	0,68%	0,51%	0,34%
TR - trimestral	0,00%	0,00%	0,00%
IPCA - trimestral	0,82%	0,62%	0,41%
INPC - trimestral	0,82%	0,62%	0,41%
TJLP - trimestral	1,08%	0,81%	0,54%
Selic - trimestral	0,80%	0,60%	0,40%

Essas análises de sensibilidade têm como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os instrumentos financeiros da Companhia. Tais valores quando de sua liquidação poderão apresentar valores diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

**6. Caixa e equivalentes de caixa**

	2020	2019
Caixa e contas movimento	21.736	54.162
Aplicações financeiras	1.268.421	745.329
	1.290.157	799.491

O excedente de caixa da Companhia é aplicado em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por fundos de investimentos, que possuem alta liquidez, sendo prontamente convertíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia.

As aplicações da Companhia buscam rentabilidade compatível com as variações da CDI. As aplicações financeiras representam recursos a serem utilizados para fazer face ao pagamento das obrigações de curto prazo, com possibilidade de resgate imediato, pronta conversão em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, exceto os recursos dados em garantia (Nota 7).

Esses ativos financeiros incluem somente valores em moeda nacional.

**7. Títulos e valores mobiliários**

	2020	2019
Não circulante		
Fundo de investimento imobiliário Caixa Cedae (Fiicc)	43.697	42.750
Fundo de Investimento Imobiliário - Banco do Brasil ("Fiicc")	9.692	9.525
Bradesco - DEB. 5ª Res. - BNDES GOVPP	7.830	7.644
Outros	680	28.452
	61.899	88.371

Continua

Continuação



**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

As receitas financeiras decorrentes de aplicações financeiras, classificadas nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, totalizaram R\$29.465 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$45.688 em 2019) (Nota 24.b).

**8. Contas a receber de clientes**

	2020	2019
Contas a receber faturadas	16.519.750	14.890.985
Parcelamentos	407.049	452.058
Consumo a faturar	549.632	657.637
	17.476.431	16.000.680
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8.3)	(16.329.043)	(14.431.552)
Contas a receber de clientes	1.147.388	1.569.128
Circulante	965.171	1.275.441
Não circulante	182.217	293.687
	1.147.388	1.569.128

**8.1. Créditos junto aos municípios**

Para os 34 municípios que renovaram convênio nos moldes da Lei Federal n° 11.445/2007, a Companhia pretende conceder perdão dos débitos que totalizam R\$153.550 em 31 de dezembro de 2020 (R\$139.006 em 2019), que foram provisionados em sua totalidade. Para os demais municípios, a provisão foi constituída para os débitos em aberto há mais de 180 dias, no montante de R\$526.115, em 31 de dezembro de 2020 (R\$421.268 em 2019).

**8.2. Créditos junto ao Estado do Rio de Janeiro**

Entre 8 de agosto de 2007 e 30 de dezembro de 2015, o Estado do Rio de Janeiro e a CEDAE celebraram sete termos de acordo com objetivo de realizar compensação entre saldos em aberto entre as partes.

Em 30 de dezembro de 2015, foi celebrado um novo Termo de Encontro de Contas para compensação entre as partes, dos dividendos devidos pela CEDAE ao Estado do Rio de Janeiro, no montante de R\$109.325 referente ao exercício de 2014, em contrapartida, as contas a receber na prestação de serviços de distribuição de água e tratamento de esgoto para órgãos ligados ao Estado do Rio de Janeiro de R\$49.325, em que o saldo remanescente a favor do Estado do Rio de Janeiro de R\$60.000 foi pago em pecúnia.

Em 31 de dezembro de 2020, as obras que estão sendo efetuadas pelo Estado do Rio de Janeiro para quitação de dívidas por meio do Encontro de Contas estão abaixo relacionadas e o saldo a receber está apresentado líquido dos valores faturados das obras, cuja baixa tem como contrapartida a rubrica "Obras em andamento" no intangível (Nota 11).

	Valor total da obra	Custo incorrido	Atualização monetária	Saldo (Nota10)	Previsão de conclusão
Ampliação do sistema de água do Parque Fluminense	13.930	(12.481)	367	1.816	Concluído
Implantação do sistema de abastecimento de água de Inoá e Itaipuaçu	62.385	(70.348)	(2.017)	(9.980)	Concluído
Ampliação do sistema de abastecimento de água do Bairro de Campo Grande	19.018	(25.942)	(1.754)	(8.678)	Concluído
Ampliação do sistema de abastecimento de água da Barra da Tijuca, Recreio, Jacarepaguá, Vargem Grande e Vargem Pequena	209.326	(171.269)	9.641	47.698	07/04/2023
Ampliação do sistema de abastecimento da Zona Oeste bairros de Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba e outros	228.138	(50.589)	44.981	222.530	Em fase de licitação
Valores em reconhecimento de dívida	414	-	105	519	
	533.211	(330.629)	51.323	253.905	

Considerando que a quitação da respectiva dívida ocorrerá através do recebimento das obras em andamento relativas aos contratos de concessão mantidos pela Companhia, aliado ao fato do histórico recente de obras recebidas do Estado do Rio de Janeiro, a Administração considera provável tanto a finalização quanto o recebimento das obras no prazo de cinco anos estabelecido no acordo. O Estado do Rio de Janeiro não efetuou quitação até 31 de dezembro de 2020, contudo, a CEDAE efetuou o ajuste relativo ao 1º aditivo ao Termo de Encontro de Contas, em sua CLÁUSULA SEGUNDA, Parágrafo Terceiro no montante de R\$51.323 (R\$32.124 em 2019).

**8.3. Composição de contas a receber por classificação de cliente e por idade**

A segregação das contas a receber entre órgãos da Administração Pública e terceiros, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontra-se detalhada a seguir:

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
Federal	257.323	2%	240.621	2%
Estadual	73.687	0%	68.204	0%
Municípios	733.336	4%	621.548	4%
Terceiros	15.455.404	94%	13.960.612	94%
<b>Total</b>	<b>16.519.750</b>	<b>100%</b>	<b>14.890.985</b>	<b>100%</b>

A composição por idade das faturas a líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada a seguir:

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
A vencer	329.803	29%	168.788	11%
Até 30 dias	60.230	5%	182.805	12%
De 31 a 60 dias	22.715	2%	159.685	10%
De 61 a 90 dias	10.063	1%	82.382	5%
Mais de 91 dias	282.481	25%	364.238	23%
Consumo a faturar	442.096	39%	611.230	39%
<b>Total</b>	<b>1.147.388</b>	<b>100%</b>	<b>1.569.128</b>	<b>100%</b>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser demonstrada da seguinte forma:

Saldo em 1º de janeiro de 2019	(12.955.248)
Constituição (Nota 23)	(1.655.976)
Reversão (Nota 23)	179.672
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(14.431.552)
Constituição (Nota 23)	(2.023.476)
Reversão (Nota 23)	125.985
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(16.329.043)

(\*) Cabe esclarecer de que na constituição de perdas, inclui-se variáveis de probabilidade futura de inadimplência que, neste momento, estão agravadas pelo cenário do COVID-19 onde em linha com o disposto no Decreto Estadual N°46966 de 11/03/2020, a Companhia interrompeu os serviços de corte para as ligações de todas as categorias. Embora a previsão aponte um aumento da inadimplência pelo cenário exposto, a expectativa é de que esta variável possua alcance limitado de impacto nas análises de perdas esperadas, uma vez que a Companhia voltará a ter a possibilidade de interrupção de seus serviços após o fim das restrições decorrentes do Plano de Contingência.

**9. Outros**

	2020	2019
Pasep/COFINS a recuperar (a)	32.175	35.297
Valores a receber por cessão de funcionários (b)	17.992	16.646
Despesas antecipadas (c)	4.961	4.961
	55.128	56.904
Provisão para perdas	(14.814)	(14.494)
	40.314	42.410

(a) Calculados sobre os créditos a recuperar de insumos quando do diferimento do faturamento a órgãos públicos.  
(b) Refere-se aos valores a serem reembolsados pelos órgãos da Administração Pública Estadual e Municipal, pela cessão de funcionários por parte da Companhia. A Companhia possui provisão para perda sobre a totalidade dos valores a serem reembolsados pelos órgãos municipais no valor de R\$9.853 e órgãos estaduais no valor de R\$8.139 em 31 de dezembro de 2020 (R\$9.533 e R\$7.113, respectivamente, em 2019), em virtude da falta de expectativa por parte da Companhia em relação à recuperação desses créditos.  
(c) O valor é referente a contrato de publicidade assinado em 2008, provisionado para perda em sua totalidade, em virtude da falta de expectativa da Companhia de recuperação desses créditos.

**10. Transações com partes relacionadas**

**i) Transações e saldos**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possuía os seguintes saldos com o acionista Controlador, o Estado do Rio de Janeiro, e órgãos relacionados:

	2020	2019
Ativo		
Circulante		
Contas a receber de órgãos estaduais (a)	21.050	15.801
Valores a receber por cessão de funcionários (b)	8.139	7.113
	29.189	22.914
Não circulante		
Créditos a receber de obras do Estado do Rio de Janeiro (Nota 8.2)	253.905	234.706
Adiantamento ao Controlador (c)	40.239	40.239
Cedae Saúde (h)	-	20.675
	294.144	295.620
Contas a receber de órgãos estaduais (a)	52.638	52.403
	375.971	370.937
Passivo		
Circulante		
Prece (e)	(64.985)	(111.526)
Cedae Saúde (e)	(9.484)	(9.443)
	(74.469)	(120.969)
Não circulante		
Adiantamentos para futuro aumento de capital (d)	(26.944)	(26.944)
Prece (e)	(655.308)	(600.464)
Cedae Saúde (e)	(2.462.232)	(2.500.982)
	(3.144.484)	(3.128.390)
Saldo líquido	(2.842.982)	(1.454.546)
Resultado		
Passivo atuarial (Nota 19)	(249.351)	(209.567)
Serviços de abastecimento de água e esgoto (f)	82.733	81.748
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	(53.326)	(52.619)
Instituto Estadual do Ambiente ("Inea") (g)	(45.441)	(41.432)
	(265.385)	(221.870)
Outros resultados abrangentes		
Ganhos (perdas) atuariais - Prece e Cedae Saúde (Nota 20)	(1.946.295)	(2.059.673)

(a) Contas a receber de órgãos estaduais são valores a receber pela prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Estado do Rio de Janeiro e demais órgãos a ele relacionados, em termos e condições praticados com terceiros não relacionados.

(b) Valores a receber por cessão de funcionários são relativos aos empregados cedidos a outros órgãos estaduais (Nota 9.b).

(c) Refere-se a adiantamento de repasse financeiro ao Estado do Rio de Janeiro para execução através da Seobras, de obras de modernização e ampliação do abastecimento de água e do sistema de esgotamento do Estado. Alinhadas com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esses ativos serão transferidos à Companhia quando da sua conclusão, conforme Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro e a Companhia em 20 de abril de 2011.

(d) Os créditos para futuro aumento de capital foram decorrentes de pagamentos efetuados diretamente pelo Estado do Rio de Janeiro, de obras com saneamento básico, contratados pela CEDAE.

(e) Os saldos do passivo atuarial com a Prece e Cedae Saúde estão devidamente demonstrados na Nota 19.

(f) Refere-se à prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Estado do Rio de Janeiro e demais órgãos a ele relacionados, nos mesmos termos negociais efetuados com terceiros.

(g) Refere-se a valores pagos ao Inea pela retirada de água dos rios e mananciais, para utilização no processo operacional da Companhia.

**ii) Remuneração do pessoal-chave da Administração e da governança**

O pessoal-chave da Administração e da governança inclui os conselheiros e diretores, os membros do Comitê de Auditoria e o chefe da auditoria interna. A remuneração paga e a pagar está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Salários e encargos sociais	5.653	4.769
Plano de assistência médica	50	136
Planos de aposentadoria e pensão	38	45
Outros	210	128
	5.951	5.078

Esses valores foram aprovados na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2020.

**Temas e condições de transações com partes relacionadas**

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços acordados pelas partes. Os saldos em aberto no fim do exercício não estão atrelados a garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

**11. Intangível e ativo de contrato**

	Taxa de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil 2020	Valor contábil 2019
Contratos em negociação para renovação	12	272.267	74.272	197.995	204.056
Contratos programas	3	216.489	57.798	158.691	163.462
Contratos concessão	7	1.221.683	343.570	878.113	903.225
Município do Rio de Janeiro	10	5.408.223	1.518.704	3.889.519	4.015.939
Intangíveis não afetos	12	4.363.600	1.338.073	3.025.527	3.133.574
Marcas e patentes	7	126	43	83	91
Ativo de contrato (Obras em andamento)	-	1.568.614	-	1.568.614	1.491.098
		13.051.002	3.332.460	9.718.542	9.911.445

	2019 Adições (*)	Baixa	Amortização	Créditos fiscais	Transferências	2020
Contratos em negociação para renovação (i)	204.056	32	(6.093)	-	-	197.995
Contratos programas (ii)	163.462	-	(4.771)	-	-	158.691
Contratos concessão (iii)	903.225	-	(25.427)	315	-	878.113
Município do Rio de Janeiro (iv)	4.015.939	2.560	(130.723)	1.743	-	3.889.519
Intangíveis não afetos (v)	3.133.574	951	(109.016)	18	-	3.025.527
Marcas e patentes	91	-	(8)	-	-	83
Ativo de contrato (Obras em andamento) (vi)	1.491.098	77.516	-	-	-	1.568.614
	9.911.445	81.059	(276.038)	2.076	-	9.718.542

	2018 Adições (*)	Baixa	Amortização	Créditos fiscais	Transferências	2019
Contratos em negociação para renovação (i)	210.098	52	(6.094)	-	-	204.056
Contratos programas (ii)	168.233	-	(4.771)	-	-	163.462
Contratos concessão (iii)	927.920	408	(25.418)	315	-	903.225
Município do Rio de Janeiro (iv)	4.135.101	9.535	(130.441)	1.744	-	4.015.939
Intangíveis não afetos (v)	3.238.592	2.354	(108.890)	18	1.500	3.133.574
Marcas e patentes	100	-	(9)	-	-	91
Ativo de contrato (Obras em andamento) (vi)	1.386.238	106.360	-	-	(1.500)	1.491.098
	10.066.282	118.709	(275.623)	2.077	-	9.911.445

(\*)As adições ocorridas no exercício de 2020 totalizaram R\$81.059 com recursos próprios, (R\$118.709 em 2019 com recursos próprios).



documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br. Assinado digitalmente em Quarta-feira, 24 de Março de 2021 às 23:48:57 -0300.

A assinatura não possui validade quando impresso.

Continuação



COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO

A Companhia opera contratos de concessão que preveem a prestação de serviços de saneamento básico e ambiental, captação, adução, tratamento e distribuição de água tratada, e coleta, e tratamento de esgotamento sanitário. Esses contratos de concessão estabelecem direitos e deveres relativos aos bens relacionados à prestação de serviço público. Os contratos preveem que os bens relacionados à prestação de serviços serão revertidos aos municípios ao fim do período de concessão.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia operava em 64 municípios no Estado do Rio de Janeiro. Na maior parte desses municípios o período de concessão é de 30 anos (Nota 1).

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa.

Os intangíveis estão assim classificados:

(i) Contratos em negociação para renovação

Até 31 de dezembro de 2020, permaneciam em fase de negociação oito contratos de concessão com municípios, sem prejuízo da continuidade da prestação de serviço. O valor contábil do intangível utilizado nestes municípios totalizava R\$197.995 em 31 de dezembro de 2020 (R\$204.056 em 2019) e os encargos de amortização desses municípios durante o exercício findo nessa data foram de R\$6.093 (R\$6.094 em 2019). Os contratos de concessão preveem que os bens afetos à distribuição serão revertidos aos municípios no final do prazo, mediante indenização pelo valor residual ou valor de mercado de acordo com o estipulado em cada contrato ou a prorrogação da vigência do contrato (Nota 1).

A Companhia vem trabalhando recorrentemente para a obtenção de resultados positivos no processo de renovação dos contratos de programas junto aos municípios que ainda não renovaram seus contratos com a CEDAE (Nota 2.7.2).

(ii) Contratos de programa - investimentos realizados

Referem-se às renovações dos contratos celebrados nas décadas de 70 e 80, denominados de concessão, através de contratos de programa nos moldes da Lei Federal nº 11.445/2007, que tem por objeto a prestação de serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em que a Companhia detém concessão dos bens existentes, adquiridos ou construídos durante a vigência destes contratos que estão sendo amortizados pela vida útil dos bens relacionados. Ao final dos contratos de programa, o valor residual dos ativos afetos aos contratos é calculado pela Companhia e caso o Poder Concedente opte pela assunção dos serviços deverá antes adimplir o montante apurado dos ativos afetos. Se a quitação de tais ativos não ocorrer, a concessão é prorrogada até a efetiva quitação.

(iii) Contratos de concessão

Os contratos de concessão e de programa preveem que os bens de distribuição serão revertidos ao município ao final do período contratual, pelo valor residual ou valor de mercado, de acordo com os termos de cada contrato. A amortização é calculada de acordo com método linear, que considera a vida útil dos bens. Ao final dos contratos de concessão, o valor residual dos ativos afetos aos contratos é calculado pela Companhia e caso o município opte pela assunção dos serviços deverá antes adimplir o montante apurado dos ativos afetos. Se a quitação de tais ativos não ocorrer, a concessão é prorrogada até a efetiva quitação.

(iv) Município do Rio de Janeiro

No Município do Rio de Janeiro foi celebrado o Termo de reconhecimento recíproco de direitos e obrigações que constitui um ato jurídico perfeito firmado pelo Estado, Município e CEDAE para a gestão associada dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo prazo de 50 anos, automaticamente renovável por mais 50 anos.

Como parte desse termo, a Companhia tem a obrigação, em conjunto com o Município do Rio de Janeiro, de instalar, em suas respectivas áreas de atuação, de forma gradual e progressiva, sistemas de esgotamento sanitário pelo método de separadores absolutos, substituindo a utilização das galerias de águas pluviais e canais de drenagem pluvial para transporte de efluentes provenientes de unidades de tratamento de esgotos, que permanecerá em caráter transitório e sem quaisquer ônus. A Administração da Companhia cumprirá essa obrigação até o término do referido termo, previsto para o ano de 2057. Os bens estão sendo amortizados durante o tempo de vida útil.

(v) Intangíveis não afetos às concessões (adutoras e outros)

Referem-se à infraestrutura necessária à execução dos serviços prestados em comum a todos os contratos de concessão, a qual, consequentemente, não pode ser individualmente vertida a nenhum município ao final do contrato de concessão. Essa infraestrutura em comum fica de forma vitalícia sob contrato de concessão, uma vez que os prazos dos contratos com os municípios não convergem.

(vi) Obras em andamento - Ativo de contrato

Em 31 de dezembro de 2020, as obras em andamento referem-se, principalmente, a novos projetos e são representados por redes e ligações de tratamento de água no valor de R\$1.253.823, sistema de coleta e tratamento de esgoto no valor de R\$312.311 e materiais a distribuir R\$2.480 (R\$1.193.868, R\$295.520 e R\$1.710, respectivamente, em 2019).

(vii) Reavaliação

A Companhia optou pela isenção do custo atribuído, conforme permitido pelo pronunciamento técnico CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, mantendo, assim, os seus bens do imobilizado, transferidos posteriormente para o intangível, pelos valores reavaliados na data-base de 2006. Em virtude do exposto, a Companhia reclassificou, em 1º de janeiro de 2009, o valor integral da reserva de reavaliação para outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Foram realizados, por amortização ou baixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os montantes de R\$169.841 (R\$169.841 em 2019) de outros resultados abrangentes, registrados em contrapartida da conta de "Lucros acumulados", deduzidos dos efeitos tributários (Nota 21.f).

Em 31 de dezembro de 2020, a contribuição social registrada no passivo não circulante decorrente desse acréscimo patrimonial de R\$497.080 (R\$513.877 em 2019) (Nota 17).

12. Imobilizado

	Taxa de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil	
				2020	2019
Terenos	-	58.476	-	58.476	58.476
Edificações	4	19.486	(9.319)	10.167	10.886
Máquinas, equipamentos e instalações	10	16.368	(9.560)	6.808	7.074
Móveis e utensílios	10	3.637	(3.102)	536	608
Computadores	20	7.671	(6.191)	1.480	2.216
Veículos	20	2.818	(2.818)	-	10
Benfeitorias	2	1.226	(635)	591	635
Máquinas, tratores e similares	20	1.250	(1.067)	182	284
		110.932	(32.692)	78.240	80.189

As movimentações do ativo imobilizado durante os exercícios de 2020 e 2019 estão demonstradas a seguir:

	2019					
	2019	Adições	Baixas	Depreciação	Crédito fiscal	Transferências
Terenos	58.476	-	-	-	-	58.476
Edificações	10.886	-	-	(719)	-	10.167
Máquinas, equipamentos e instalações	7.074	995	-	(1.260)	-	6.808
Móveis e utensílios	608	82	-	(154)	-	536
Computadores	2.216	42	-	(778)	-	1.480
Veículos	10	-	-	(10)	-	-
Benfeitorias	635	-	-	(48)	4	591
Máquinas, tratores e similares	284	-	-	(102)	-	182
	80.189	1.119	-	(3.071)	4	78.240

	2018					
	2018	Adições	Baixas	Depreciação	Crédito fiscal	Transferências
Terenos	58.476	-	-	-	-	58.476
Edificações	11.605	-	-	(719)	-	10.886
Máquinas, equipamentos e instalações	5.316	2.888	-	(1.130)	-	7.074
Móveis e utensílios	724	55	-	(171)	-	608
Computadores	2.839	151	-	(774)	-	2.216
Veículos	33	-	-	(23)	-	10
Benfeitorias	678	-	-	(47)	4	635
Máquinas, tratores e similares	387	-	-	(103)	-	284
	80.058	3.094	-	(2.967)	4	80.189

a) Ativos dados em garantia

A Companhia não possui ativos imobilizados dados como garantia em operações realizadas com terceiros.

b) Imóveis pendentes de regularização

Conforme apresentado no laudo de avaliação dos peritos (exercício-base 2005), a Companhia possui a posse de 581 imóveis, no valor de R\$115.583 e de 85 terrenos no valor de R\$55.803, pendentes de legalização. Somente quando da regularização desses imóveis é que tais ativos serão reconhecidos contabilmente pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, o valor de mercado desses ativos totalizava R\$171.386.

c) A depreciação acima não está apresentada com os efeitos de redução ocorridos através do benefício de recuperação de créditos fiscais de Pasp e Cofins baseados nas Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003.

13. Empréstimos e financiamentos

	2020	2019	Vencimento	Taxa
Debêntures - quinta emissão (a)	58.794	71.884	2025	1ª Série: TJLP + 2,75% a.a. 2ª Série Selic + 2,75% a.a.
Debêntures - sexta emissão (a)	-	64.850	2020	CDI + 2,74% a.a.
Financiamento - CCB - Finisa (b)	-	51.210	2020	CDI + 3,01% a.a.
Financiamento - CCB FGTS 1ª Tranche (c)	406.665	418.771	2038	8,5% + TR a.a.
Financiamento - CCB FGTS 2ª Tranche (c)	29.478	30.219	2039	8,5% + TR a.a.
Financiamento - CCB FGTS -3ª Tranche (c)	3.092	3.092	2041	8,7% + TR a.a.
	498.029	640.026		

	2020	2019
Circulante	56.745	173.841
Não circulante	441.284	466.185
	498.029	640.026

Os empréstimos e financiamentos junto à Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES") foram captados para aplicação em ampliação de redes de águas e esgotos sanitários, como também para ampliação de estações de tratamento, incidindo sobre eles as taxas de juros demonstradas acima. A movimentação dos empréstimos em 31 de dezembro de 2020 é dada como segue:

	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	640.023	703.047
Captações	-	73.133
Juros e variação monetária, líquidos dos custos de captação	-	2.451
Amortizações	(141.997)	(138.605)
Saldo em 31 de dezembro	498.025	640.026

As parcelas de longo prazo referentes aos contratos de financiamentos, com base nas regras definidas, têm os seguintes vencimentos:

	2020
2022	54.865
2023	54.865
2024 em diante	311.554
	441.284

(a) Debêntures

Quinta emissão

Em 17 de abril de 2015, o Conselho de Administração aprovou a estruturação da quinta emissão de debêntures no valor de R\$113.088 em quantidade de mil debêntures simples, nominativas, de valor nominal unitário de R\$113 não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirográfrica, com garantia real por meio de colocação privada, mediante a subscrição exclusiva do BNDES das debêntures da primeira série e subscrição exclusiva pela BNDES Participações S.A. - BNDESPAR das Debêntures da segunda série. A emissão ocorreu em 15 de junho de 2015.

Essa emissão de debêntures teve por objetivo financiar o projeto de implantação de novas redes de abastecimento de água na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de redução de perdas e do consumo de energia. Destacamos que, embora a data da emissão seja em junho de 2015, por conta de atendimentos aos condicionantes contratuais, a primeira subscrição por parte do BNDES e BNDESPAR foi realizada em 23 de outubro de 2015, no valor total de R\$45.236, sendo R\$31.432 referente à primeira série e R\$13.804 referente à segunda.

Em 13 de julho de 2016, foi realizada subscrição de mais uma tranche de R\$58.044, sendo R\$40.865 da primeira série e R\$17.179 da segunda

A emissão possuía carência de 24 meses, encerrados em 15 de junho de 2017, com pagamento de juros trimestrais. A amortização está sendo feita por meio de 96 parcelas mensais, tendo o primeiro vencimento ocorrido em 15 de julho de 2017, e a última ocorrerá em 15 de junho de 2025.

As debêntures farão jus a juros remuneratórios da seguinte forma:

- (i) 1ª série: TJLP + 1,00% + 1,75%;
- (ii) 2ª série: SELIC x (1,00% + 1,75%).

Sexta emissão

Em 18 de novembro 2015, o Conselho de Administração aprovou a estruturação da sexta emissão de debêntures no valor de R\$200.000 (duzentos milhões) em quantidade de 200 (duzentas) debêntures simples de valor nominal unitário de R\$1.000 (um milhão de reais) não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfrica, com garantia adicional por meio de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução da CVM nº 476/2009. A emissão ocorreu em 17 de dezembro de 2015.

As debêntures farão jus aos juros remuneratórios, incidentes sobre o valor nominal equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias dos DIs over extragrupo - Depósitos Interfinanceiros de um dia - calculados e divulgados pela B3, acrescida exponencialmente de spread de 2,74% ao ano. A entrada dos recursos da operação ocorreu em 29 de dezembro de 2015. A emissão possuía carência de 23 meses, encerrada em 29 de novembro de 2017, com pagamento de juros mensais. A amortização foi feita por meio de 37 parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo a primeira com vencimento em 29 de dezembro de 2017. A última parcela da referida emissão foi realizada no dia 29 de dezembro de 2020.

Existe previsão de antecipação dos vencimentos contratuais para as emissões de debêntures caso a Companhia venha a apresentar a dívida líquida dividida pelo lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações ("LAJIDA"), maior que 3,5, a ser apurada anualmente pelo agente fiduciário. A Companhia está em conformidade com esse *covenant*, visto que apresentava em 31 de dezembro de 2020, um índice de -8,20 (0,12 em 2019).

(b) Emissão de Cédula de Crédito Bancário - CCB nº 449.982-71 (CCB Finisa)

Em 8 de janeiro de 2015, a Companhia assinou com a Caixa Econômica Federal (CEF) a Cédula de Crédito Bancário (CCB) nº 449.982-71 (CCB Finisa) no valor de R\$204.841, bem como seu respectivo aditamento em 9 de dezembro de 2015. Essa CCB teve por objetivo o resgate antecipado da totalidade das debêntures da 4ª Emissão.

Em 18 de dezembro de 2015, o desembolso dos recursos desta cédula de crédito bancário foi realizado em parcela única. A emissão possuía carência de 12 meses, encerrados em 15 de dezembro de 2016, com pagamento de juros mensais. A amortização foi feita por meio de 48 parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo a primeira parcela com vencimento em 15 de janeiro de 2017, sendo a última parcela paga no dia em 15 de dezembro de 2020.

Esta CCB fez jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o valor da referida cédula, equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias dos DIs over extragrupo - Depósitos Interfinanceiros de um dia - calculados e divulgados pela B3, acrescida exponencialmente de spread de 3,01% ao ano.

(c) Financiamento junto à Caixa Econômica Federal (Ampliação e Melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense Construção Complexo Guandu 2)

Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia assinou com a Caixa Econômica Federal a CCB nº 433.257-52 no valor de R\$1.076.596 (1ª tranche) em 23 de dezembro de 2015, a CCB nº 441.050-71 no valor de R\$1.390.817 (2ª tranche) em 30 de junho de 2017, a CCB nº 441.054-75 no valor de R\$570.087 (3ª tranche). Esses valores referem-se à totalidade da operação de crédito de R\$3.037.500, que foi captada junto à Caixa Econômica

Continua

Continuação



**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

Federal para a ampliação e melhoria do abastecimento de água na Baixada Fluminense e na construção do Complexo Guandu 2, que consiste na implantação de uma nova estação de tratamento com produção de 12 mil litros de água por segundo, com elevatória de água tratada, linha de recalque (tubulação que abastece o reservatório) e reservatório com capacidade para armazenar 57 milhões de litros de água potável.

Esses recursos também estão sendo usados para a construção, nos diversos municípios da baixada fluminense, de 17 novos reservatórios e reforma de outros nove que hoje estão fora de operação. Na região ainda serão construídas 16 elevatórias de grande porte e assentados 95 quilômetros de adutora para abastecer os reservatórios e outros 760 quilômetros de tronco e redes distribuidoras, além da instalação de dezenas de milhares de novas ligações domiciliares.

No momento, todas as tranches estão na fase de desembolso. O prazo para o desembolso dos recursos é de 48 meses da data da assinatura das referidas cédulas, sendo permitida a sua prorrogação.

O Financiamento (CCB nº 433.257-52 - 1ª tranche) possui carência de 48 meses, encerrados em 20 de janeiro de 2019. A amortização está sendo feita por meio de 240 parcelas mensais, sendo a primeira amortização com vencimento em 15 de fevereiro de 2019. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo constituído deste financiamento era de R\$406.665 (R\$418.771 em 2019). Os juros remuneratórios desta CCB são de TR + 8,5% a.a.

A 2ª tranche (CCB nº 441.050-71) também apresenta carência de 48 meses com juros remuneratórios de TR + 8,5% a.a. A amortização está sendo feita por meio de 240 parcelas mensais, sendo a primeira amortização com vencimento em 15 de janeiro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo constituído deste financiamento era de R\$29.478 (R\$30.219 em 2019).

A 3ª tranche (CCB nº 441.054-75) também apresenta carência de 48 meses com juros remuneratórios de TR + 8,7% a.a. A amortização será feita por meio de 240 parcelas mensais, sendo a primeira amortização com vencimento em 15 de julho de 2021. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo constituído deste financiamento era de R\$3.092 (R\$3.092 em 2019).

**14. Tributos a recuperar e a recolher**

	2020	2019
Tributos a recuperar		
Imposto de Renda e Contribuição Social (i)	65.312	166.571
	<b>65.312</b>	<b>166.571</b>
Impostos, taxas e contribuições a recolher		
IRPJ e CSLL (ii)	25.922	26.528
Pasep e Cofins a recolher (iii)	22.137	25.022
ISS a recolher	1.118	1.094
	<b>49.177</b>	<b>52.644</b>

(i) Refere-se a valores recolhidos de antecipação de IRPJ que se recupera devido à Imunidade Tributária conforme ACO nº 2.757/RJ, e CSLL e IRPJ retidos na fonte conforme Lei nº 9.430/96, conforme divulgado na Nota 17.

(ii) Refere-se basicamente ao IRRF s/ folha de pagamento, com vencimento em 25/01/2020.

(iii) Refere-se a valores provisionados da competência de dezembro de 2020, com vencimento em 25 de janeiro de 2021.

**15. Parcelamentos tributários**

	2020	2019
Refis IV (a)	131.895	163.960
Refis da Copa (b)	62.822	68.782
	<b>194.717</b>	<b>232.742</b>
Circulante	41.580	40.937
Não circulante	153.137	191.805
	<b>194.717</b>	<b>232.742</b>

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava em cumprimento com todas as condições exigidas para sua manutenção nos parcelamentos tributários. As parcelas que vencerão a longo prazo possuem o seguinte cronograma de pagamentos:

Ano de vencimento	2020
2021	-
2022	41.749
2023	41.749
2024 em diante	69.639
	<b>153.137</b>

Em julho de 2003, a Administração da Companhia optou pela adesão ao Parcelamento Especial ("Paes") instituído pela Lei Federal nº 10.684/2003 e, em 28 de dezembro de 2006, aderiu ao Parcelamento Excepcional ("Paex") instituído pela Medida Provisória nº 303/2006. Parte dos saldos desses dois programas pertencentes à Receita Federal do Brasil (RFB), Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ("PGFN") e INSS foram incluídos em 30 de junho de 2011 no parcelamento Programa de Recuperação Fiscal IV ("Refis IV").

(a) Refis IV

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Parcelamento - Refis IV instituído pela Lei Federal nº 11.941/2009, visando equalizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento mais vantajoso para seus débitos de obrigações fiscais e previdenciárias.

Quando da opção pelo referido programa, a Companhia formalizou junto à Receita Federal do Brasil (RFB) a inclusão da totalidade dos débitos em aberto constantes da conta corrente junto à instituição, além da migração dos saldos a pagar remanescentes dos programas Paes e Paex, permanecendo os débitos junto ao Serviço Social da Indústria ("Sesi") e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial ("Senai") no parcelamento anterior.

O parcelamento do Refis IV está subdividido em débitos junto à Receita Federal do Brasil (RFB), PGFN e INSS, bem como os saldos dos programas Paes e Paex.

O parcelamento foi homologado em 180 parcelas mensais, atualizadas pela Selic, com término previsto para outubro de 2024. Os pagamentos estão regulares com a quitação da parcela de dezembro de 2020 no valor de R\$2.866, correspondente a 134ª parcela.

	2020	2019
Principal		
Valor da adesão (principal)	281.340	281.340
Juros	174.665	172.514
Amortizações	(324.099)	(289.894)
	<b>181.895</b>	<b>163.960</b>

(b) Refis da Copa

Em agosto de 2014, com o advento da Lei Federal nº 12.996/2014 ("Refis da Copa"), que possibilitou a inclusão de novos débitos no Refis, a Companhia, por ser mais vantajoso em vista da anistia de juros e multas, desistiu do parcelamento ordinário e incluiu o saldo remanescente no Refis da Copa que apresenta o seguinte saldo devedor:

	2020	2019
Saldo remanescente do parcelamento ordinário	122.230	122.230
Juros	6.511	6.511
Amortizações	(27.368)	(27.368)
	<b>101.373</b>	<b>101.373</b>
Redução por anistia de juros e multas	(14.617)	(14.617)
Principal do Refis da Copa	86.756	86.756
Juros	37.712	31.533
Amortização	(56.646)	(49.507)
	<b>62.822</b>	<b>68.782</b>

**16. Depósitos e bloqueios judiciais e provisão para contingências**

a) Depósitos e bloqueios judiciais

A composição dos depósitos e bloqueios judiciais está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Trabalhistas	857.156	769.407
Cíveis	863.708	794.052
Tributárias	122.994	96.952
	<b>1.843.858</b>	<b>1.660.411</b>

b) Provisão para contingências

A Administração da Companhia, embasada nas informações remetidas pelos seus assessores internos, externos e nas análises das demandas judiciais pendentes, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis com as ações em curso, como segue:

	2020	2019
Cíveis (i)	1.897.458	1.579.565
Trabalhistas (ii)	721.625	569.674
Tributárias (iii)	210.410	210.446
	<b>2.829.497</b>	<b>2.359.685</b>

A movimentação das provisões relativas ao exercício de 2020 e 2019 está apresentada como segue:

Natureza da contingência	2019	Constituições (*)	Reversões (*)	Pagamentos	2020
Cíveis	1.579.565	841.753	(336.708)	(187.152)	1.897.458
Trabalhistas	569.674	287.443	(45.750)	(89.738)	721.625
Tributárias	210.446	5.079	(5.006)	(109)	210.410
	<b>2.359.685</b>	<b>1.134.275</b>	<b>(387.464)</b>	<b>(276.999)</b>	<b>2.829.497</b>

Natureza da contingência	2018	Constituições (*)	Reversões (*)	Pagamentos	2019
Cíveis	1.455.629	507.345	(143.017)	(240.392)	1.579.565
Trabalhistas	671.041	261.749	(55.589)	(307.527)	569.674
Tributárias	242.812	42.566	(74.932)	-	210.446
	<b>2.369.482</b>	<b>811.660</b>	<b>(273.538)</b>	<b>(547.919)</b>	<b>2.359.685</b>

(\*) Contém atualização monetária.

A Companhia vem realizando revisões nos critérios de provisionamento, de forma que revelem valores mais apurados. Nesse contexto, em relação a diversos objetos de demandas judiciais repetitivas e que envolvem questões fáticas similares, foram estabelecidas médias de condenações para fins de provisionamento, de modo a adotar critério que demonstre, tanto quanto possível, o quantitativo de futuras condenações, o que gerou aumento nos valores da contingência.

As constituições e reversões ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 apresentam o valor líquido de R\$746.811 (R\$538.122 em 2019) e tem como contrapartida a conta de "Provisão para contingências" e "Passivos fiscais" na linha de "Outras receitas operacionais" (Nota 25).

Os objetos das causas classificadas como de perda provável, segregados por natureza, estão informados abaixo:

(i) Ações cíveis

	2020	2019
Juizados Especiais Cíveis		
Questionamentos de cobrança	1.728	1.351
Demais ações	2.728	1.825
Desabastecimento	2.049	3.311
Área de Planejamento 5 - ("AP5")	13	10
Total dos Juizados Especiais Cíveis	<b>6.518</b>	<b>6.497</b>

Juizados de Fazenda Pública

Desconstituição da tarifa diferenciada/progressiva/mínima (b)	913.358	736.644
Desconstituição da tarifa de esgoto (a)	390.496	381.165
Demais ações	331.210	120.387
Descumprimentos de contratos	68.983	90.080
Cobranças indevidas	151.452	126.443
Acidentes vazamentos/bueiro	22.278	32.502
Licitação	1.000	1.000
Cortes indevidos	12.163	84.847
Total de Varas Cíveis e de Fazenda Pública	<b>1.890.940</b>	<b>1.573.068</b>

Total das ações cíveis

	<b>1.897.458</b>	<b>1.579.565</b>
--	------------------	------------------

(a) A Companhia realiza constantes revisões nos critérios de provisionamento, de forma que revelem valores mais apurados. Nesse contexto, em relação a diversos objetos de demandas judiciais repetitivas e que envolvam questões fáticas similares, foram atualizados os valores médios de condenações para fins de provisionamento, de modo a adotar critério que demonstre, tanto quanto possível, o quantitativo de futuras condenações. Também foram atualizadas as provisões naqueles processos em fase de execução, de forma a demonstrar o efetivo valor da condenação. Desses procedimentos decorreu o aumento nos valores da contingência.

(b) A Companhia utiliza o valor histórico das condenações para atribuição do valor da contingência, realizando revisões periodicamente, de forma que os valores apurados demonstrem provisionamentos bem próximos da realidade. Nesse contexto, em relação aos objetos de demandas judiciais repetitivas e que envolvem questões fáticas similares, em que a utilização de uma única média para todos os tipos de demandantes (pessoas físicas, jurídicas ou condomínios) se mostrou inadequada, apuraram-se valores distintos por categoria de demandante.

(ii) Ações trabalhistas

	2020	2019
Desvio de função	110.517	99.371
Incremento salarial	187.019	77.627
Progressão horizontal	103.834	108.254
Horas extras	106.231	103.871
Demais ações	124.490	93.882
Reintegração/reintegração aposentado	36.179	35.607
Retenção salarial	22.908	23.015
Equiparação/diferenças salariais	13.883	12.123
Enquadramento e reenquadramento	16.568	15.924
	<b>721.629</b>	<b>569.674</b>

(iii) Ações tributárias

As contingências de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos, questionada em virtude da divergência de interpretação da legislação por parte dos assessores legais da Companhia, tendo como o objeto mais relevante o auto de infração.

Em 4 de dezembro de 2012, a Companhia recebeu um auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), questionando a tomada de créditos de PIS e COFINS na apuração dos tributos referentes ao período-base de 2008 a 2010, no total de R\$239.515 com aplicação de multa e juros, dando origem ao Processo Administrativo Fiscal nº 16682.721140/2012-75 (MPF 07185002011007820). Em janeiro de 2013, a Companhia solicitou ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) uma revisão do auto de infração com o objetivo de esclarecer a composição do montante autuado e, em dezembro de 2013, a Secretaria da Receita Federal do Brasil apresentou composição desse montante em R\$199.515 (PIS: R\$50.721 e COFINS: R\$148.794) com aplicação de multa e juros.

Continua

Continuação



**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

Consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia constitui como provisão o valor de R\$75.324, acrescido de multa de aproximadamente R\$30.607 e juros atualizado de R\$84.807 totalizando R\$190.738 e concluiu como possíveis perdas cerca de R\$30.081, acrescidos de multa de aproximadamente R\$11.280 e juros de R\$26.589, totalizando R\$67.950.

**b) Causas possíveis**

Em 31 de dezembro de 2020, as causas classificadas como possíveis totalizam R\$1.200.737 (R\$1.381.923 em 2019), sendo R\$399.979 de ações trabalhistas, R\$441.939 de ações cíveis e R\$358.819 de ações tributárias (R\$478.607, R\$571.284 e R\$332.032, respectivamente, em 2019). As principais causas possíveis estão abaixo elencadas:

	2020	2019
<b>Riscos trabalhistas</b>		
Desvio de função	151.814	178.934
Progressão horizontal por antiguidade	33.050	76.265
Reintegração	26.519	25.325
Enquadramento	7.052	9.164
Isonomia salarial	3.473	5.031
	<b>221.908</b>	<b>294.719</b>
<b>Riscos cíveis</b>		
Esgoto	138.785	230.352
Cobrança indevida	13.160	35.602
Hidrômetro	-	1.117
Contratos	101.850	95.074
Posse de imóvel	570	28.882
	<b>254.365</b>	<b>391.027</b>
<b>Riscos tributários</b>		
Pasep e COFINS	213.759	205.562
IRPJ e CSLL	56.346	55.058
	<b>270.105</b>	<b>260.620</b>

Conforme as decisões do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro em diferentes procedimentos administrativos, a Companhia poderá vir a ser titular de créditos (ativo contingente) que atingem o montante de 36.731 em 31 de dezembro de 2020 (R\$36.731 em 2019), referente a decisões que determinaram a devolução de valores pagos em razão de contratos celebrados mediante declaração de dispensa ou inexistência de licitação. Tais valores não estão registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, visto que não existem certezas em relação à realização desses montantes, uma vez que o processo não transitou em julgado a favor da Companhia.

**c.1) Correção dos passivos trabalhistas pelo IPCA**

O índice a ser aplicado na atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e na correção dos depósitos recursais na Justiça do Trabalho é objeto de questionamento judicial há alguns anos. Vale tecer um breve histórico acerca da questão, senão vejamos:

Em 14 de agosto de 2015, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) afastou o uso da Taxa Referencial Diária (TRD) e determinou a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E). Entendeu-se que dispositivo da lei da desindexação da economia (Lei nº 8.177/1991) que determinava a atualização dos valores devidos na Justiça do trabalho pela taxa referencial seria inconstitucional, pois não preservava o real valor dos créditos trabalhistas.

Contudo, em decisão publicada no dia 16 de outubro de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) deferiu liminar para suspender os efeitos de decisão proferida pelo TST que determinou a substituição dos índices de correção monetária aplicada aos débitos trabalhistas de forma automática e *erga omnes* (para todos). O STF entendeu que o TST extrapolara a sua competência ao determinar a utilização do IPCA abstratamente em toda a Justiça do Trabalho, de forma obrigatória.

A referida Reclamação foi julgada improcedente, sendo que antes mesmo de seu trânsito em julgado, ocorrido em 17 de agosto de 2018, foi distribuída a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 5867, questionando a constitucionalidade da expressão "com os mesmos índices de poupança" contida no § 4º do art. 899, da CLT ("O depósito recursal será feito em conta vinculada ao juízo e corrigido com os mesmos índices da poupança"). Após esta ação, seguiram-se outras três ações perante o STF, quais sejam, Ação Direta de Constitucionalidade nº 58 e 59 e Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 6021, que também questionaram o índice a ser aplicado na correção de débitos trabalhistas.

No dia 1º de julho de 2020, foi determinada a suspensão do julgamento de todos os processos em curso no âmbito da Justiça do Trabalho que envolvessem a aplicação dos artigos arts. 879, § 7º, e 899, § 4º, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.467/2017, e o art. 39, caput e § 1º, da Lei 8.177/91.

No dia 18 de dezembro de 2020, em julgamento conjunto destas ações, o STF, por maioria, declarou "(...) parcialmente procedente a ação, para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 879, § 7º, e ao art. 899, § 4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467 de 2017, no sentido de considerar que à atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial e à correção dos depósitos recursais em contas judiciais na Justiça do Trabalho deverão ser aplicados, até que sobrevenha solução legislativa, os mesmos índices de correção monetária e de juros que vigentes para as condenações cíveis em geral, quais sejam a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a incidência da taxa SELIC (...)."

Em contrapartida, também por maioria, o STF modulou os efeitos da decisão "(...) ao entendimento de que (i) são reputados válidos e não ensejarão qualquer rediscussão (na ação em curso ou em nova demanda, incluindo ação rescisória) todos os pagamentos realizados utilizando a TR (IPCA-E ou qualquer outro índice), no tempo e modo oportunos (de forma extrajudicial ou judicial, inclusive depósitos judiciais) e os juros de mora de 1% ao mês, assim como devem ser mantidas e executadas as sentenças transitadas em julgado que expressamente adotaram, na sua fundamentação ou no dispositivo, a TR (ou o IPCA-E) e os juros de mora de 1% ao mês; (ii) os processos em curso que estejam sobrestados na fase de conhecimento (independentemente de estarem com ou sem sentença, inclusive na fase recursal) devem ter aplicação, de forma retroativa, da taxa Selic (juros e correção monetária), sob pena de alegação futura de inexistência de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF (art. 525, §§ 12 e 14, ou art. 535, §§ 5º e 7º, do CPC) e (iii) igualmente, ao acórdão formalizado pelo Supremo sobre a questão deve-se aplicar eficácia *erga omnes* e efeito vinculante, no sentido de atingir aqueles feitos já transitados em julgado desde que sem qualquer manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros (...)".

Assim, diante do exposto e de que a recente decisão não foi publicada, podendo ser objeto de questionamento via Embargos, o provisionamento do passivo trabalhista em 2020 foi corrigido pela TR, que era o índice presumido como constitucional.

**17. Contribuição social corrente e diferida**

	2020	2019
<b>Impostos diferidos passivos</b>		
Ativo intangível - CSLL (Nota 11.vii)	497.080	513.877
Depósitos judiciais - CSLL	55.100	45.573
	<b>552.180</b>	<b>559.450</b>
<b>Impostos diferidos ativos</b>		
Provisões para contingências - CSLL	(239.946)	(201.663)
Perda atuarial - CSLL	(335.409)	(339.878)
Outras perdas - CSLL	(71.795)	(36.921)
	<b>(647.150)</b>	<b>(578.462)</b>
<b>Não circulante</b>	<b>(94.970)</b>	<b>(19.012)</b>

A contribuição social diferida é calculada sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo da contribuição sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. A alíquota desse tributo é de 9%.

Contribuição social ativa é reconhecida na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Como divulgado na Nota 17.c, a Companhia se tornou ente imune a impostos, consequentemente os créditos e débitos diferidos sobre IRPJ foram revertidos, uma vez que não existirá base de cálculo, que possibilite a realização dos valores diferidos de IRPJ.

A partir dos recolhimentos da Contribuição Social sobre o lucro do exercício de 2020 a Companhia optou pelo regime de apuração anual. Com recolhimento apurado com base no balancete de suspensão e redução mensal.

**Movimentação dos impostos diferidos ativos e passivos**

	(Ganho) perda atuarial	Diferenças temporárias	Diferença sobre reavaliação	Depósitos judiciais	Outras perdas	Total
Em 31 de dezembro de 2019	339.878	201.663	(513.877)	(45.573)	36.921	19.012
Perda atuarial	(4.469)	-	-	-	-	(4.469)
Provisão para contingências	-	38.283	-	-	-	38.283
Depósitos e bloqueios judiciais	-	-	-	(9.527)	-	(9.527)
Ativo intangível	-	-	16.797	-	-	16.797
Outras perdas	-	-	-	-	34.874	34.874
Em 31 de dezembro de 2020	<b>335.409</b>	<b>239.946</b>	<b>(497.080)</b>	<b>(55.100)</b>	<b>71.795</b>	<b>94.970</b>

	(Ganho) perda atuarial	Diferenças temporárias	Diferença sobre reavaliação	Depósitos judiciais	Outras perdas	Total
Em 01 de janeiro de 2019	209.483	195.147	(530.675)	(47.138)	21.272	(151.911)
Perda atuarial	130.395	-	-	-	-	130.395
Provisão para contingências	-	6.516	-	-	-	6.516
Depósitos e bloqueios judiciais	-	-	-	1.565	-	1.565
Ativo intangível	-	-	16.798	-	-	16.798
Outras perdas	-	-	-	-	15.649	15.649
Em 31 de dezembro de 2019	<b>339.878</b>	<b>201.663</b>	<b>(513.877)</b>	<b>(45.573)</b>	<b>36.921</b>	<b>19.012</b>

**a) Reconciliação da despesa da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)**

A reconciliação entre a despesa da contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social	(259.390)	1.126.994
Alíquota nominal da contribuição social - %	9%	9%
Contribuição social às alíquotas vigentes	23.345	(101.429)
<b>Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva</b>		
Cancelamento de contas	(11.144)	(23.882)
Outros	39	21.251
<b>Ccontribuição social no resultado do exercício</b>	<b>12.240</b>	<b>(104.060)</b>
<b>Contribuição social corrente</b>	<b>(75.135)</b>	<b>(143.912)</b>
<b>Contribuição social diferido</b>	<b>87.375</b>	<b>39.852</b>
<b>Contribuição social no resultado do exercício</b>	<b>12.240</b>	<b>(104.060)</b>

**b) Imunidade Tributária sobre impostos federais "Ação Cível Ordinária nº 2.757/RJ"**

Como reflexo da decisão, foram revertidos todos os ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ sendo também baixados os impostos a recuperar e a recolher em aberto até a data da obtenção da imunidade.

A CEDAE efetuou o pedido de restituição administrativa, junto à Receita Federal do Brasil, dos impostos federais recolhidos nos 5 (cinco) anos anteriores à propositura da ACO 2757, bem como durante o trâmite da ação, no valor de R\$2.386.799. (Dois Bilhões Trezentos e Oitenta e Seis Milhões e Setecentos e Noventa e Nove Mil) atualizados pela SELIC. Esse montante não está registrado nas demonstrações financeiras, uma vez que sua realização depende de eventos futuros (resultado de processos judiciais) que não estão integralmente no controle da Companhia. Esse crédito será reconhecido contabilmente pela CEDAE somente quando forem cumpridas todas as etapas legais e judiciais aplicáveis à sua realização e quando tal realização puder ser considerada praticamente certa.

**b) Imunidade Tributária sobre impostos federais "Ação Cível Ordinária nº 2.757/RJ" - Continuação**  
Destacamos que no próximo reajuste tarifário o reflexo da imunidade tributária impactará diretamente o cálculo da tarifa, pois sua estrutura tarifária é constituída pelos investimentos da Companhia, seus custos operacionais e seus impostos e encargos.

**c) Mudança da forma de Tributação do PIS e da COFINS de Não Cumulativa para Cumulativa - Processo nº 0031167-36.2018.4.02.5101 em razão da "Ação Cível Ordinária nº 2.757/RJ"**

A CEDAE peticionou junto à Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro ação de mudança da forma de tributação do PIS e da COFINS para Cumulativa e também solicitou a repetição de Indébito Tributário solicitando devolução de valores, uma vez que foi reconhecida a imunidade tributária de R\$1.200.156 (Um Bilhão e Duzentos Milhões e Cento e Cinquenta e Seis Mil) atualizados pela SELIC. Esse montante não está registrado nas demonstrações financeiras, uma vez que sua realização depende de eventos futuros (resultado de processos judiciais) que não estão integralmente no controle da Companhia. Esse crédito será reconhecido contabilmente pela CEDAE somente quando forem cumpridas todas as etapas legais e judiciais aplicáveis à sua realização e quando tal realização puder ser considerada praticamente correta.

**18. Outras contas a pagar**

	2020	2019
Provisão para licença prêmio (a)	97.722	125.724
Pasep e COFINS diferidos sobre créditos governamentais	32.176	17.011
Outras obrigações financeiras (b)	17.011	35.297
Outras contas a pagar	8.318	8.318
	<b>186.350</b>	<b>186.350</b>

(a) Conforme disposto no Acordo Coletivo de Trabalho, assinado em 1º de setembro de 2016, referente ao período de 2016 a 2018, a licença-prêmio de três meses para cada cinco anos de serviços prestados é um benefício adquirido pelos empregados que tenham sido admitidos até de 2001 pela Companhia. A partir de 1º de janeiro de 2009, não serão computados novos períodos de licença-prêmio, e para aqueles empregados que não tenham cinco anos completos a licença será computada de forma proporcional. Esse valor é atualizado mensalmente considerando os períodos de direitos adquiridos completos, sendo R\$53.538 em dezembro de 2020 (R\$54.224 em 2019) registrados no passivo circulante (no grupo de contas de provisões de encargos trabalhistas) e R\$97.722 no passivo não circulante (R\$125.724 em 2019).

(b) Trata-se de acordo firmado entre a CEDAE e os Consórcios: Módulo, Acqua-Rio e Operação Continua, relativo ao reajustamento de contratos firmados entre as Companhias, cujo saldo será amortizado em até 60 (sessenta) meses.

**19. Passivo atuarial**

A Prece - Previdência Complementar ("Prece") e a Cedae Saúde foram instituídas pela CEDAE como política de recursos humanos na forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e com autonomia administrativa e financeira, com o objetivo de complementar os benefícios previdenciários e de assistência médica de seus funcionários, respectivamente. Na condição de patrocinadora, juntamente com seus empregados participantes, a CEDAE contribui mensalmente com o montante equivalente a 100% da contribuição base dos contribuintes ativos para a Prece e com 6% da folha de pagamento para a Cedae Saúde.

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é a seguinte:

	2020	2019
Plano de previdência complementar - Prece (a)	64.409	75.198
Dívida Prece	655.883	636.791
	<b>720.292</b>	<b>711.989</b>
Plano de assistência médica - Cedae Saúde (b)	2.471.717	2.510.426
Prêmio aposentadoria (c)	47.206	47.189
	<b>2.518.923</b>	<b>2.557.615</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.239.215</b>	<b>3.269.604</b>
<b>Não circulante</b>	<b>74.469</b>	<b>120.969</b>
	<b>3.164.746</b>	<b>3.148.635</b>
	<b>3.239.215</b>	<b>3.269.604</b>

**(a) Prece**

A Prece administra os planos de benefícios previdenciários Prece I, Prece II, Prece III e Prece CV, sendo os planos Prece I, Prece II e parcela dos optantes pela renda vitalícia que optaram pelo Prece CV estão estruturados na modalidade de benefício definido e na modalidade contribuição definida os Planos Prece III e Prece CV (demais optantes). A quantidade de participantes por plano em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020		
	Participantes	Ativos	Quantidade Pensão Aposentadoria
Prece I	252	1.400	1.025
Prece II	228	443	155
Prece III	379	-	-
Prece CV	1.751	1.504	863
2019			
	Quantidade Pensão Aposentadoria		
	Participantes	Ativos	Pensão Aposentadoria
Prece I	346	1.430	1.093
Prece II	303	463	174
Prece III	378	-	-
Prece CV	1.957	1.540	910

Continua

Continuação



**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO

**Plano Prece I**

O Plano Prece I está determinado na modalidade benefício definido para os funcionários e diretores das patrocinadoras (Cedae Saúde, Prece e CEDAE), garantindo um benefício na aposentadoria cujo valor é 70% da diferença entre a pensão do INSS e a média dos 36 últimos salários, respeitando o salário limite expresso no regulamento.

Para a aposentadoria por tempo de contribuição é necessário 15 anos de filiação à Prece, 55 anos de idade e estar aposentado pela previdência oficial do INSS.

O plano garante aos participantes o benefício mínimo de 20% do salário, possuindo benefícios de risco de morte e invalidez permanente, podendo incluir como dependentes os mesmos beneficiários do INSS, e filhos até 21 anos de idade.

Este plano está fechado para novas adesões.

Em 31 de dezembro de 2010, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC") aprovou o equacionamento do déficit do Plano Prece I (Análise Técnica nº 488/ CGTA/DITEC/PREVIC), da seguinte forma:

- Criação de contribuição extraordinária de 4,3 vezes a contribuição normal dos participantes (ativos e aposentados), de modo a proporcionar o equilíbrio do plano.

- Alteração dos regulamentos dos planos Prece I e Prece II, ambos na modalidade de benefício definido, de modo a facultar o saldamento.

- Possibilidade de migração, com incentivo de participantes ativos (que optarem pelo saldamento), aposentados e pensionistas para um novo plano "Plano Prece Contribuição Variável - CV".

Como reflexo desse processo, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2010 um ganho de R\$559.081 no resultado de 2010 e que foi apurado através de cálculos atuariais efetuados pelos atuários independentes contratados pela Companhia, sendo oriundo exclusivamente da redução do passivo atuarial da Companhia compensado pelo aumento da contribuição dos participantes.

Em 29 de maio de 2011, foi encerrado o período de migração dos planos de benefício definido para o novo plano de contribuição variável, com o resultado de 7.312 migrantes, representando 62,9% de optantes sendo 3.136 ativos, 2.603 aposentados e 1.573 pensionistas.

Em junho de 2011, a Prece e a CEDAE foram notificadas da ação ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente do Rio de Janeiro e Região - SINTSAMA ("SINTSAMA"), para suspender a cobrança da contribuição extraordinária e, dessa forma, encontra-se suspensa a cobrança daqueles empregados remanescentes no Plano Prece I.

Como resultado da ação mencionada, a Companhia estendeu o período migratório até outubro de 2011.

Adicionalmente, para os participantes que optaram pela migração, a Companhia pagará a título de incentivo o montante equivalente ao déficit acumulado do serviço passado. O valor dos incentivos totais oferecidos pela Companhia compreendeu R\$607.015, cujo contrato financeiro foi firmado em 15 de dezembro de 2011, prevendo o pagamento em 73 parcelas mensais, tendo o ocorrido o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2012. A correção do saldo devedor é de 6% ao ano, acrescido de INPC até a data do efetivo pagamento.

Em garantia ao pagamento mencionado, a CEDAE ofereceu os recebíveis decorrentes da prestação de serviços de água e esgoto, exceto aos usuários localizados nos Municípios do Rio de Janeiro, Belford Roxo, São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu.

A Companhia utiliza como uma das premissas para mensuração do passivo atuarial, as contribuições extraordinárias de 4,3 vezes a contribuição normal dos participantes (ativos e aposentados). As contribuições extraordinárias foram aprovadas pela PREVIC como parte do processo de equacionamento do déficit do Plano Prece I e encontram-se suspensas desde julho de 2011 em função de determinação judicial. A Companhia entrou com recurso contestando a referida decisão, no entanto, até a presente data, não houve decisão do mérito.

Em 2014, a PREVIC, como resultado da fiscalização das contas da Prece, determinou que a entidade de previdência efetuasse a provisão das contribuições extraordinárias não recebidas dos participantes e da patrocinadora. A Companhia manteve o passivo não circulante o valor de R\$177.310, que corresponde à parcela sob sua responsabilidade com relação às contribuições extraordinárias em 31 de dezembro de 2017. No exercício de 2018 houve decisão do mérito favorável a Companhia, tendo a PRECE revertido a provisão das contribuições extraordinárias não recebidas dos participantes e da patrocinadora, sendo que o valor das contribuições sob sua responsabilidade já se encontram incorporadas no passivo não circulante.

**Plano Prece II**

Esse plano de benefício definido possui todas as regras idênticas ao plano Prece I e foi criado para complementar a renda do Prece I, ultrapassando o teto seu limite. Esse plano também foi equacionado nos moldes descritos no item anterior e está fechado para novas adesões.

**Plano Prece CV**

O plano Prece CV está estruturado na modalidade de contribuição variável e abrange os participantes que migraram dos planos de origem (Prece I e Prece II), e tem como patrocinadoras a CEDAE, Cedae Saúde e a Prece. Os participantes podem optar pelas modalidades de recebimento do benefício: renda vitalícia, renda por prazo determinado não inferior a 10 anos, e renda por prazo indeterminado com ou sem reversão em pensão.

Nesse plano o participante possui uma conta individual (exceto a modalidade Renda Vitalícia), cujo saldo total servirá para apuração dos benefícios no momento da aposentadoria.

O participante que migrou com opção pela Renda Vitalícia mantém o mesmo rol de dependentes do plano de origem. O participante optante pela Renda Indeterminada com Pensão pode inscrever-se como dependente a pessoa que guarde relação de dependência, observado os mesmos requisitos estabelecidos para o INSS.

Em caso de desligamento, o beneficiário pode resgatar o valor registrado em sua conta pessoal acrescido do montante de 0,25% por mês da conta Patronal.

Este plano está fechado para novas adesões.

**Plano Prece III**

Criado para abranger os empregados admitidos a partir de 2006, que não possuem os outros dois planos de benefícios, sendo estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD) com benefício de risco para morte e invalidez. Esse plano é exclusivo para os funcionários da CEDAE.

Nesse tipo de plano o participante possui uma conta individual cujo saldo total servirá para apuração dos benefícios no momento da aposentadoria.

O participante poderá incluir como dependente os mesmos beneficiários reconhecidos pelo INSS, além de filhos com até 24 anos que estejam cursando o nível superior e para a aposentadoria por tempo de contribuição é necessário um mínimo de 10 anos de vinculação ao plano, 55 anos de idade e término do vínculo empregatício com a Companhia.

Inexiste joia, taxa de inscrição ou regresso, nem limitação máxima para o salário participação.

Em caso de desligamento, o beneficiário pode resgatar o valor registrado em sua conta pessoal acrescido do montante de 0,25% por mês da conta Patronal, desde que o número de meses seja superior a 30.

**(b) Caixa de Assistência aos Servidores - Cedae Saúde**

A Caixa de Assistência dos Servidores da CEDAE - Cedae Saúde administra o plano assistencial destinado aos empregados da CEDAE, Prece, Cedae Saúde e seus dependentes dos exercícios de 2020 e 2019.

Participantes	2020	
	Ativos	Assistidos
Plano Assistencial Cedae Saúde	4.580	9.160

Participantes	2019	
	Ativos	Assistidos
Plano Assistencial Cedae Saúde	4.663	9.160

O Estatuto da Prece e o Regulamento do Plano Cedae Saúde estão adaptados à legislação vigente.

**(c) Prêmio de aposentadoria**

Em 31 de dezembro de 2020, o prêmio de aposentadoria da CEDAE possui 2.865 participantes (3.081 em 2019) (Nota 2.15.a.4).

As contribuições da Companhia para o fundo totalizaram:

	2020	2019
Plano de benefícios (Prece)	120.510	375.209
Plano de assistência (Cedae Saude)	162.489	166.436
Prêmio aposentadoria	14.537	3.180
	<b>297.536</b>	<b>544.825</b>

A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:

	2020	2019
Valor presente da obrigação de benefício definido	4.032.319	4.017.538
Valor justo dos ativos do plano	793.104	(832.709)
Passivo atuarial líquido	<b>3.239.215</b>	<b>3.185.701</b>

A reconciliação dos ativos e passivos (valores negativos) líquidos pode ser assim demonstrada:

	Prece I	Prece II	Prece III	Prece CV	Cedae Saúde	Prêmio de Aposentadoria	Total
Em 1º de janeiro de 2019	(296.740)	(61.103)	-	(561.585)	(1.187.433)	(42.080)	(2.148.941)
Custo do serviço corrente	1.088	(186)	(47)	53	(16.019)	(1.692)	(16.803)
Custo com juros	(35.121)	(12.503)	(35)	(76.856)	(106.707)	(3.283)	(234.505)
Rendimentos esperados dos ativos	8.209	6.954	98	26.538	-	-	41.799
Benefícios pagos no ano	-	-	-	-	166.436	3.180	169.616
Contribuições participantes	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições da patrocinadora	32.504	6.530	141	336.034	-	-	375.209
Ganhos (perdas) atuariais, líquidas	(5.620)	(3.620)	(157)	7.338	(1.366.703)	(3.314)	(1.372.076)
Mudança de hipóteses	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	(295.680)	(63.928)	-	(268.478)	(2.510.426)	(47.189)	(3.185.701)
Custo do serviço corrente	194	-	(98)	(64)	(24.922)	(1.793)	(26.683)
Custo com juros	(24.764)	(8.804)	(26)	(62.134)	(178.179)	(2.478)	(276.385)
Rendimentos esperados dos ativos	3.268	4.156	90	46.266	-	-	53.780
Benefícios pagos no ano	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições participantes	-	-	-	-	-	-	-
Contribuições da patrocinadora	35.112	12.871	103	72.424	162.489	14.537	297.536
Ganhos (perdas) atuariais, líquidas	(68.159)	(17.354)	(69)	(85.218)	79.321	(10.283)	(101.762)
Mudança de hipóteses	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020	(350.029)	(73.059)	-	(297.204)	(2.471.717)	(47.206)	(3.239.215)

A movimentação das obrigações de benefícios pós-emprego durante os exercícios de 2020 e 2019 é demonstrada a seguir:

	Plano de benefício	Plano de assistência médica	Prêmio de aposentadoria	Total
Em 1º de janeiro de 2019	1.464.999	1.187.433	42.080	2.694.512
Custo do serviço corrente	-	(909)	16.019	16.802
Juros sobre obrigações atuariais	124.515	106.707	3.283	234.505
Reconhecimento de ganhos (perdas) atuariais, líquidos	119.332	1.366.703	3.314	1.489.349
Contribuições dos participantes	46.476	-	-	46.476
Benefícios pagos	(294.490)	(166.436)	(3.180)	(464.106)
Em 31 de dezembro de 2019	1.459.923	2.510.426	47.189	4.017.538
Custo do serviço corrente	-	(31)	24.921	26.683
Juros sobre obrigações atuariais	95.728	178.179	2.478	276.385
Reconhecimento de ganhos (perdas) atuariais, líquidos	105.429	(79.320)	10.283	36.392
Contribuições dos participantes	51.143	-	-	51.143
Benefícios pagos	(198.796)	(162.489)	(14.537)	(375.822)
Em 31 de dezembro de 2020	1.513.396	2.471.717	47.206	4.032.319

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios no exercício apresentado é a seguinte:

	Plano de benefício	Plano de assistência médica	Prêmio de aposentadoria	Total
Em 1º de janeiro de 2019	545.570	-	-	545.570
Rendimento esperado dos ativos	41.799	-	-	41.799
Ganho atuarial dos ativos do plano	117.272	-	-	117.272
Contribuições da patrocinadora	375.210	-	-	375.210
Contribuições dos participantes	46.476	-	-	46.476
Benefícios pagos	(294.490)	-	-	(294.490)
Em 31 de dezembro de 2019	831.837	-	-	831.837
Rendimento esperado dos ativos	53.780	-	-	53.780
Ganho atuarial dos ativos do plano	(65.370)	-	-	(65.370)
Contribuições da patrocinadora	297.536	-	-	297.536
Contribuições dos participantes	51.143	-	-	51.143
Benefícios pagos	(375.822)	-	-	(375.822)
Em 31 de dezembro de 2020	793.104	-	-	793.104

A composição dos ativos dos planos é como segue:

	2019		
	Prece I	Prece II	Prece CV
Renda variável	30,43%	30,43%	30,43%
Renda fixa	29,95%	29,95%	29,95%
Imóveis	29,46%	29,46%	29,46%
Caixa e equivalentes de caixa	0,03%	0,03%	0,03%
Derivativos	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	10,13%	10,13%	10,13%
	100,00%	100,00%	100,00%

	2020		
	Prece I	Prece II	Prece CV
Renda variável	30,25%	28,19%	24,85%
Renda fixa	40,98%	44,51%	61,67%
Imóveis	21,33%	17,12%	6,82%
Caixa e equivalentes de caixa	0,00%	0,00%	0,00%
Derivativos	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	7,44%	10,18%	6,66%
	100,00%	100,00%	100,00%

Todos os planos de benefícios definidos da CEDAE possuem fundamento, ou seja, existem ativos garantindo os passivos atuariais. Desta forma, a Companhia só possui planos com cobertura parcial ou totalmente cobertos, por isso não segregou sua análise atuarial.

Os valores reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes são:

	2020	2019
Custo do serviço corrente	(26.683)	(16.803)
Juros sobre obrigações atuariais	(276.385)	(234.505)
Rendimento esperado dos ativos	53.717	41.741
Reconhecido no resultado (Nota 25)	<b>(249.351)</b>	<b>(209.567)</b>

	2020	2019
Saldo inicial dos ganhos (perdas) atuariais acumulado do resultado abrangente em 1º de janeiro	(2.059.673)	(734.391)
Ajustes de ganhos (perdas) atuariais - Prece	32.529	(102.678)
Ajustes de ganhos (perdas) atuariais - Cedae Saúde	102.275	(1.350.290)
Ajustes de ganhos (perdas) atuariais - prêmio de aposentadoria	(10.213)	(3.385)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(11.213)	131.071
Total dos ganhos (perdas) líquidos (as) atuariais no exercício do resultado abrangente	<b>11.3.378</b>	<b>(1.325.282)</b>
Total dos ganhos (perdas) atuariais acumulados do resultado abrangente em 31 de dezembro	<b>(1.946.295)</b>	<b>(2.059.673)</b>

Continua



documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.

Assinado digitalmente em Quarta-feira, 24 de Março de 2021 às 23:49:10 -0300.

A assinatura não possui validade quando impresso.

Continuação



**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.br



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

Apresentamos abaixo as contribuições esperadas para o encerramento do ano fiscal de 31 de dezembro de 2021:

	Prece I	Prece II	Prece III	Prece CV	Cedae Saúde	Total
1. Companhia	34.702	8.807	86	15.742	130.855	190.192
2. Participantes	26.793	8.672	-	15.061	-	50.526

O perfil de vencimento do pagamento de benefícios:

	Prece I	Prece II	Prece CV	Cedae Saúde	Prêmio de aposentadoria	Total
2021	58.331	19.308	102.447	130.855	17.427	328.368
2022	56.665	19.062	101.056	136.661	4.313	317.757
2023	54.817	18.765	99.535	145.630	905	319.652
2024	52.951	18.419	97.887	149.897	5.751	324.905
2025 ou posterior	272.232	100.631	538.956	1.028.585	22.290	1.962.694
Duração (em anos)	9,06	8,00	9,97	15,03	9,6	-

Apresentamos abaixo a análise de sensibilidade da avaliação atuarial:

Premissa	Prece I		
	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)

Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(30.590)	(7,53)
	Redução de 0,5%	33.176	8,17
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	-	-
	Redução de 1 ano	-	-
Crescimento salarial	Aumento de 0,5%	(866)	(0,21)
	Redução de 0,5%	475	0,12

Premissa	Prece II		
	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)

Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(7.520)	(5,20)
	Redução de 0,5%	8.835	6,11
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	-	-
	Redução de 1 ano	-	-
Crescimento salarial	Aumento de 0,5%	961	0,66
	Redução de 0,5%	(518)	(0,36)

Premissa	Prece III		
	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)

Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(11)	(1,75)
	Redução de 0,5%	11	1,82
Crescimento salarial	Aumento de 0,5%	11	1,85
	Redução de 0,5%	(6)	(0,97)

Premissa	Prece CV		
	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)

Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(41.372)	(4,30)
	Redução de 0,5%	44.560	4,63
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	-	-
	Redução de 1 ano	-	-
Crescimento salarial	Aumento de 0,5%	4	0,0004
	Redução de 0,5%	(2)	0,0002

Premissa	Cedae Saúde		
	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)

Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(159.273)	(6,44)
	Redução de 0,5%	137.147	5,55
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	-	-
	Redução de 1 ano	-	-
Crescimento salarial	Aumento de 1 ano	-	-
	Redução de 1 ano	-	-
Inflação Médica	Aumento de 0,5%	138.217	5,59
	Redução de 0,5%	(161.450)	(6,53)

Premissa	Prêmio de Aposentadoria		
	Análise de sensibilidade	Impacto (R\$)	Impacto (%)

Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(946)	(2,00)
	Redução de 0,5%	1.196	2,53

**Premissas atuariais**

As principais premissas atuariais utilizadas nos cálculos das provisões dos planos: Prece, Cedae Saúde e Prêmio de Aposentadoria em 31 de dezembro de 2020 são as seguintes:

Hipóteses econômicas	Plano de benefício - Prece				Plano de assistência médica Cedae Saúde	Prêmio de aposentadoria
	I	II	III	CV		
Taxa de desconto ao ano - %	6,35	6,24	5,62	6,35	7,12	6,35
Taxa de retorno de ativos - %	3,00	2,90	2,30	3,00	3,75	3,00
Crescimento salarial - %	3,53	3,53	3,53	3,53	3,71	3,63
Inflação - %	3,25	3,25	3,25	3,25	3,25	3,25
Fator capacidade - %	98	98	98	98	98	98
Aging Factor - %	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Inflação Médica - %	-	-	-	-	2,5	-

Hipóteses demográficas	Plano de benefício - Prece				Plano de assistência - Cedae Saúde	Prêmio de aposentadoria
	I	II	III	CV		

Tábua de mortalidade	AT-83 IAM masculina	AT-2000 Basic segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 10% segregada por sexo	AT-2000 Basic masculina	AT-2000 Basic masculina	AT-2000 Basic masculina
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	MI-85 segregada por sexo	Winklevoss	Winklevoss modificada, suavizada	Não Aplicável UP-84	Não Aplicável UP-84 modificada, suavizada
Tábua de entrada de invalidez	Muller	Muller	Álvaro Vindas	30%, por sexo	Não Aplicável	30%, por sexo
Rotatividade	Experiência Prece 2016/2019	Experiência Prece 2016/2019	Experiência Prece 2016/2019	Experiência Prece 2016/2019	Experiência Prece 2012/2017	Experiência Prece 2016/2019
Composição familiar - ativos	Família Média (*)	Família Média (*)	Não Aplicável	Não Aplicável	Família Real (**)	Não Aplicável
Composição familiar - assistidos	Família Rea I(**)	Família Real (**)	Não Aplicável	Família Real (**)	Não Aplicável	Não Aplicável

(\*) Cônjuge masculino 4 (quatro) anos mais jovem que o titular, sendo 90% casados.  
(\*\*) Conforme base cadastral.

**20. Outros parcelamentos**

	2020	2019
Indústria Antártica do Sudeste (a)	122.183	116.614
General Electric do Brasil (b)	50.754	48.417
Outros	955	14.455
	173.892	179.486
Circulante	66.117	77.279
Não circulante	107.775	102.207
	173.892	179.486

(a) Indústria Antártica do Sudeste  
Refere-se ao parcelamento decorrente de acordo judicial por pagamento a maior de tarifa de tratamento de esgoto, efetuado em abril de 1999, no qual a CEDAE vem compensando as parcelas da dívida com o volume de água fornecida mensalmente a Indústria Antártica do Sudeste.

(b) General Electric do Brasil  
A Companhia assinou, no ano de 2001, com a General Elétric do Brasil o Termo de Transição Geral de Direitos para encerrar definitivamente as ações cautelares e declaratórias acumuladas perante o juízo da 7ª Vara de Fazenda Pública da Capital do Rio de Janeiro de números 96.001.121535-0 e 96.001128412-8. O valor de R\$20.910, correspondente ao débito da Companhia perante a General Elétric do Brasil equivalente a 1.770.420 metros cúbicos (informação não auditada), é corrigido anualmente e amortizado com os consumos em m³ de águas das matrículas cadastradas na Companhia e de responsabilidade da General Elétric do Brasil.

**21. Patrimônio líquido**

a) **Capital social**  
Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é de R\$3.015.828 (R\$2.586.987 em 2019), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 629.071.608 ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal (629.071.608 ações em 2019).  
Em 30 de abril de 2020, a Companhia aumentou seu capital social em R\$428.841 mediante capitalização do excedente do lucro líquido após as destinações legais, sem alteração do número de ações.

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2020 e 2019 por quantidade de ações está assim distribuída:

	2020		2019	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Estado do Rio de Janeiro	629.069.085	99,9996	629.069.087	99,9996
Outros	2.523	0,0004	2.521	0,0004
	629.071.608	100,0000	629.071.608	100,0000

b) **Lucro por ação**

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais em 31 de dezembro de 2020 e 2019, logo o lucro básico por ação é igual ao lucro diluído por ação, naquelas datas.

As tabelas abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2020	2019
Quantidade de ações	629.072	629.072
Quantidade de ações equivalentes de ações ordinárias	629.072	629.072
Lucro atribuível (R\$)	(247.150)	1.022.934
Lucro (prejuízo) por ação (R\$)	(0,39)	1,63

	2020	2019
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(247.150)	1.022.934
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	629.072	629.072
Lucro (Prejuízo) básico por ação (R\$)	(0,39)	1,63

	2020	2019
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(247.150)	1.022.934
Lucro (prejuízo) usado para determinar o lucro diluído por ação	(247.150)	1.022.934
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	629.072	629.072
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro (prejuízo) diluído por ação - milhares	629.072	629.072
Lucro (prejuízo) diluído por ação (R\$)	(0,39)	1,63

c) **Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio**

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios em consonância com a legislação societária na ordem de 25% do lucro líquido remanescente, após a constituição da reserva legal. A Companhia tem utilizado o facultado pelo artigo 9 da Lei nº 9.249/1995, quanto aos juros sobre o capital próprio a título de remuneração aos acionistas, determinados com base na variação "pro rata" dia da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), aplicada sobre o patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Administração propôs a destinação do lucro calculado como segue:

	2020	2019
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(247.150)	1.022.934
Reserva legal - 5%	-	(51.147)
	(247.150)	971.787

**Dividendos mínimos obrigatórios - 25%**

	2020	2019
<b>Distribuição Proposta</b>	-	242.947
Juros sobre o capital próprio	-	207.615
Dividendos a pagar	-	35.332
Quantidade de ações ordinárias	629.072	629.072
Dividendos por ação	-	R\$0,39

d) **Reserva de capital**

É constituída de valores aportados na Companhia a fundo perdido, originários de programas sociais da União Federal que destinam recursos para o setor de saneamento. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é composto de R\$2.037 de doações de redes de águas e esgoto, R\$3.869 do Programa Habitar Brasil e R\$8.058 do Programa Ação Social de Saneamento, compondo um total de R\$13.964.

e) **Reserva legal**

É constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social sendo que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social, conforme previsto no artigo 193 da Lei Federal nº 6.404/1976. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da reserva legal é de R\$183.901 (R\$183.901 em 2019).

f) **Outros resultados abrangentes**

A movimentação é composta pelo saldo da reserva de reavaliação, líquido das realizações do exercício que em 2020, foram de R\$169.841 (R\$169.841 em 2019), pelos resultados líquidos atuariais, que em 2020, foi uma perda de R\$113.378 (ganho líquido de R\$1.325.282 em 2019), sendo ambos os saldos líquidos da contribuição social diferidos.

g) **Reserva de retenção de lucros**

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades relacionadas à distribuição de água e esgoto, em conformidade com o artigo 196 da Lei Federal nº 6.404/1976.

**22. Receita operacional líquida**

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

	2020	2019
Serviços de distribuição de água	4.080.385	4.175.394
Serviços de coleta e tratamento de esgoto	2.069.007	2.186.383
Receita bruta de serviços	6.149.392	6.361.777
Tributos sobre faturamento	(230.335)	(238.770)
	5.919.057	6.123.007

**23. Custo dos serviços prestados e despesas operacionais**

a) **Custo dos serviços prestados**

	2020	2019
Custos com serviços de terceiros	(1.147.641)	(991.249)
Custos com pessoal	(1.004.635)	(876.437)
Custos com depreciação e amortização (Notas 11 e 12)	(279.109)	(278.589)
Custos com material	(150.715)	(116.666)
Créditos de Pasesp e COFINS sobre depreciação	2.080	2.080
Outras	(1.912)	(6.445)
	(2.581.932)	(2.267.306)

Continua

Continuação

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**
 Companhia Aberta  
 Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
 www.cedae.com.br
GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO****b) Despesas comerciais**

	2020	2019
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida (Nota 8.4)	(1.897.491)	(1.476.304)
Despesas com serviços de terceiros	(124.594)	(109.458)
Despesas com pessoal	(32.959)	(19.896)
Despesas com material	(25.379)	(413)
Outras	(1.358)	(255)
	<b>(2.081.781)</b>	<b>(1.606.326)</b>

**c) Despesas gerais e administrativas**

	2020	2019
Despesas com pessoal	(230.087)	(207.925)
Despesas com serviços de terceiros	(182.238)	(161.270)
Despesas com custas legais e judiciais	(29.965)	(26.874)
Despesas com material	(14.766)	(3.399)
Repasse Extraordinário Cedae Saúde (i)	(13.827)	(24.792)
Convênio e Progr. Desenv. Social e Educacional	(13.362)	(13.334)
Outras	(3.966)	(34.667)
	<b>(488.211)</b>	<b>(472.261)</b>

(i) Trata-se de aporte financeiro para fins de regularização de necessidades de ativos garantidores e aporte de regularização devido a repetidos resultados deficitários deixando-o com insuficiência de capital mínimo.

**24. Resultado financeiro****a) Despesas financeiras**

	2020	2019
Juros passivos e sobre parcelamentos tributários	(149.719)	(67.675)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(46.079)	(58.353)
Multas, juros e acréscimos moratórios sobre pagamento em atraso das obrigações tributárias	(840)	(589)
Outras	(752)	(1.339)
	<b>(197.390)</b>	<b>(127.956)</b>

**b) Receitas financeiras**

	2020	2019
Atualização monetária	68.413	114.003
Rendimentos de aplicações financeiras (Nota 7)	29.465	45.688
Juros auferidos	24.523	18.691
Multas por impropriedade	15.935	19.165
Descontos obtidos e bonificações	3.877	6.811
	<b>142.213</b>	<b>204.358</b>

**25. Outras despesas operacionais, líquidas**

	2020	2019
Outras receitas operacionais		
Recuperação de despesa e receita fiscais	21.880	1.260
Demais receitas operacionais	10.111	7.686
Reversão de provisões	4.293	20.410
Recuperação de despesas judiciais (i)	3.560	7.622
	<b>39.844</b>	<b>36.978</b>

**Outras despesas operacionais**

	2020	2019
Constituição de provisão para contingências e passivos fiscais, líquida (Nota 16.b)	(746.811)	(538.122)
Constituição de passivo atuarial, líquida (Nota 19)	(249.351)	(209.567)
Constituição de provisão para perda de ativos, líquida	(440)	(181)
Outras	(14.588)	(15.630)
	<b>(1.011.190)</b>	<b>(763.500)</b>
	<b>(971.346)</b>	<b>(726.522)</b>

(i) Refere-se à receita com a recuperação de depósitos judiciais.

**26. Seguros**

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros e importâncias seguradas:

Riscos	Data vigência		2020	2019
	De	Até		
Riscos operacionais (imóveis) danos materiais	12/09/2020	12/09/2021	150.183	159.877

**27. COVID-19**

As economias mundiais, inclusive a brasileira, estão sendo fortemente impactadas pela pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19). A Organização Mundial de Saúde emitiu alerta sobre as doenças decorrentes de tal vírus, em particular a pneumonia, no dia 31 de dezembro de 2019, tornando mundial um problema, que no primeiro momento parecia estar circunscrito a uma determinada região da China. As pesquisas realizadas em diversos países vêm permitindo aos especialistas no tema obter avanços no entendimento do comportamento do COVID-19 e em particular da sua disseminação.

O Coronavírus representa para a CEDAE um duplo desafio: por um lado a companhia tem a preocupação de preservar a saúde do seu corpo funcional, de seus clientes e prestadores de serviço, por outro lado, como os serviços de abastecimento de água e captação e tratamento de esgoto são essenciais para a população, não existe a opção pela interrupção do seu funcionamento.

A Companhia adotou um conjunto de medidas para viabilizar a continuidade de suas operações neste quadro, como a adoção do conceito de trabalho remoto (*home office*), ajuste das escalas de trabalhos, sistema de rodízio nos setores em que existe a necessidade de comparecimento físico, higienização mais intensa dos ambientes laborais, apoio da Cedae Saúde e dos seus profissionais à equipe de medicina do trabalho e antecipação do programa de vacinação contra gripe, dentre outras.

No que se refere aos aspectos econômico-financeiros, em linha com o disposto na Lei nº 8769 de 23/03/2020, a Companhia interrompeu os serviços de corte para as ligações de todas as categorias, e além disso, conforme o Decreto Estadual nº 46.990 de 24 de março 2020 suspendeu a cobrança pelo fornecimento de água e coleta de esgoto, prestados a seus usuários residenciais, enquadrados na tarifa social e comércio de pequeno porte de consumo para os meses referência 04 - abril, 05 - maio e

06 - junho no ano de 2020 e, posteriormente, através do decreto 47.177 de 21 de julho de 2020 foi postergada a suspensão da cobrança dos usuários residenciais enquadrados somente na tarifa social para as medições 07 - julho e 08 - agosto de 2020, sendo incluída a referência 09 - setembro de 2020 através do Decreto 47.255 de 09 de setembro de 2020.

Em 21 de outubro de 2020 o Decreto 47.330 inclui a suspensão da cobrança para a referência 10 - outubro de 2020 tanto para os seus usuários residenciais, enquadrados na tarifa social quanto para o comércio de pequeno porte de consumo.

O faturamento obtido pela Companhia durante o período de suspensão de cobrança em 2020 nessas categorias de clientes foi de R\$50.679 na categoria comércio de pequeno porte e de R\$67.854 nas matrículas enquadradas na tarifa social.

Não obstante, o baixo grau de endividamento da Companhia e o fato da posição de Caixa ser bastante confortável; como medida prudencial, a CEDAE está negociando a ampliação das suas linhas de crédito, e também deverá observar uma rigorosa análise na contratação de serviços e fornecedores, dando preferência aos que são mais importantes neste momento crítico.

A suspensão da cobrança permite que, a critério da Companhia, e dependendo do impacto na economia do Rio de Janeiro da pandemia, o parcelamento no futuro dessas contas. Como consequência houve um incremento de 28% na constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação ao mesmo período do ano anterior.

A gestão centralizada e conservadora da Caixa, aliada às negociações com os nossos principais fornecedores, por exemplo, as distribuidoras de energia elétrica, bem como as medidas supracitadas serão fundamentais caso haja aumento expressivo da inadimplência.

Como a companhia hoje detém o monopólio natural de um serviço essencial, apesar de eventuais perdas no curto e talvez médio prazo, em nosso entender, o negócio em si não será afetado numa perspectiva de longo prazo.

Em virtude da pandemia causada pelo COVID-19, o Governo do Estado do Rio de Janeiro adotou uma série de medidas visando o bem estar da população, tais medidas estão descritas a seguir:

- Decreto 46.973 de 16/03/2020 - determina que todo o Estado está em emergência de saúde pública;
- Decreto 47.178 de 21/07/2020 - dá nova redação ao Decreto 46.979 de 19/03/2020 e autoriza que a CEDAE prorrogue em 60 dias o vencimento das contas e faculte o parcelamento ao cliente (Referências 03, 04, 05, 06, 07 e 08/2020);
- Decreto 47.330 de 21/10/2020 - nova redação ao Decreto 46.990 de 24/03/2020 e autoriza a CEDAE a suspensão do faturamento para os clientes contemplados pela tarifa social e para os comércios de pequeno porte de consumo no mês de outubro de 2020.

Considerando as medidas estabelecidas através dos decretos do Governo do Estado do Rio de Janeiro anteriormente detalhados. A CEDAE adotou uma série de procedimentos visando ao atendimento dos referidos decretos e pensando no bem estar de seus clientes.

- Suspensão do corte e da negativação durante o período de pandemia;
- Prorrogação dos vencimentos em 60 dias, das referências 03, 04, 05, 06, 07 e 08/2020;
- Suspensão da cobrança dos clientes de tarifa social e comércio de pequeno porte de consumo, conforme decretos do Governo do Estado;
- Emissão de contas por média de consumo dos últimos 12 meses durante a pandemia para os imóveis com hidrômetro interno, exceto quando autorizado pelo cliente. A medida foi adotada devido ao risco de contaminação e em respeito as orientações de distanciamento social da OMS;
- Suspensão das substituições de hidrômetros cujas instalações estejam dentro dos imóveis, exceto quando autorizado pelo cliente.

Cabe ainda mencionar que havendo necessidade a Companhia poderá adotar outras medidas complementares as já adotadas.

**28. Eventos subsequentes****a) Sucessão na diretoria executiva**

Em 12 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE elegeu, Edes Fernandes de Oliveira, Presidente (DPR) e os diretores Fernando Antonio Portes Serrano, (DPE), Mauricio de Souza Campos, (DFI), Humberto de Mello Filho, (DTP), Marco Aurélio Damato Porto, (DRI), Armando Costa Vieira Júnior, (DRM), Rafael Cavalcanti Cid, (DJ).

Edes Fernandes de Oliveira  
Diretor-PresidenteMauricio de Souza Campos  
Diretor Financeiro e de Relações com InvestidoresFernando Antonio Portes Serrano  
Diretor de Projetos Estratégicos e SustentabilidadeArmando Costa Vieira Júnior  
Diretor da Região MetropolitanaMarco Aurélio Damato Porto  
Diretor da Região do InteriorRafael Cavalcanti Cid  
Diretor JurídicoHumberto de Mello Filho  
Diretor Técnico e de ProjetoRenato Ferreira Coelho  
Assessor de Controladoria  
Contador - CRC-RJ 089799/O-3**PARECER DO CONSELHO FISCAL CEDAE Nº 001/2021****Senhores Acionistas,**

1. O Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

2. Os exames foram efetuados, com base nas informações e esclarecimentos da auditoria externa e nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e ainda, no parecer da ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., datado de 24 de março de 2021. O referido Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 apresentam, adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da companhia.

3. Diante do exposto, este Conselho Fiscal aprova as contas da Companhia e opina no sentido de que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2021.

LEONARDO LOBO PIRES  
Presidente do Conselho Fiscal  
CPF nº. 086.714.557-93THOMPSON LEMOS DA SILVA NETO  
Membro do Conselho Fiscal  
CPF nº. 727.289.497-00ALMIR MACHADO VIEIRA  
Membro do Conselho Fiscal  
CPF nº. 101.285.787-50SINVAL DE OLIVEIRA FILHO  
Membro do Conselho Fiscal  
CPF nº. 003.941.307-15

Continua

Continuação



## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE

Companhia Aberta  
Inscrição Estadual: 84.780.707 CNPJ/MF n.º 33.352.394/0001-04 NIRE n.º 33.3.000.8797-4  
www.cedae.com.br

GOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA/2021

Em consonância com o disposto nas Legislações Federal e Estadual e em seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da CEDAE, o Comitê de Auditoria reuniu-se mensalmente, ordinária e extraordinariamente, totalizando 02 (duas) vezes por mês, no curso do ano de 2020, mantendo como foco principal a avaliação dos trabalhos das Auditorias Interna e Independente e das áreas ligadas à Governança, notadamente Compliance, Controles Internos e Gestão de Riscos; o acompanhamento da elaboração das Demonstrações Financeiras; e, o assessoramento ao Conselho de Administração da CEDAE em outros assuntos considerados relevantes pelos membros do Comitê ou por demanda específica do Conselho de Administração.

Em todas as atividades ligadas às áreas foco do Comitê de Auditoria observaram-se, no exercício de 2020, sensíveis melhorias, com efeitos positivos na qualidade das Demonstrações Financeiras e dos controles internos adotados na CEDAE.

Assim, fundamentado em suas avaliações e análises, considerando inclusive as reuniões realizadas até o mês de março de 2021, e no relatório apresentado pela EY – ERNST YOUNG, empresa de auditoria independente responsável pela avaliação dos procedimentos contábeis adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras da CEDAE, bem como, considerando que os trabalhos de auditoria tiveram abrangência considerada suficiente para avaliar com segurança a qualidade e a transparência das referidas demonstrações, o Comitê de Auditoria propõe ao Conselho de Administração da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE a aprovação das Demonstrações Financeiras levantadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2021.

Antonio Miguel Fernandes

Luiz Antonio da Silva Lima

Berith Jose Citro Lourenço Marques Santana

## DELIBERAÇÃO Nº. 001/2021

## Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, no exercício de suas funções legais e estatutárias, após apreciar o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, bem como os Relatórios da Auditoria Externa EY, do Comitê de Auditoria, o Parecer do Conselho Fiscal da Companhia e, ainda, o Balanço Social de 2019, manifesta-se de acordo com os referidos documentos e considera que a matéria examinada traduz, com propriedade, a Posição Patrimonial da CEDAE no Exercício de 2020 e, por seus Membros abaixo assinados, delibera que as mesmas estão em condições de serem encaminhadas à Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2021.

Sérgio Cabral de Sá  
PresidenteJoseph Junqueira de Macedo Reiner  
Vice PresidenteEdes Fernandes de Oliveira  
MembroRenato Lima do Espírito Santo  
MembroFábio Eduardo Galvão Ferreira Costa  
MembroRicardo Lessa Carrazedo  
MembroJosé Arley Lima Costa  
MembroRafael Rolim de Minto  
MembroJorge Luiz Ferreira Briard  
MembroPaulo Cezar Saldanha da Gama Ripper Nogueira  
Membro

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Conselheiros, Administradores e Acionistas da  
Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE  
Rio de Janeiro-RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

## Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 1.1 às demonstrações financeiras, em julho de 2020, foi iniciada investigação conjunta da Polícia Civil, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ e do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE. A operação, denominada "Águas Claras", investiga alegação de fraude em licitações e contratações emergenciais e deu cumprimento a medidas de busca e apreensão de documentos. A administração da Companhia designou uma Comissão Permanente de Sindicância para realização de investigação interna com o objetivo de averiguar possíveis irregularidades no âmbito da operação "Águas Claras".

As investigações internas encontram-se em andamento e em continuidade a este processo a Companhia realizou em 10 de março de 2021 pregão eletrônico para a contratação de assessores especializados em investigação forense. Os procedimentos de investigação interna e o processo de contratação de consultores especializados externos, ainda encontram-se em andamento e, neste momento, não é possível prever todos os desdobramentos futuros que poderão decorrer dessa investigação pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações contábeis da Companhia, além daqueles já mencionados na nota explicativa acima referida. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita a faturar Parte das receitas reconhecidas pela Companhia referem-se a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais ("receitas a faturar"), uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de faturamento que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. No encerramento de cada mês, a Companhia determina a receita a faturar com base em estimativas de consumo para o período compreendido entre a data da leitura e o encerramento do mês, que incluem dados históricos como a média de consumo obtida da última leitura de hidrômetros. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$549.632 mil em 31 de dezembro de 2020 e está divulgado na Nota Explicativa nº 8 às demonstrações financeiras.

O cálculo da receita não faturada é significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às subjetividades atreladas ao processo de estimativa, que requer julgamento por parte da administração na determinação das premissas utilizadas, principalmente na estimativa de consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

## Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a compreensão e documentação do processo de estimativa e das premissas utilizadas pela administração; (ii) recálculo do saldo de receita a faturar em 31 de dezembro de 2020, levando em consideração o número de dias não faturados em relação a data de fechamento do mês e avaliação se esses saldos não faturados estão consistentes com os saldos faturados no mês subsequente; (iii) avaliação da movimentação trimestral da receita a faturar durante o exercício, analisando flutuações que não estejam alinhadas às nossas expectativas estabelecidas com base em nosso conhecimento da Companhia e da indústria; (iv) comparação da estimativa com a receita efetivamente faturada no mês subsequente; e (v) avaliamos também a adequação das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas na Nota Explicativa anteriormente mencionada. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita a faturar, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receita adotados pela administração são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia incluídas na Nota Explicativa nº 8 às demonstrações financeiras. Mensuração do passivo atuarial

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios na modalidade de benefício definido e apura suas obrigações atuariais de acordo com laudo atuarial emitido por seu atuariador consultor. Em 31 de dezembro de 2020, as obrigações atuariais da Companhia estão relacionadas aos planos de previdência complementar Prece I, Prece II e Prece CV, o plano de assistência médica Caixa de Assistência dos Servidores - CAC e o prêmio aposentadoria, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 19, e totalizam R\$3.239.215 mil.

O monitoramento deste assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que o processo de mensuração deste passivo é complexo e envolve um alto grau de subjetividade e é baseado em cálculos atuariais, que utilizam diversas premissas, tais como: taxa de desconto, a taxa de retorno esperada sobre os ativos de fundo de pensão; aumentos salariais futuros, tábuas de mortalidade, inflação médica, aumento por envelhecimento e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas.

## Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: o uso de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologias usadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas taxa de desconto e hipóteses biométricas e demográficas.

Adicionalmente: (i) avaliamos a exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos; e (ii) realizamos cálculo independente da obrigação atuarial e confrontamos com os cálculos apresentados pela

administração.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o passivo atuarial, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de mensuração deste passivo adotados pela administração são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia incluídas na Nota Explicativa nº 19 às demonstrações financeiras.

## Outros assuntos

## Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2021.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6Gláucio Dutra da Silva  
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Continua